

Vivências na extensão universitária em saúde

no Agreste de
Pernambuco

[ORG.]

Amanda Soares de Vasconcelos
Nara Miranda Portela



UFPE

PROEXC
PRO-REITORIA DE
EXTENSÃO E CULTURA



Editora
UFPE

Vivências na extensão universitária em saúde

no Agreste de
Pernambuco

[ORG.]

Amanda Soares de Vasconcelos
Nara Miranda Portela



PROEXC
PRO-REITORIA DE
EXTENSÃO E CULTURA



RECIFE | 2023

Universidade Federal de Pernambuco

Reitor: Alfredo Macedo Gomes

Vice-Reitor: Moacyr Cunha de Araújo Filho

EDITORA ASSOCIADA A



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Editora UFPE

Diretor: Junot Cornélio Matos

Vice-Diretor: Diogo Cesar Fernandes

Editor: Artur Almeida de Ataíde

Conselho Editorial (Coned)

Alex Sandro Gomes

Carlos Newton Júnior

Eleta de Carvalho Freire

Margarida de Castro Antunes

Marília de Azambuja Machel

Pró-Reitoria de Extensão e Cultura

Pró-Reitor: Oussama Naouar

Coordenação de Gestão Editorial e Impacto Social

Coordenador: Adriano Dias de Andrade

Assistentes: Artur Villaça Franco, Rodrigo Ferreira dos Santos

Editoração

Revisão de texto: João Gabriel Pereira da Silveira (1ª Revisão); Ana Beatriz Lessa Rosendo, Isabel Padilha de Castro Perazzo de Andrade, Marina de Lima Coutinho da Silva, Tiago dos Santos Calaça (2ª Revisão)

Projeto gráfico: Adele Pereira

Catálogo na fonte

Bibliotecária Kalina Ligia França da Silva, CRB4-1408

V857 Vivências na extensão universitária em saúde no Agreste de Pernambuco [recurso eletrônico] / organizadoras : Amanda Soares de Vasconcelos, Nara Miranda Portela. – Recife : Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFPE ; Editora UFPE, 2023.

Vários autores.

Inclui referências.

ISBN 978-65-5962-256-6 (online)

1. Universidade Federal de Pernambuco – Promoção da saúde. 2. Extensão universitária – Pernambuco. 3. Saúde – Estudo e ensino – Pernambuco. 4. Comunidade e universidade – Pernambuco. 5. Saúde pública – Brasil. I. Vasconcelos, Amanda Soares de (Org.). II. Portela, Nara Miranda (Org.).

378.1554

CDD (23.ed.)

UFPE (BC2023-008)

Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição-
NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.



Av. Prof. Moraes Rego, 1235 - Cidade Universitária, Recife, PE.

CEP 50670-90, Tels.: (81) 2126-8134/2126-8105, E-mail: proexc@ufpe.br

Pareceristas *ad hoc*

Edital Proexc/UFPE nº 6/2022 - Incentivo à Publicação de Livros Digitais
(*e-books*) com Temáticas de Extensão e Cultura

Alexandre Lima Castelo Branco

Centro Universitário Estácio do Recife

Alfredo Manoel de Rezende Silva

Universidade Estadual de Campinas

Ana Lúcia Ribeiro Gonçalves

Universidade Federal de Uberlândia

Ana Paula de Sant'Ana

Faculdade FAIPE

Andrea de Barros

Universidade Paulista

Cezar Grontowski Ribeiro

Instituto Federal do Paraná

Denise Maria Hudson de Oliveira

Universidade de Brasília

Felipe Fernandes Ribeiro

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Francine Carla de Salles Cunha Rojas

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Gisele Marcia de Oliveira Freitas

Universidade do Estado da Bahia

Graziella Ribeiro de Sousa

Universidade de São Paulo

Janaína Fernandes Guimarães Polonini

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Jefferson da Silva Moreira

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Josué Souza Gleriano

Universidade do Estado do Mato Grosso

Isabella Giordano Bezerra

Universidade Federal de Pernambuco

Henrique César da Costa Souza

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Leandro Nunes

Universidade Federal de Santa Catarina

Letícia Virginia Leidens

Universidade Federal Fluminense

Lucas Manca Dal'Ava

Universidade Estadual de Campinas

Lucia Maria de Freitas Perez

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Marcos Adriano Barbosa de Novaes

Universidade Estadual do Ceará

Mariana Hennes Sampaio Lôbo

Universidade Federal de Alagoas

Marília Feitosa de Alencar Arruda

Universidade de Lisboa

Michele Lins Aracaty e Silva

Universidade Federal do Amazonas

Patrícia Cristina dos Santos Costa

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Paulo José da Fonseca Pires

Instituto Federal Catarinense - Campus Rio do Sul

Pedro Esteves de Freitas

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Reginaldo Pereira França Júnior

Universidade Federal de Campina Grande

Renata Janaína Pereira de Souza

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Rosangela Silveira Garcia

Instituto Federal Catarinense

Sueli Ribeiro Mota Souza

Universidade do Estado da Bahia

Túlio Reis Hannas

Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais

Sumário

Prefácio | 8

Apresentação | 11

- | 1 | Sexualidade e Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs): a utilização de atividades lúdicas para debate em ambiente escolar | 13
- | 2 | Enfrentamento à Covid-19 no agreste de Pernambuco | 27
- | 3 | Ações de educação em saúde para idosos frequentadores do Cras Centenário em Caruaru-PE: um relato de experiência | 47
- | 4 | Diálogos da extensão universitária acerca da saúde masculina: I Jornada de Saúde do Homem | 61
- | 5 | Assunto de mulher: um relato de experiência | 74
- | 6 | Mídias sociais como ferramenta para exercer educação em saúde sexual: relato de experiência | 92

- | 7 | Aplicação de podcasts na extensão universitária:
Projeto Rádio ACS & Bioética | 112
- | 8 | Projeto Informa Gestante: dizendo não à violência
obstétrica | 132
- | 9 | Campanha Lava-pés: uma experiência de extensão
universitária desenvolvida pelo curso de medicina
do Centro Acadêmico do Agreste da UFPE | 145
- | 10 | Hoje não haverá títulos: um documentário
na extensão | 159

Sobre as/os autoras/es | 175

Prefácio

Extensão e Cultura na UFPE: 60 anos de contribuição à sociedade

Em 2022, a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) celebra o legado de 60 anos de institucionalização das ações de extensão e cultura, a partir da fundação do Serviço de Extensão Cultural (SEC) na então Universidade do Recife (UR) em 1962. A iniciativa de João Alfredo Gonçalves da Costa Lima, reitor à época, Paulo Freire, jovem professor que despontava no cenário intelectual pernambucano, e demais colaboradores conjugou, no âmbito do SEC, a *Rádio Universidade* e a *Estudos Universitários: revista de cultura*. Essas atividades tinham objetivos claros: desenclausurar a universidade, levá-la para perto dos anseios da sociedade, aproximá-la do povo – categoria ainda em construção naquele momento da nossa história. Esses objetivos fundantes persistem na história da UFPE e são diuturnamente reelaborados pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (Proexc), descendente direta daquele projeto de Universidade encarnado pelo SEC, cuja existência fora precocemente interrompida pelos acontecimentos que marcaram a década de 1960 no Brasil.

A partir dos muitos editais, que anualmente são lançados, e das muitas atividades de extensão e cultura, que são fomentadas ou apoiadas pela Proexc, a UFPE tem reavivado, especialmente nos últimos anos, o sentimento de que uma Universidade pública não se faz apenas nos *campi* universitários ou apenas com o protagonismo dos atores sociais acadêmicos. Ao colocar em evidência outros saberes e outros protagonismos sociais, a Universidade fortalece as relações sociais que alimentam as suas atividades finalísticas de ensino, pesquisa e extensão, ao mesmo tempo em que ocupa espaços nos quais o saber acadêmico-científico se faz indispensável para o desenvolvimento humano e social do nosso estado e do nosso país.

A obra que você tem diante de si neste momento é resultado de ações performadas pela UFPE em interação com outros setores da sociedade, com a participação de servidores docentes e técnico-administrativos e com o protagonismo de nossos estudantes de graduação e pós-graduação, cuja formação desponta para além de saberes técnicos e científicos e inclui habilidades imprescindíveis para suscitar profissionais aptos a exercer seus ofícios de forma ética e responsável, tendo ciência dos desafios postos pela sociedade contemporânea.

Esta obra é fruto do Edital UFPE/Proexc nº 06/2022 – *Incentivo à Publicação de Livros Digitais (e-books) com Temáticas de Extensão e Cultura*, cujo objetivo é aumentar a visibilidade da Universidade, no âmbito das celebrações pelos 60 anos da Extensão e Cultura na UFPE. Assim como na edição de 2021, este edital materializa, na forma de *e-books*, experiências e resultados de ações de extensão e cultura desenvolvidas

pela UFPE nos últimos anos. Dessa maneira, permite aos leitores conhecer, sentir e analisar o impacto social de uma Universidade pública e de qualidade.

As obras que compõem o conjunto deste edital tratam de questões diversas que atravessam as áreas temáticas da extensão, como *Cultura, Direitos Humanos, Educação, Justiça, Meio Ambiente, Produção, Saúde, Tecnologia e Trabalho*. Essa diversidade reflete a natureza multidisciplinar das universidades públicas brasileiras e demonstra a inserção da UFPE em múltiplas frentes de atuação.

Ao publicar esta série de *e-books*, a Universidade Federal de Pernambuco, através da Proexc, fortalece suas atividades de extensão e cultura, tornando-as mais visíveis e potencializando seu impacto. Assim, estes textos tornam-se também uma ferramenta valiosa para expor como a Universidade pública é fundamental para o país – um patrimônio que precisa ser defendido.

Desejamos que esta leitura seja prazerosa e estimule a criação de novos projetos, capazes de aprimorar a relação Universidade-sociedade e de deixar marcas permanentes e significativas na formação de nossos estudantes e no trabalho cotidiano de nosso corpo técnico e docente.

Recife, outubro de 2022.

Oussama Naouar

Pró-Reitor de Extensão e Cultura - Proexc/UFPE

Adriano Dias de Andrade

Coordenador de Gestão Editorial e Impacto Social - Proexc/UFPE

Apresentação

A Educação em Saúde disseminada pelo atendimento prestado à população ou realizada diretamente nas escolas e nos serviços de Saúde proporciona, para todos os envolvidos, uma conscientização sobre a importância do autocuidado e uma visão de que cada indivíduo pode ser protagonista no cuidado da sua saúde e da saúde da comunidade em que está inserido. Mais do que um campo de estudos, trata-se de um trabalho voltado para a prevenção de doenças e seus agravos, o que propicia melhores condições de vida para a população. Sendo assim, para se chegar a esse objetivo, é necessário identificar os problemas e traçar estratégias que tragam soluções para atender às necessidades do público-alvo, com a devida adoção de adequações nas práticas e atitudes.

Nessa perspectiva, tem-se a extensão universitária como ferramenta fundamental para a disseminação do conhecimento em Saúde e a prestação de serviços, uma vez que a extensão busca estabelecer uma estreita relação entre a universidade e a comunidade a fim de que se tenha a troca de saberes, a construção de um pensamento crítico-reflexivo e a

formação do olhar para as necessidades da população. Além disso, a extensão traz um impacto positivo importante para a formação dos discentes e promove uma educação continuada dos docentes envolvidos.

A partir das diretrizes da extensão universitária – interação dialógica, interdisciplinaridade, interprofissionalidade, indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão e impacto na formação dos estudantes e na transformação social –, tem-se uma mudança na pedagogia do ensino que introduz um novo conceito de sala de aula. A preocupação com a formação cidadã, e não apenas técnica, amplia o acesso e a democratização do saber, fazendo com que o estudante adquira uma visão diferenciada do mundo.

Com base nisso, este livro foi idealizado e elaborado com o objetivo de compilar relatos de experiência de vários projetos de extensão realizados pela comunidade acadêmica do Núcleo de Ciências da Vida (NCV) do Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco (CAA-UFPE), localizado em Caruaru-PE, com foco nas impressões dos discentes extensionistas.

Caruaru, 25 de outubro de 2022.

Amanda Soares de Vasconcelos

Nara Miranda Portela

Sexualidade e Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs)

| 1 |

A utilização de atividades lúdicas para
debate em ambiente escolar

Natalya Juliana da Silva

Maria Eduarda de Araújo Nogueira

Amanda Soares de Vasconcelos

Introdução

A adolescência é uma fase marcada pelo crescimento e desenvolvimento do ser humano em que ocorrem mudanças de ordem física, social e emocional que irão impactar de maneira importante no indivíduo em formação (BEST; BAN, 2021; AMARAL *et al.*, 2017). O marco temporal atribuído à adolescência é um pouco divergente. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), esse marco diz respeito a um período compreendido entre os 10 e 19 anos, sendo que, para o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), esse período é entre os 12 e os 18 anos (HERTING; SOWELL, 2017; BRASIL, 1990). Há, ainda, estudos mais recentes que atribuem a adolescência como o período compreendido entre 10 e 24 anos, uma vez que o desenvolvimento neurocognitivo só estaria completo após a 2ª década de vida (SAWYER *et al.*, 2018). Contudo, apesar da

divergência temporal, é um consenso o entendimento de que se trata de um período de “separação” da família e individualização progressiva, uma vez que os adolescentes precisam aprender quem são, decidir o que querem fazer e identificar seus pontos fortes e fracos (MASTROTTEODOROS *et al.*, 2018; HAY JÚNIOR *et al.*, 2015).

Nesse contexto, a puberdade é um fenômeno natural que faz parte dos eventos ocorridos na adolescência, sendo marcada por uma série de mudanças sistêmicas que tornam o indivíduo apto à reprodução. A puberdade inicia-se por volta dos 9,7 anos nas meninas, com o surgimento do broto mamário, e 10,9 anos nos meninos, com o aumento do volume testicular (CAMPOS JÚNIOR; BURNS, 2017). Sendo assim, esse cenário de profundas mudanças, de ordem física e psicológica, torna o adolescente “suscetível” a certos comportamentos de risco, tais como: agressão, uso de álcool, tabagismo, uso de drogas ilícitas, direção de risco e sexo inseguro. Nesse sentido, a sexualidade é uma pauta que entra em destaque ao transcender o âmbito estritamente biológico para fazer parte do desenvolvimento da personalidade, o que pode interferir no processo de aprendizagem e nas saúdes física e mental do indivíduo nessa fase da vida (PEETERS *et al.*, 2019; CAMPOS JÚNIOR; BURNS, 2017).

Segundo pesquisas estadunidenses, apesar de corresponderem a apenas 25% da população sexualmente ativa do país, os adolescentes estão envolvidos em quase metade dos 20 milhões de novas infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) diagnosticadas anualmente. Além disso, observa-se que as taxas de gravidez indesejada nessa população

são, aproximadamente, o dobro quando comparadas às taxas observadas em mulheres mais velhas (KAHN; HALPERN, 2018).

Além disso, há uma gradativa diminuição da idade média de entrada na puberdade. Ou seja, o desenvolvimento fisiológico está antecedendo o cognitivo e o emocional (NEPOMUCENO *et al.*, 2013). Concomitante a isso, a primeira experiência sexual acontece em adolescentes cada vez mais jovens (meninas entre 12 e 15 anos e meninos entre 11 e 13 anos). Observa-se que essa gama de fatores acaba por expor o adolescente a comportamentos de risco, sendo necessária a tomada de medidas que busquem contribuir para a redução dos problemas que podem ocorrer em virtude do comportamento de risco assumido (CARNEIRO *et al.*, 2015; NEPOMUCENO *et al.*, 2013).

Nesse contexto, foi criada no Brasil a Lei nº 60/2009, que prevê que a educação sexual seja incluída no currículo escolar de alunos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio das escolas públicas e privadas (BRASIL, 2009). Assim sendo, a escola mostra-se como um local promissor para a abordagem da temática da educação sexual, uma vez que o adolescente permanece grande parte do seu dia nesse ambiente, o que facilita a socialização, o estreitamento de laços e a difusão de conhecimentos, elementos importantes para uma aproximação efetiva ao tema (FAIAL *et al.*, 2016).

Fica evidente, portanto, a demanda de ações educacionais no âmbito da educação sexual, uma vez que a sexualidade é parte da personalidade e uma necessidade de cada ser humano, devendo, portanto, ser abordada junto a outros aspectos relevantes da vida. Dito isso, é crucial o esclarecimento aos

adolescentes sobre saúde e sexualidade, evitando que os agravos ocorram (RIBEIRO *et al.*, 2018).

Sob essa perspectiva, os projetos de extensão universitária funcionam como um intercâmbio entre o saber acadêmico e o saber popular, construindo, assim, a criticidade e a troca de experiências, já que a extensão é uma forma de trabalhar a formação universitária através de um pensamento crítico que permite a construção de novos conhecimentos conectados com a realidade da comunidade na qual estão inseridos (TENÓRIO *et al.*, 2010). Além disso, a extensão permite que a indissociabilidade do tripé universitário baseado no Ensino, na Pesquisa e na Extensão seja cumprido, uma vez que a extensão permite a aplicabilidade de conhecimentos obtidos através do ensino, além de gerar questões de pesquisa durante a execução de suas ações (SANTOS; SANTOS, 2019).

Assim sendo, objetivou-se realizar ações com as temáticas da puberdade, ISTs e métodos contraceptivos em uma escola municipal, visando uma melhor e mais didática abordagem dos assuntos para melhor compreensão por parte dos adolescentes.

Relato de experiência

Este relato de experiência é resultado das atividades realizadas no projeto de extensão intitulado *Saúde na escola: sexualidade e infecções sexualmente transmissíveis*, vinculado à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal de Pernambuco (Proexc-UFPE). O projeto foi realizado no ano de 2019, por 30 acadêmicos voluntários do 1º e 2º ano do curso

de Medicina da UFPE. A experiência foi realizada com 120 estudantes de seis turmas do 6º ano do Ensino Fundamental da Escola de Tempo Integral Álvaro Lins, no município de Caruaru-PE. Foram realizadas quatro atividades que tiveram como objetivo a abordagem de maneira diversa e didática de temas como a puberdade, as ISTs e os métodos contraceptivos.

A primeira atividade teve como tema a puberdade, com suas alterações fisiológicas características, bem como a sexualidade e a responsabilidade com o próprio corpo. Foi feita uma breve apresentação com duração aproximada de uma hora e os estudantes, apesar da posição de ouvintes, puderam interferir quando julgassem necessário. A princípio, os adolescentes demonstraram surpresa em razão da temática que seria debatida. Ademais, algumas reações de constrangimento e euforia foram observadas, além de alguns alunos simularem não prestar atenção ou fazer piadas com o colega ao lado durante a apresentação. O debate foi iniciado com a pergunta “você sabem o que é puberdade?” e, em todas as turmas, pelo menos um aluno se propôs a responder, o que fez com que os outros se interessassem em também participar. É importante salientar que, apesar do sentimento de receio inicial, os alunos demonstraram um certo conhecimento prévio a respeito do assunto. Além disso, o interesse e a curiosidade foram aspectos também observados, em especial quando os acadêmicos compartilharam experiências pessoais com a puberdade, visando ilustrar a carga teórica trazida.

Com relação à abordagem da sexualidade, os adolescentes demonstraram um grau de timidez maior. No que diz respeito aos métodos contraceptivos e às ISTs, foi percebido um maior

nível de desconhecimento, sendo levantadas muitas dúvidas. Dessa forma, ao final da atividade, foi deixada em cada turma uma *caixa de dúvidas* para que os alunos pudessem depositar, de maneira anônima, seus questionamentos a respeito das temáticas a serem abordadas pelo projeto. A caixa permaneceu nas salas por um período de uma semana, sendo então recolhida para que os questionamentos contidos nela pudessem fornecer subsídio para o segundo encontro.

Durante a reunião com os acadêmicos participantes do projeto, houve a abertura das caixas para a análise das dúvidas. A partir desse momento, foi possível perceber que a maioria dos alunos encarou a atividade como algo sério e importante para a construção do conhecimento, visto que a maior parte das dúvidas eram sinceras e pertinentes ao assunto. Com a leitura dessas perguntas, foi possível perceber, também, que os alunos tinham curiosidade em compreender o próprio corpo, e não apenas questões a respeito da sexualidade, apesar de estas também terem sido frequentes sobretudo no que concerne ao uso dos métodos contraceptivos.

A segunda atividade proposta ao grupo de adolescentes foi estruturada sob a forma de um jogo de *verdadeiro ou falso*. Neste jogo, os acadêmicos leram algumas sentenças sobre puberdade, ISTs e métodos contraceptivos e os alunos tinham que sinalizar se a sentença era verdadeira ou falsa e explicar o motivo da escolha. Para dar maior fluidez ao jogo e incentivar o trabalho em equipe, cada turma foi dividida em subgrupos de 6 a 8 estudantes e cada um destes grupos recebeu duas placas, uma com V (verdadeiro) e outra com F (falso), para que as respostas fossem dadas. Cada resposta

correta valia um ponto e, ao final, o subgrupo vencedor receberia uma caixa de bombons como prêmio. A empolgação dos adolescentes com o ambiente de competição foi algo comum a todas as turmas, dificultando o andamento da atividade em algumas delas. Todavia, a forma mais interativa de tratar sobre o assunto foi melhor aceita pelos alunos do que a abordagem de exposição oral realizada anteriormente, já que se criou um ambiente de debate no qual todos puderam participar melhor. Notou-se, também, um aumento do conhecimento nos assuntos já abordados, o que foi um indicativo da efetividade da primeira explanação.

A terceira atividade consistiu na leitura de cinco histórias com temáticas sobre gonorreia, papilomavírus humano (HPV), sífilis, gravidez na adolescência e violência sexual. Novamente, os alunos foram divididos em subgrupos e cada um recebeu uma história com uma temática diferente. O subgrupo deveria destacar os aspectos corretos e aqueles que deveriam ser corrigidos na sua história para que, em seguida, a história fosse lida para todos e esses destaques fossem compartilhados. Os alunos se sentiram confortáveis de expor alguns casos semelhantes que ocorreram com seus familiares e amigos, o que tornou a abordagem mais próxima da realidade deles. Ademais, foi observada uma consciência generalizada da importância do uso de preservativos nos enredos que traziam as ISTs como foco. No que diz respeito à história que abordava a violência sexual, em uma das turmas foi feito um comentário que associava a vestimenta da vítima à ocorrência ou não da violência.

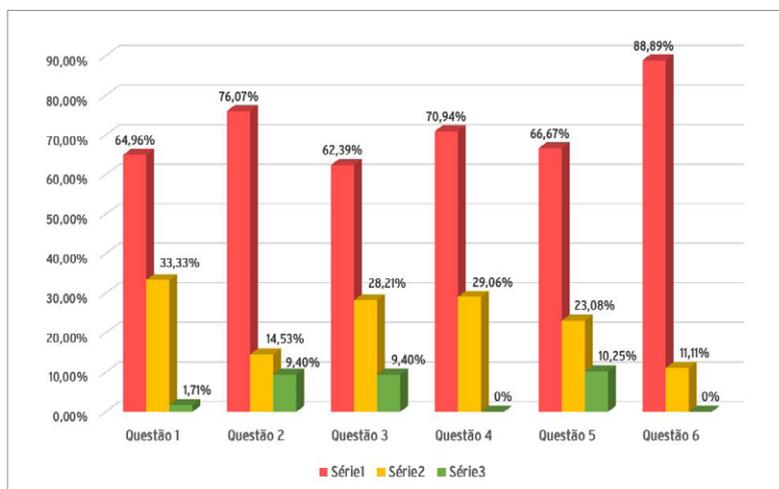
Apesar de ter sido uma situação isolada, há o reforço da importância da discussão da temática, uma vez que é

necessária a quebra da ideia de culpabilização daquele que é agredido, não do agressor. Além desse comentário, foi perceptível, em algumas turmas, que uma parte dos alunos ainda possui o pensamento de “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher” arraigado dentro de si, sendo, portanto, crucial o debate acerca da importância da denúncia em casos de violência. Nesse aspecto, foi enfatizada a importância do contato com um adulto de confiança, seja professor ou alguém da família, para que os trâmites legais sejam tomados. Ainda nessa temática, foi possível perceber que alguns alunos, sobretudo meninas, sentiam-se muito desconfortáveis ao ouvir sobre tal assunto. Assim, é perceptível a necessidade de uma abordagem mais elaborada e enfática sobre violência sexual. Em reuniões da equipe do projeto, foi muito debatida a imprescindibilidade de uma ação exclusivamente dedicada a esse tema para que ela possa ser trabalhada de forma mais complexa e sensível.

A atividade final foi marcada pela aplicação de um questionário com seis questões objetivas e uma discursiva. Nas questões objetivas, foram avaliadas a satisfação com cada uma das atividades, o nível de aprendizado, o nível de conforto ao discutir sobre o tema e a importância da discussão da temática. Já a questão discursiva tratava de um espaço no qual os alunos participantes pudessem deixar suas impressões positivas e negativas sobre o projeto, bem como sugestões. O questionário foi aplicado a todos os alunos presentes que, por sua vez, se disponibilizaram a responder às questões, sendo contabilizados, no final, 117 estudantes respondentes.

Com a análise da distribuição de frequência das respostas dadas às questões 1 a 6 pelos estudantes (Figura 1), foi observado que todas as atividades foram pontuadas como *boas*, haja vista que as médias apresentadas foram $71,75 \pm 9,72$ para as respostas classificadas como *boas*; $23,2 \pm 8,75$ para as respostas classificadas como *regulares* e $7,0 \pm 4,82$ para as respostas classificadas como *ruins*:

Figura 1. Distribuição de frequência das respostas fornecidas pelos estudantes às atividades propostas, sendo a questão 1 relativa à caixa de dúvidas, a questão 2 referente à atividade do V ou F, a questão 3 pertinente às histórias, a questão 4 referente ao nível de aprendizado, a questão 5 referente ao conforto em discutir o assunto e a questão 6 pertinente à importância do tema



Fonte: As autoras (2019).

No que concerne à questão dissertativa, foi possível perceber que os alunos ficaram satisfeitos com as atividades, uma

vez que a maioria das respostas eram sobre a realização de novos encontros e uma maior duração do projeto. Além disso, a atividade do V ou F foi muito bem avaliada também nesse espaço, sendo inclusive sugerido que mais jogos e desafios fossem adicionados à dinâmica organizacional do projeto. No mais, algumas outras sugestões como o uso de imagens nas explicações, a inserção da temática da fecundação e a realização de brincadeiras nas quais exijam movimento foram trazidas pelos alunos no espaço da questão dissertativa. Desse modo, pode-se perceber que houve um engajamento dos adolescentes para com o projeto e que eles se mostraram interessados verdadeiramente pelo assunto e pelas atividades.

Além disso, ao final das atividades, as ações e a importância de sua realização foram discutidas com os acadêmicos. Em consenso, os universitários afirmaram que tal abordagem da educação sexual é de suma importância para o desenvolvimento saudável dos adolescentes, trazendo, inclusive, a falta que tais ações fizeram no seu próprio processo de descoberta enquanto adolescentes. Ademais, também foi evidenciada a importância da experiência para o contexto profissional, uma vez que a experiência permitiu a aplicação da temática discutida em ambiente universitário na comunidade, além do desenvolvimento de habilidades – como a comunicacional – que são imprescindíveis para a formação médica.

Conclusão

O projeto mostrou-se como uma ferramenta viável e eficaz na abordagem das temáticas da sexualidade, métodos

contraceptivos e ISTs no ambiente escolar, uma vez que esses são assuntos muitas vezes negligenciados no ambiente familiar. Além disso, tem-se nas atividades realizadas uma forma de combater o tabu criado ao redor da educação sexual, uma vez que se trata de ensinar sobre saúde, proteção e responsabilidade com o próprio corpo. Logo, mostra-se importante a ampliação da abordagem da temática, especialmente na escola, um ambiente favorável, dada a permanência estendida diária do adolescente, o que faz com que essa seja uma oportunidade para que o assunto seja bem debatido, minimizando o senso comum ainda predominante e munindo esses jovens do conhecimento que os fazem estabelecer com o próprio corpo uma relação mais segura e saudável.

Além disso, foi ressaltada a importância de ações de extensão no contexto da formação médica, uma vez que a extensão permite a sedimentação de conhecimentos adquiridos na universidade e o desenvolvimento de habilidades que serão importantes para a vida profissional.

Referências

AMARAL, A. M. S. *et al.* Adolescência, gênero e sexualidade: uma revisão integrativa. *Revista Enfermagem Contemporânea*, Salvador, v. 6, n. 1, p. 62-67, 2017. DOI: <https://doi.org/10.17267/2317-3378rec.v6i1.1114>. Disponível em: <https://www5.bahiana.edu.br/index.php/enfermagem/article/view/1114>. Acesso em: 20 out. 2022.

BEST, O.; BAN, S. Adolescence: physical changes and neurological development. *British Journal Of Nursing*, Londres, Inglaterra,

- v. 30, n. 5, p. 272-275, 2021. DOI: <https://doi.org/10.12968/bjon.2021.30.5.272>. Disponível em: <https://www.magonline-library.com/doi/full/10.12968/bjon.2021.30.5.272>. Acesso em: 20 out. 2022.
- BRASIL. *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 20 out. 2022.
- BRASIL. *Lei nº 60/2009, de 6 de agosto de 2009*. Dispõe sobre o estabelecimento do regime de aplicação da educação sexual em meio escolar. Brasília: Presidência da República, 2009. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/uccarcozelo/educacao-sexual-escola-lei-60-de-2009-de-6-agosto>. Acesso em: 20 out. 2022.
- CAMPOS JÚNIOR, D.; BURNS, D. A. R. (org.). *Tratado de pediatria*. 4. ed. Barueri: Manole, 2017.
- CARNEIRO, R. F. *et al.* Educação sexual na adolescência: uma abordagem no contexto escolar. *SANARE: Revista de Políticas Públicas*, São Luís, v. 14, n. 1, p. 104–108, 2015. Disponível em: <https://sanare.emnuvens.com.br/sanare/article/view/617>. Acesso em: 20 out. 2022.
- FAIAL, L. C. M. *et al.* A escola como campo de promoção à saúde na adolescência: revisão literária. *Revista Pró-UniverSUS*, Vassouras, v. 7, n. 2, p. 22-29, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Cidllan-Faial/publication/317624449_The_school_as_an_environment_for_health_promotion_during_adolescence_literature_review/links/594450d5a6fdccb93ab5ae68/The-school-as-an-environment-for-health-promotion-during-adolescence-literature-review.pdf. Acesso em: 20 out. 2022.

- HAY JÚNIOR, W. W. *et al.* *Current pediatria: diagnóstico e tratamento*. 23. ed. Porto Alegre: Artmed, 2015.
- HERTING, M. M.; SOWELL, E. R. Puberty and structural brain development in humans. *Frontiers in Neuroendocrinology*, [s. l.], v. 44, p. 122-137, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.yfrne.2016.12.003>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0091302216300632>. Acesso em: 20 out. 2022.
- KAHN, N. F.; HALPERN, C. T. Associations between patterns of sexual initiation, sexual partnering, and sexual health outcomes from adolescence to early adulthood. *Archives of Sexual Behavior*, Nova Iorque, EUA, v. 47, n. 6, p. 1791-1810, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10508-018-1176-9>. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10508-018-1176-9#citeas>. Acesso em: 20 out. 2022.
- MASTROTHEODOROS, S. *et al.* Coming closer in adolescence: convergence in mother, father, and adolescent reports of parenting. *Journal of Research on Adolescence*, Mahwah, EUA, v. 29, n. 4, p. 846-862, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1111/jora.12417>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/jora.12417>. Acesso em: 20 out. 2022.
- NEPOMUCENO, C. C. *et al.* Cuidar por meio da educação: a extensão universitária e a promoção da saúde de adolescentes e jovens. *Em Extensão*, Uberlândia, v. 12, n. 1, p. 150-158, 2013. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/download/20851/12664>. Acesso em: 20 out. 2022.
- PEETERS, M. *et al.* Unique developmental trajectories of risk behaviors in adolescence and associated outcomes in young adulthood. *PLoS One*, São Francisco, Estados Unidos; Cambridge, Reino Unido, v. 14, n. 11, p. 1-19, 2019. DOI: <https://doi.org/>

- 10.1371/journal.pone.0225088. Disponível em: <https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0225088>. Acesso em: 20 out. 2022.
- RIBEIRO, D. K. *et al.* Experiência de estudantes de enfermagem em um projeto de educação em saúde e sexualidade na escola. *Revista Guará*, Vitória, v. 6, n. 9, p. 85-96, 2018. DOI: <https://doi.org/10.30712/guara.v6i9.15624>. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/guara/article/view/15624>. Acesso em: 20 out. 2022.
- SANTOS, M. C. E. M.; SANTOS, P. C. M. A. Pesquisa e extensão universitária como sustentação do ensino. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v. 5, n. 9, p. 14345-14360, 2019. DOI: <https://doi.org/10.34117/bjdv5n9-048>. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/3095/3011>. Acesso em: 20 out. 2022.
- SAWYER, S. M. *et al.* The age of adolescence. *The Lancet Child & Adolescent Health*, Londres, Inglaterra, v. 2, n. 3, p. 223-228, 2018. DOI: [https://doi.org/10.1016/S2352-4642\(18\)30022-1](https://doi.org/10.1016/S2352-4642(18)30022-1). Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S2352464218300221>. Acesso em: 20 out. 2022.
- TENÓRIO, F. G. *et al.* Extensão universitária e responsabilidade social: 20 anos de experiência de uma instituição de ensino superior. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 34., 2010, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: ANPAD, 2010. p. 1-15. Disponível em: <https://gestaosocial.paginas.ufsc.br/files/2011/06/XXXIV-Encontro-da-ANPAD1.pdf>. Acesso em: 20 out. 2022.

Enfrentamento à Covid-19 | 2 | no Agreste de Pernambuco

Nara Miranda Portela
Amanda Soares de Vasconcelos
Carolina Albuquerque da Paz

Introdução

Em 2020, a Covid-19, doença de elevada transmissibilidade causada por um novo coronavírus (Sars-CoV-2), se disseminou pelo mundo de forma imparável, alcançando critérios epidemiológicos para ser considerada uma pandemia (WHO, 2020). De maneira geral, o quadro clínico da doença se manifesta com tosse, febre, dor na garganta, dispneia e coriza, caracterizando-se como uma síndrome gripal; entretanto, estudos sugerem que cerca de 65% dos indivíduos se apresentam assintomáticos. Por outro lado, alguns indivíduos infectados podem evoluir para as formas mais graves da doença, desenvolvendo quadros respiratórios importantes, tais como pneumonias graves e outras complicações, que podem levar o indivíduo a óbito (GUAN *et al.*, 2020; HUANG *et al.*, 2020).

Conforme dados divulgados pela Organização Mundial da Saúde (OMS), cerca de 20% dos casos detectados de Covid-19 requerem atendimento hospitalar por apresentarem sintomas mais graves. Desses, aproximadamente 5% podem vir a requerer internamento hospitalar com necessidade de suporte ventilatório (OPAS, 2020). Devido ao número limitado de leitos hospitalares, assim como ao rápido aumento de infecções e de agravamentos em um curto espaço de tempo, projetou-se que as necessidades de internações superariam a capacidade de acolhimento da Rede de Atenção à Saúde (RAS) (BRASIL, 2020; NORONHA *et al.*, 2020; OPAS, 2020).

Diante do avanço da pandemia em Pernambuco, a Secretaria Estadual de Saúde do estado de Pernambuco (SES-PE) criou uma Central de Regulação Estadual voltada para a gestão dos fluxos de acesso de pacientes com apresentação da Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) a leitos de hospitais públicos terciários com infraestrutura necessária à atenção de alta complexidade (CIB, 2020). De forma complementar ao plano estadual, a IV Gerência Regional de Saúde do Estado de Pernambuco (IV Geres) elaborou uma estratégia de implantação de leitos clínicos de retaguarda para a Covid-19 nos municípios que a integram com o objetivo de racionalizar a oferta de leitos a nível regional e garantir o acesso da população aos serviços de Saúde diante de um potencial colapso da RAS (CIR, 2020).

Ciente das dificuldades em criar uma central de leitos própria que iria demandar recursos humanos, materiais e expertise de regulação hospitalar, a gerência da IV Geres firmou uma parceria com o curso de Medicina do Centro Acadêmico

do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco (CAA-UFPE), consolidada em um projeto de extensão. Entende-se por extensão universitária o processo que interage conjuntamente com o ensino e a pesquisa e proporciona um vínculo enriquecedor entre a universidade e a sociedade no sentido de trocar o conhecimento com vistas a uma transformação na realidade social. Dessa forma, aproveitou-se da experiência em regulação em Saúde de alguns membros do corpo docente e os esforços de outros professores, além dos acadêmicos, para ampliar a capacidade já instalada na IV Geres na implantação de uma central regional de regulação de leitos voltada para os leitos clínicos de retaguarda.

Em paralelo à central regional, o projeto previu apoio técnico-científico para o cuidado dos pacientes com Covid-19, importante no contexto do surgimento de uma nova doença sobre a qual existem inúmeros conflitos de informações e divergências de opinião. Um serviço de teleconsultoria foi implantado e ações de capacitação foram executadas para esclarecer dúvidas dos profissionais de Saúde da IV Geres, bem como para divulgar informação atualizada, cientificamente embasada e relevante para direcionar o manejo clínico da doença através da Medicina Baseada em Evidência (BEM).

Dentro das diretrizes da extensão, com foco na formação humanística, alguns acadêmicos do curso de Medicina do CAA-UFPE participaram de todas as atividades, desde a elaboração dos protocolos clínicos para os hospitais, a confecção de materiais educativos para os profissionais de Saúde e as teleconsultorias até o acompanhamento dos médicos na regulação de leitos. Eles foram acompanhados pelos docentes

integrantes do projeto de extensão e atuaram como protagonistas das ações e dos debates de reflexão sobre como esse processo impactou em suas formações.

Objetivo

Este trabalho objetiva relatar a experiência da execução do projeto de extensão intitulado *Ações de enfrentamento e cuidado ao paciente com Covid-19 no Agreste de Pernambuco*.

Metodologia

De forma geral, o projeto objetivou a implementação de ações de enfrentamento à Covid-19 divididas em dois eixos: (i) a capacitação de profissionais de Saúde e a implantação da Central Regional de Regulação de Leitos. O primeiro eixo previu a oferta de cursos de capacitação e de suporte técnico-científico (teleconsultoria) para os profissionais de Saúde dos hospitais municipais da IV Geres que atuaram com os pacientes com Covid-19; e (ii) a elaboração de um protocolo de regulação dos leitos clínicos de retaguarda dos municípios atendidos pela IV Geres, bem como a implantação e a operacionalização da Central Regional de Regulação de Leitos.

As ações do projeto foram desenvolvidas para o atendimento dos profissionais e gestores de saúde de todos os níveis de atenção vinculados aos 32 municípios abrangidos pela IV Geres de Pernambuco, que foram: Agrestina, Alagoinha, Altinho, Barra de Guabiraba, Belo Jardim, Bezerros, Bonito, Brejo da Madre de Deus, Cachoeirinha, Camocim São Félix,

Caruaru, Cupira, Frei Miguelinho, Gravatá, Ibirajuba, Jataúba, Jurema, Panelas, Pesqueira, Poção, Riacho das Almas, Sairé, Sanharó, Santa Cruz do Capibaribe, Santa Maria do Cambucá, São Bento do Una, São Caitano, São Joaquim do Monte, Tacaimbó, Taquaritinga do Norte, Toritama e Vertentes. As ações extensionistas aconteceram no período de abril a setembro de 2020 e todas as atividades foram realizadas de forma virtual, com o auxílio de tecnologias de informação, de forma síncrona ou assíncrona, devido ao cenário pandêmico que, por sua vez, exigiu o distanciamento social.

A equipe de execução das atividades foi composta por 22 discentes e 11 docentes que atuaram na oferta de cursos de capacitação, na teleconsultoria e na Central de Regulação. Em relação ao eixo de capacitação profissional, foram desenvolvidos protocolos de atendimento em pronto-socorro e leitos de internamento hospitalares de baixa complexidade a partir da realidade dos recursos físicos e humanos, além dos insumos disponíveis nos hospitais. De forma complementar, cursos de pequena duração na modalidade *on-line* também foram ofertados a partir da necessidade de formação referida pelos gestores municipais. As atividades da equipe de teleconsultoria envolviam coordenar as solicitações de teleconsultoria com as funções de receber, analisar, classificar e orientar o fluxo de solicitações de teleconsultoria, distribuindo-as aos teleconsultores. Além disso, era necessário responder as teleconsultorias nos prazos previstos, com o objetivo de fornecer apoio assistencial e/ou educacional aos profissionais solicitantes de acordo com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS).

No segundo eixo, foi desenvolvido um protocolo de regulação de leitos concretizado na implantação e operação de Central Regional de Regulação de Leitos. A equipe de regulação focou em coordenar as solicitações dos leitos de Covid-19 municipais com a função de receber, analisar, classificar e orientar o fluxo de solicitação, distribuindo as vagas de acordo com a microrregião de saúde de cada paciente e respeitando os protocolos de regulação desenvolvidos. As atividades da equipe de Tecnologia da Informação (TI) envolveram a definição e a implantação do sistema eletrônico de telessaúde e o sistema eletrônico de regulação de leitos, que foram adotados no projeto, assim como traçar estratégias de capacitação dos profissionais que utilizariam tais sistemas.

Resultados e discussão

Capacitação profissional

Dentro do eixo de capacitação profissional, uma Central de Teleconsultoria foi montada para esclarecer dúvidas dos profissionais de Saúde da IV Geres sobre manejo, condutas, procedimentos clínicos relacionados à Covid-19, se baseando nas melhores evidências científicas disponíveis adaptadas para as realidades locais e seguindo os princípios do SUS.

Para operacionalizar o serviço de teleconsultoria, foi criado um grupo em um aplicativo de mensagens (WhatsApp) amplamente divulgado entre os profissionais de Saúde da região, para que fossem enviadas as solicitações. Os discentes extensionistas atuaram como telerreguladores e teleconsultores

sob a supervisão dos docentes do projeto. As solicitações eram recebidas por um telerregulador, registradas em uma planilha eletrônica e encaminhadas para um teleconsultor que, por sua vez, deveria respondê-las em até 72h, respeitando as orientações do Ministério da Saúde (BRASIL, 2015). Todo o atendimento foi realizado no formato assíncrono, com encaminhamento registrado na plataforma.

Durante o período do projeto, foram geradas 52 solicitações de teleconsultoria, das quais 82,7% foram geradas por profissionais de Saúde de hospitais municipais, 9,6% de profissionais de serviços de pronto atendimento e as demais (7,7%) de profissionais e gestores de hospitais de campanha, da Central de Regulação e da IV Geres. As solicitações foram originadas de 25 diferentes municípios, indicando que a divulgação da Central de Telerregulação alcançou a maioria (78,12%) dos municípios da IV Geres. As principais demandas da telerregulação foram o envio do protocolo de regulação de leito municipal (32,7%), a solicitação de esclarecimento acerca do perfil do paciente a ser internado (19,2%), o esclarecimento do procedimento para solicitação de um leito regulado (17,3%), a informação sobre instituições de saúde disponíveis para o internamento do paciente (13,5%) e as orientações clínicas para o cuidado do paciente com Covid-19 (11,5%). Os dados mostram que a Central de Teleconsultoria atuou como uma importante ferramenta na orientação das equipes de Saúde dos municípios quanto ao protocolo de regulação dos leitos.

Dentro do escopo da teleconsultoria, foram produzidos alguns documentos para apoiar os profissionais de Saúde abordando as temáticas, a exemplo do *Manejo da Covid-19 pela*

atenção primária (DAL CHIAVON *et al.*, 2020); do *Protocolo para regulação da Rede de Urgência e Emergência ligada à Covid-19* (GOVERNO DE PERNAMBUCO, 2020); das *Recomendações de uso de máscaras N95* (PAZ *et al.*, 2020); e da *Contenção da Covid-19 para instituições de longa permanência de idosos* (VASCONCELOS *et al.*, 2020). As produções envolveram o esforço conjunto entre discentes e docentes do projeto sob demandas específicas de diferentes setores da RAS da IV Geres.

Além do serviço de teleconsultoria, o projeto ofertou dois cursos, intitulados *Paramentação e desparamentação no contexto da Covid-19* e *Cuidados paliativos no contexto da Covid-19*, ambos dentro dos princípios da Teleducação, recurso previsto no rol de ações da Telessaúde (BRASIL, 2015). Com a medida sanitária de distanciamento social implementada no enfrentamento à Covid-19, a teleducação tornou-se indispensável na atualização de competências profissionais, uma vez que possibilitou a colaboração entre profissionais de Saúde do mundo inteiro no processo de aquisição de novos conhecimentos, habilidades e atitudes, além do aprimoramento dos conhecimentos já existentes (WIJESOORIYA *et al.*, 2020).

Os cursos foram estruturados no formato remoto e ofertados através do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) da UFPE, visando o respeito à recomendação do isolamento social. Os materiais didáticos foram disponibilizados no AVA e as aulas foram realizadas de forma assíncrona para que cada inscrito estabelecesse seu ritmo próprio de estudo. Como os cursos foram formatados para serem autoinstrucionais, não houve necessidade de tutores para os participantes; porém, os discentes trabalharam como monitores e ficaram à

disposição para sanar as possíveis dúvidas (sob a orientação dos professores) (SILVA, N. *et al.*, 2021).

Segundo relatado no trabalho de N. Silva *et al.* (2021), somando os dois cursos, houve 198 inscritos, e apenas 24 concluintes. Os profissionais que mais buscaram por essa capacitação foram enfermeiros, técnicos de enfermagem e médicos. Sua avaliação foi realizada através de uma pesquisa de opinião com o público-alvo, utilizando formulário *on-line*. Na análise das 23 respostas obtidas, verificou-se que o impacto foi positivo na prática profissional e que a metodologia de ensino adotada e o AVA também foram bem avaliados (SILVA, N. *et al.*, 2021).

Central Regional de Regulação de Leitos

A partir da aprovação da Central Regional de Regulação de Leitos, foi produzido um protocolo que rege as ações da central contemplando a determinação do perfil dos leitos, a estratificação dos pacientes a partir dos sinais e sintomas (critérios de internação), o fluxo de solicitação nos leitos regulados pela Central e as atribuições de cada membro da equipe multiprofissional, dentre outros pontos (GOVERNO DE PERNAMBUCO, 2020). Além de otimizar a utilização dos leitos, a aplicação do protocolo tem como objetivo a prevenção de ocorrência de casos graves através de um melhor manejo das condições que seriam fatores de risco para o agravamento da Covid-19 na população da IV Geres.

O documento foi escrito de forma coletiva e colaborativa, com a participação de professores, acadêmicos de Medicina,

médicos reguladores, gestores da IV Geres e secretarias de Saúde dos municípios da região. Destaca-se que a construção do protocolo foi a etapa mais importante do planejamento do processo regulatório dos leitos de retaguarda, visto que, além de ser um instrumento de pactuação entre os gestores, é através dele que se estabelecem os processos de funcionamento da Central.

No trabalho de J. Silva *et al.* (2021), esse protocolo foi avaliado pelos membros da equipe da Central de Regulação e por profissionais de Saúde usuários da Central de Regulação. Na avaliação, se destacaram positivamente os domínios *Escopo e finalidade* e *Clareza e apresentação*, indicando que a descrição dos objetivos, da população-alvo e das recomendações do protocolo estavam claras para os avaliadores. Os resultados também mostraram que os critérios para a seleção de evidências e a clareza para sua descrição dentro do protocolo foram satisfatórios, fato justificado pela utilização de metodologias apropriadas e estratégias rigorosas em seu processo de desenvolvimento, conferindo confiabilidade ao seu uso para a prática clínica. Embora fosse um serviço inovador na região, que ampliou a capacidade de atendimento de pacientes dentro da rede de Saúde, o protocolo foi construído em consonância com os protocolos atualizados do Ministério da Saúde (SILVA, J. *et al.*, 2021).

Após a aprovação do protocolo, a Central de Regulação Regional começou a funcionar no formato remoto no turno diurno todos os dias da semana (CIR, 2020), não havendo funcionamento noturno devido à impossibilidade de financiamento de plantão médico para esse horário. A operação

da Central foi apoiada por um Sistema de Tecnologia da Informação e Comunicação da Regulação (STICR) baseado em planilhas eletrônicas *on-line* e usado no registro de fluxo de solicitações de leitos e gestão das ações da Central. A partir desse sistema, foram desempenhadas algumas atividades, tais como o processamento das solicitações, o controle e disponibilidade dos leitos de retaguarda, a evolução clínica das pessoas internadas e o desfecho dos casos.

Os leitos foram solicitados por médicos(as) de serviços de Pronto Atendimento através de *e-mail* ou formulário eletrônico específico. O STICR foi alimentado com os dados clínicos do paciente e informações do solicitante. Na Central, médicos e acadêmicos reguladores analisavam as solicitações abertas e as encaminhavam por meio da liberação de um código de leito de retaguarda, quando era verificado que o perfil clínico do paciente estava de acordo com o protocolo. A situação de ocupação dos leitos regulados, a evolução clínica dos pacientes e o desfecho dos casos foram acompanhados diariamente pelos acadêmicos apoiadores em colaboração com profissionais das instituições de Saúde reguladas. Dessa forma, assim que um leito fosse liberado, o STICR era atualizado para liberar um código de leito. As atividades dos acadêmicos de Medicina estavam sendo preceptoradas por uma coordenadora médica e pelos médicos reguladores.

A Central Regional de Regulação de Leitos da IV Geres esteve ativa por 149 dias (de 4 de maio de 2020 a 30 de setembro de 2020). Durante este período, a Central processou 1183 solicitações, dentre as quais 776 (65,6%) foram aceitas e 407 (34,4%) foram recusadas. A média geral foi de $7,89 \pm 7,01$

solicitações por dia, com tempo médio de resposta à solicitação de 3h23m ± 5h20 m. O tempo médio de ocupação dos leitos foi de 5,84 ± 5,69 dias. Os dados mostram que a Central Regional da IV Geres conseguiu absorver diversas solicitações que seriam encaminhadas à Central de Regulação Estadual ao longo da sua operação, contribuindo de forma indireta com a disponibilização de leitos de alta complexidade (SANTOS *et al.*, 2021).

Os principais motivos de recusa no processamento das solicitações foram por solicitação repetida (60,2%), por motivos clínicos diversos que fugiam ao escopo da regulação da Central (37,3%) e por insuficiência de dados (2,5%). O alto número de solicitações repetidas indicou a necessidade de um sistema de confirmação de recebimento de solicitação para que o profissional tivesse ciência do sucesso do envio. O uso incipiente do serviço de uma central de regulação em modalidade espontânea, o desconhecimento do serviço ofertado e do protocolo de regulação e o não entendimento sobre o funcionamento do sistema são outras possíveis justificativas para o número de solicitações não adequadas (SANTOS *et al.*, 2021). Nesse caso, ações de orientação das equipes de saúde dos municípios quanto ao protocolo e serviço de regulação dos leitos poderiam reduzir a recusa de solicitações.

Ainda como resultado do projeto de extensão, foi construído um projeto de pesquisa intitulado *Telessaúde como suporte para assistência de pacientes com Covid-19* e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFPE. O objetivo da pesquisa foi avaliar o serviço de telessaúde integrado à regulação na assistência de pacientes com manifestações

moderadas de Covid-19 em hospitais municipais da IV Geres de Pernambuco, fortalecendo, em mais um aspecto, o tripé Ensino-Pesquisa-Extensão da iniciativa aqui relatada.

Impacto na formação do acadêmico

O processo pedagógico do acadêmico que vivencia a extensão universitária é enriquecido ao envolvê-los com docentes e comunidade num movimento de troca de saberes e aprendizagem, dando um alcance social à produção do conhecimento (SEVERINO, 2007). Potencialmente, a extensão compõe um local de vivências, de autodesenvolvimento e de autoaprendizagem, mediados pelas inter-relações com o outro e com a realidade, cujo processo-produto é a formação do estudante universitário em diferentes aspectos: pessoal, social, comunitário e profissional (SÍVERES, 2013).

A extensão também ocupa um espaço estratégico para promover práticas integradas entre as várias áreas do conhecimento, possibilitando a multidisciplinaridade e o desenvolvimento de uma consciência cidadã e humana e formando sujeitos capazes de se colocar no mundo com uma postura mais ativa e crítica, haja vista que a extensão trabalha no sentido da transformação social (MOITA; ANDRADE, 2009; FLORES; MELO, 2020). O envolvimento de acadêmicos extensionistas como mediadores das ações dos diferentes eixos do projeto *Ações de enfrentamento e cuidado ao paciente com Covid-19 no Agreste de Pernambuco* proporciona um campo importante de reflexões e empoderamento profissional. A interação direta com colegas, professores e comunidade torna o profissional

mais crítico acerca dos problemas sociais e impulsiona-o a exercer sua profissão com mais cidadania (GONÇALVES, 2000).

As ações vivenciadas e compartilhadas entre os sujeitos possibilitaram o confronto das suas experiências e necessitaram de intervenções e interações de todos os envolvidos, proporcionando transformações sobre os problemas enfrentados. Para isso, é preciso adquirir conhecimento por meio de uma presença curiosa do sujeito em face do mundo (FREIRE, 2011). Corroborando esse pensamento, observou-se que a participação como protagonistas nas ações desse projeto impactou significativamente na formação acadêmica dos estudantes, uma vez que essa participação oportunizou vivências e situações que não seriam possíveis somente em discussões teóricas da sala de aula, tornando-os mais críticos acerca da realidade e do contexto local, ampliando as oportunidades de aprendizagem, pesquisa e trabalho dos discentes do curso de Medicina e viabilizando a identificação de desafios e soluções relacionados à Covid-19.

Dentro deste contexto, os conceitos extensionistas corroboram o Art. 7 das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina (BRASIL, 2014), em que, na Educação em Saúde, o graduando deverá se corresponsabilizar pela própria formação inicial, continuada e em serviço, adquirindo autonomia intelectual, responsabilidade social e se comprometendo com a formação das futuras gerações de profissionais de Saúde.

Ainda no âmbito das potencialidades envolvidas na formação profissional dos acadêmicos, observou-se o desenvolvimento de competências relacionadas à pesquisa científica e

à gestão em saúde envolvendo o uso de tecnologias da informação e comunicação (TICS), que permitiram retroalimentar a tomada de decisão na gestão de modo a buscar melhorias na qualidade integral da saúde da população, em consonância com o que é preconizado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais na Seção II, dedicada à gestão em Saúde (BRASIL, 2014).

Assim sendo, a indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão reafirma a extensão como processo acadêmico em que coloca o estudante como protagonista de sua formação para obtenção de competências necessárias à sua atuação profissional e de sua formação cidadã, para, assim, reconhecer-se como agente de garantia de direitos e deveres e de transformação social (FORPROEX, 2012).

Conclusões

O projeto de extensão *Ações de enfrentamento e cuidado ao paciente com Covid-19 no Agreste de Pernambuco* apresentou resultados de precioso impacto para o Agreste pernambucano em um momento de incertezas, dificuldades e isolamento social. O curso de Medicina do CAA-UFPE utilizou suas potencialidades e recursos para auxiliar profissionais e gestores que estavam no enfrentamento desse grave problema de saúde pública. Além disso, as ações do projeto auxiliaram na garantia de uma assistência mais adequada à população a partir das melhores evidências científicas e no apoio de tecnologia da informação para que as medidas de distanciamento necessárias no momento fossem respeitadas. O trabalho colaborativo entre gestores, profissionais de Saúde, acadêmicos e

professores reconheceu a real demanda de saúde da região atendida, trouxe experiência em gestão, capacitação profissional, regulação e resolução de problemas para os futuros profissionais de Saúde, além de garantir a execução de um dos propósitos da universidade pública.

Referências

BRASIL. *Resolução CNE/CES nº 3, de 20 de junho de 2014*. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina e dá outras providências. Brasília: Ministério da Educação, 2014. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECESN32014.pdf?query=Sistema%20de%20Ensino. Acesso em: 20 out. 2022.

BRASIL. *Nota técnica nº 50/2015 - DEGES/SGTES/MS*. Diretrizes para a oferta de atividades do Programa Nacional Telessaúde Brasil Redes. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/notas_tecnicas/Nota_Tecnica_Diretrizes_Telessaude.pdf. Acesso em: 20 out. 2022.

BRASIL. *Guia de vigilância epidemiológica: emergência de saúde pública de importância nacional pela doença pelo Coronavírus 2019*. 1. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2020. 58 p. Disponível em: https://www.saude.sc.gov.br/coronavirus/arquivos/af_gvs_coronavirus_6ago20_ajustes-finais-2.pdf. Acesso em: 20 out. 2022.

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE (CIB). *Resolução CIB/PE nº 5.309, de 23 de junho de 2020*. Aprova tipologia de leitos e a regulação para o enfrentamento dos efeitos da epidemia por SARS-CoV-2 no Estado de Pernambuco. Recife: Secretaria

do Estado de Pernambuco, 2020. Disponível em: <http://web.transparencia.pe.gov.br/ckan/dataset/4b2bdfb5-01d-9-4226-b5a7-97305976a64a/resource/fd96593a-baa4-459e-83c4-e3e89bebd554/download/resolucao-cib-pe-n-5309.pdf>. Acesso em: 20 out. 2022.

COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL DA IV REGIÃO DE SAÚDE (CIR). *Resolução nº 386, de 07 de abril de 2020*. Aprova a implantação de Leitos de Retaguarda Municipais para infecção pelo Coronavírus (COVID-19) na IV Regional de Saúde-PE. Caruaru: CIR, 2020.

DAL CHIAVON, A. C. *et al. Guia de manejo da COVID-19: pela atenção primária à saúde no Agreste de Pernambuco*. Caruaru: UFPE, 2020. Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/501732/o/Guia+de+Manejo+da+COVID-19+pela+Aten%C3%A7%C3%A3o+Prim%C3%A1ria+%C3%A0+Sa%C3%BAde+no+Agreste+de+Pernambuco/4ab5f687-5539-4d5f-8832-a0c9fd140b34>. Acesso em: 20 out. 2022.

FLORES, L. F.; MELLO, D. T. O Impacto da extensão na formação discente, a experiência como prática formativa: um estudo no contexto de um Instituto Federal no Rio Grande do Sul. *Revista Conexão UEPG*, Ponta Grossa, v. 16, n. 1, p. 1-12, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5141/514162470027/514162470027.pdf>. Acesso em: 20 out. 2022.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS (FORPROEX). *Extensão universitária: organização e sistematização*. Belo Horizonte: Coopmed, 2007. Disponível em <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Organizacao-e-Sistematizacao.pdf>. Acesso em: 20 out. 2022.

FREIRE, P. *Extensão ou comunicação?* São Paulo: Paz e Terra, 2011.

- GONÇALVES, T. V. O. *Ensino de ciências e matemática e formação de professores: marcas da diferença*. 2000. 272 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/296826944.pdf>. Acesso em: 20 out. 2022.
- GOVERNO DE PERNAMBUCO. *Nota Técnica sobre a Covid-19, n. 1: protocolo para regulação da rede de urgência e emergência ligada à Covid-19 da IV Geres-Pernambuco*. Caruaru: Governo de Pernambuco, 2020. 27 p. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/37512>. Acesso em: 20 out. 2022.
- GUAN, W. *et al.* Clinical characteristics of coronavirus disease 2019 in China. *New England Journal of Medicine*, Boston, Estados Unidos, v. 382, n. 18, p. 1708-1720, 2020. Disponível em: <https://www.nejm.org/doi/full/10.1056/NEJMoa2002032>. Acesso em: 20 out. 2022.
- HUANG, C. *et al.* Clinical features of patients infected with 2019 novel coronavirus in Wuhan, China. *The Lancet*, Londres, Reino Unido, v. 395, n. 10223, p. 497-506, 2020. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(20\)30183-5](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(20)30183-5). Disponível em: <https://www.science-direct.com/science/article/pii/S0140673620301835>. Acesso em: 20 out. 2022.
- MOITA, F. M. G. S. C.; ANDRADE, F. C. B. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 41, p. 269-280, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782009000200006>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/gmGjD689HxfJhy5bgykz6qr/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 out. 2022.
- NORONHA, K. V. M. S. *et al.* Pandemia por COVID-19 no Brasil: análise da demanda e da oferta de leitos hospitalares e

- equipamentos de ventilação assistida segundo diferentes cenários. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 6, p. 1-17, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00115320>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/MMd3ZfwYstDqbpRxFRR53Wx/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 out. 2022.
- ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). *Folha informativa COVID-19: teleconsulta durante uma pandemia*. Washington: OPAS, 2020. Disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/52008>. Acesso em: 20 out. 2022.
- PAZ, C. A. *et al.* *Nota técnica sobre a COVID-19 n. 3: recomendações para uso prolongado e reutilização das máscaras N95*. Caruaru: UFPE, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/37514/1/Nota%20t%c3%a9cnica%20sobre%20a%20Covid-19%20n.3%3a%20recomenda%c3%a7%-c3%b5es%20para%20uso%20prolongado%20e%20reutiliza%c3%a7%c3%a3o%20das%20m%c3%a1scaras%20N95.pdf>. Acesso em: 20 out. 2022.
- SANTOS, J. V. M. Q. *et al.* Impacto da regulação de leitos regionais de baixa complexidade como suporte para pacientes com Covid. *In: JORNADA ACADÊMICA DO NÚCLEO DE CIÊNCIAS DA VIDA*, 3., 2021, Caruaru. *Anais [...]*. Caruaru: NCV, 2021. p. 127-132.
- SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- SILVA, J. A. A. *et al.* Análise da eficiência dos protocolos clínicos de regulação da rede de urgência e emergência ligada ao COVID-19 DA IV GERES-PERNAMBUCO. *IN: JORNADA ACADÊMICA DO NÚCLEO DE CIÊNCIAS DA VIDA*, 3., 2021, Caruaru. *Anais [...]*. Caruaru: NCV, 2021. p. 121-126.

- SILVA, N. J. *et al.* Telessaúde como ferramenta para capacitação profissional durante a pandemia do Sars-CoV-2. In: SOUZA, H. M. S. (org.). *Atuações dos profissionais de saúde durante a residência*. 1. ed. Triunfo: Editora Omnis Scientia, 2021. p. 63-70.
- SÍVERES, L. (org.). *A extensão universitária como um princípio de aprendizagem*. Brasília: Líber Livro, 2013.
- VASCONCELOS, A. S. *et al.* Nota técnica sobre a COVID-19 n. 2: plano de contenção da Covid-19 para instituições de longa permanência de idosos. Caruaru: UFPE, 2020. Disponível em: <https://attena.ufpe.br/handle/123456789/37513?mode=full>. Acesso em: 20 out. 2022.
- WIJESOORIYA, N. R. *et al.* COVID-19 and telehealth, education, and research adaptations. *Paediatric Respiratory Reviews*, [s. l.], v. 35, p. 38-42, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.prrv.2020.06.009>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1526054220300944>. Acesso em: 20 out. 2022.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). *Coronavirus disease (COVID-19): situation report – 72*. Genebra: WHO, 2020. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/handle/10665/331685>. Acesso em: 20 out. 2022.

Ações de educação em saúde para idosos frequentadores do Cras Centenário em Caruaru-PE

3

Um relato de experiência

Maylle Tallyta Oliveira Cavalcante

Emanoel Gomes da Silva

Eunice Isabela Melo e Silva

Janaína Karen de Lima Campos

Amanda Soares de Vasconcelos

Introdução

O envelhecimento populacional está em progressivo avanço no Brasil e espera-se que a população necessite cada vez mais de atendimento especializado e estímulo ao envelhecimento saudável (FREITAS; PY, 2016). Dentre os principais impactos ao sistema de Saúde estão o aumento das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) e das neoplasias, como a de mama (a mais prevalente entre as brasileiras), as quais têm a senilidade como fator de risco (FREITAS; PY, 2016).

Nesse contexto, a Educação em Saúde é fundamental para que haja estímulo ao autocuidado e envelhecimento saudável, fatores indispensáveis à nova realidade demográfica e epidemiológica brasileira. Entende-se que estratégias de autocuidado são o conceito central das ações de promoção da saúde e prevenção de doenças e agravos; nas pessoas idosas,

é preciso dar destaque ao estilo de vida, ao comportamento e à subjetividade do indivíduo para que o autocuidado seja promovido (ALMEIDA; BASTOS, 2017). Alguns dos caminhos para que isso seja feito são: o incentivo à prática de atividade física, a alimentação saudável, a prevenção de quedas e de doenças (como o câncer de mama) e a compreensão do envelhecimento como um processo natural e positivo (LIMA FILHO *et al.*, 2018).

Dentre as possibilidades de ofertar Educação em Saúde para a população, encontra-se a extensão universitária, a qual tem, entre suas diretrizes, a interação dialógica e a transformação social, possibilitando que os conhecimentos adquiridos no ambiente acadêmico e científico sejam levados para fora dos muros da universidade. Com isso, há interação com as vivências em sociedade ao mesmo tempo em que há a possibilidade de se levar o conhecimento para criar uma conscientização sobre as temáticas abordadas (SANTOS; ROCHA; PASSAGLIO, 2016; STEIGLEDER; ZUCCHETTI; MARTINS, 2019). Os projetos de extensão voltados para a saúde têm como intuito a criação de uma sociedade capaz de tomar decisões benéficas para sua saúde, principalmente em relação às patologias mais recorrentes que acometem a população idosa, sendo algumas dessas a diabetes, a hipertensão arterial e o infarto, bem como algumas neoplasias mais presentes com o aumento da idade (MACHADO *et al.*, 2007; SILVA *et al.*, 2019).

A relação entre ensino e extensão permite que os acadêmicos conheçam a realidade da população-alvo e possam transmitir informações de qualidade, possibilitando, assim, a

compreensão de seu papel social e o exercício de cidadania (SANTOS; ROCHA; PASSAGLIO, 2016). Diante disso, há uma estreita relação entre os objetivos da extensão universitária e o conceito da Educação em Saúde, tendo em vista que ambas estimulam a integração do cuidado formando um espaço que integra a reflexão-ação, os conhecimentos técnicos-científicos, populares e culturais e, dessa forma, contribuem para a transformação social. Para os acadêmicos, a proposta de extensão contribui para o desenvolvimento do pensamento crítico-reflexivo, tornando o aluno um agente ativo na comunidade capaz de intervir na realidade do local, como também, capaz de criar vínculos com a população (MACHADO *et al.*, 2007; FALKENBERG *et al.*, 2014; CAVALCANTE *et al.*, 2017).

Objetivo

Este trabalho tem por objetivo relatar as experiências dos acadêmicos do curso de Medicina do Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco (CAA-UFPE) nas ações de extensão voltadas para idosos promovidas no Centro de Referência em Assistência Social (Cras) Centenário no município de Caruaru-PE.

Metodologia

Trata-se de um relato de experiência sobre ações extensionistas realizadas por estudantes de Medicina voltadas para Educação em Saúde de idosos. As ações aconteceram nos meses de outubro e novembro de 2021, no Cras Centenário

na cidade de Caruaru-PE, cujo público-alvo foi composto por idosos que frequentam o centro. Cerca de 25 mulheres e 5 homens estavam presentes em cada uma das ações, com uma faixa-etária média de 65 anos de idade. O planejamento e execução das ações de saúde foram feitas por docentes e discentes do curso de Medicina do CAA-UFPE como parte da disciplina *Extensão Universitária Aplicada às Ciências da Saúde*. O projeto contou com a parceria da equipe do Cras Centenário, que ajudou na preparação do espaço e forneceu informações sobre o público atendido e os horários mais adequados para as atividades acontecerem.

Para a realização das ações, houve duas etapas: a primeira consistiu na aplicação de um questionário presencial com os idosos que compareceram no Cras Centenário a fim de identificar o nível de conhecimento do público-alvo a respeito do que seria tratado, com perguntas acerca da percepção quanto a sinais e sintomas de câncer de mama, momento certo de iniciar a prevenção e também de onde procurar ajuda para elucidar essas dúvidas. E a segunda etapa, por sua vez, se deu com o planejamento e execução das ações em saúde em quatro momentos diferentes, buscando abranger o maior número possível de pessoas. Os temas escolhidos como foco das ações foram câncer de mama e DCNT.

Após conhecidos os temas, os alunos foram divididos em grupos de quatro a cinco estudantes, que idealizaram e executaram ações lúdicas com o público em questão. A primeira ação teve como tema o câncer de mama, que se deu por meio de uma dinâmica de *verdadeiro ou falso* utilizando placas confeccionadas pelos estudantes, as quais eram levantadas

pelos idosos após afirmações do grupo condutor da dinâmica. Os participantes, após levantarem as placas, discutiam um pouco sobre as afirmações e, em seguida, os acadêmicos tiravam as dúvidas e esclareciam acerca da afirmação proferida. A segunda ação, também voltada para a mesma temática, envolveu mapas de isopor e debates sobre os sinais e sintomas que podem acometer as mamas, tirando dúvidas da população sobre o tema.

Já as ações cuja temática foi DCNT envolveram orientações sobre hábitos de vida e sua relação com a saúde, sendo essas orientações referentes à alimentação, aos exercícios físicos e à saúde mental. A terceira ação envolveu diversos alimentos e diferentes proporções para levantar temas como quantidade de sódio em cada um deles e quantidade de açúcar e tirar dúvidas sobre mitos e verdades acerca da influência de alguns alimentos em doenças como diabetes, hipertensão e dislipidemias. A última ação realizada utilizou balões como forma de interagir com os idosos, os quais traziam temas sobre saúde e qualidade de vida. Em ambas as ações, foi falado também sobre atividade física, higiene do sono, envelhecimento saudável e diversos assuntos em saúde que foram questionados pelos idosos.

Vale destacar que, devido à pandemia de Covid-19, foram tomados cuidados especiais pela equipe que executou as ações, com distanciamento entre os participantes, uso de máscara e disponibilização de álcool em gel 70% para a higiene das mãos. A avaliação das atividades pelo público se deu por *feedbacks* verbais após as dinâmicas e a equipe do Cras também relatou os benefícios da Educação em Saúde realizada no local.

Resultados e discussão

A extensão é um processo educativo capaz de produzir vínculos muito importantes entre universidade e sociedade; ela integra o tripé Ensino-Pesquisa-Extensão, tão relevante para a ampliação dos conhecimentos dos acadêmicos para além do espaço da universidade (STEIGLEDER; ZUCCHETTI; MARTINS, 2019). A produção e execução de práticas extensionistas é, sem dúvidas, um caminho oportuno para fortalecer nos discentes uma postura ética, reflexiva e realista em relação às principais questões da comunidade em que atuam. Dessa forma, a extensão aproxima o estudante da sociedade e auxilia na melhor percepção dos problemas sociais, econômicos e políticos, além de ampliar a visão acerca de seu papel social (SANTOS; ROCHA; PASSAGLIO, 2016).

A proposta do projeto de levar Educação em Saúde aos idosos assistidos pelo Cras Centenário possibilitou aos acadêmicos a aproximação com um público majoritariamente feminino, que frequentava o Cras quase diariamente à espera da doação de leite para consumo e tinha muita disposição para aprender. Embora o propósito central de tal experiência fosse levar a Educação em Saúde para esses idosos, a vivência dos acadêmicos e a troca de saberes com o público-alvo foi algo especialmente benéfico e único, haja vista que ampliou a visão dos extensionistas sobre a realidade e mostrou necessidades sociais e de saúde que muitas vezes não são conhecidas de perto pelos acadêmicos. Tudo isso contribuiu para tornar o aluno um agente mais ativo na comunidade, transformador da realidade local e capaz de criar vínculos com a

população e intervir em diversos contextos (CAVALCANTE *et al.*, 2017).

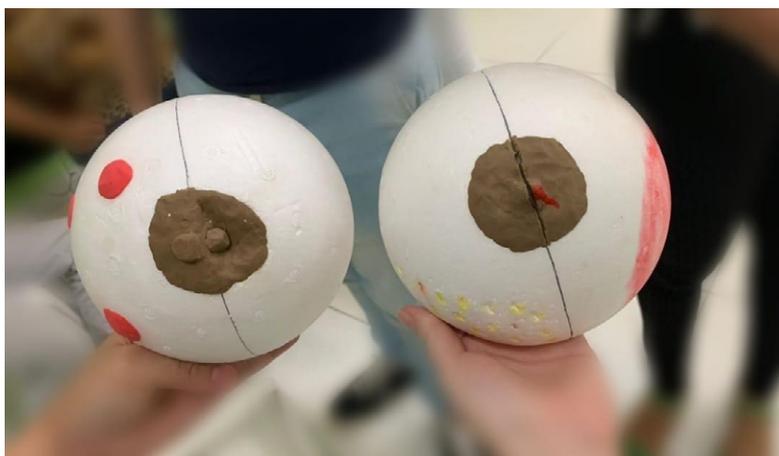
Vale ressaltar, também, que a Educação em Saúde é uma prática importante a ser incorporada nos cursos de Saúde como forma de desenvolver o pensamento crítico-reflexivo e contribuir com a sociedade. Ela é composta por três atores principais: os profissionais ou estudantes de Saúde; os gestores; e a população, a qual se beneficiará com a construção de conhecimentos e o aumento da autonomia nos cuidados, sejam individuais ou coletivos (FALKENBERG *et al.*, 2014). Com as ações sobre câncer de mama, foi notório que muitas pessoas ainda tinham dúvidas sobre quais cuidados devem ser tomados, como a frequência na realização de mamografias; a necessidade ou não de realizar autoexames periódicos e os fatores de risco para o desenvolvimento de câncer de mama. Os acadêmicos puderam disseminar informações corretas e confiáveis sobre a questão e desmistificar muitas informações incorretas. Tudo isso contribuiu para aumentar a autonomia dos usuários em relação ao autocuidado.

Ainda sobre a abordagem do câncer de mama, notou-se que, além das dúvidas que surgiram, muitas mulheres disseram estar dispostas a compartilhar o conhecimento adquirido nas ações com amigas, vizinhas e familiares, alertando-as para a importância da prevenção.

Outrossim, os modelos de mamografias isopor com os sinais de alerta para neoplasia mamária proporcionaram uma dinâmica lúdica, o que ajudou os acadêmicos a transmitirem as informações de forma clara e acessível, bem como possibilitou que as mulheres que participaram da ação tivessem um

melhor entendimento do assunto abordado. Assim, sabendo-se também que o câncer de mama é o mais comum entre as mulheres e que a prevalência das neoplasias é maior com o aumento da idade, nota-se a importância da disseminação dessas informações entre as mulheres, especialmente as idosas (OLIVEIRA *et al.*, 2012; INCA, 2020):

Figura 1. Modelos de mamas confeccionados em isopor



Fonte: Os autores (2021).

Sabe-se da necessidade de empoderar os idosos em seus próprios cuidados de saúde e também estimular sua participação mais ativa nas questões sociais, culturais e civis. Dessa forma, é de suma importância promover um envelhecimento saudável, superando cada vez mais a ideia de fragilidade e limitação da pessoa idosa (MALLMANN *et al.*, 2015). As ações sobre DCNT trouxeram discussões sobre mudanças simples,

mas eficazes nos hábitos de vida. Ainda nesse contexto, um aprendizado importante para os acadêmicos foi adaptar seus conhecimentos às particularidades do grupo em questão.

Nesse sentido, muitos idosos não tinham possibilidades financeiras de mudar drasticamente seus hábitos alimentares; fazer substituições de alimentos de alto custo ou ter acesso a serviços além dos oferecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Dessa maneira, um conhecimento adquirido pelos acadêmicos foi criar estratégias simples e efetivas de como melhorar a saúde daqueles idosos, dando orientações que pudessem ser seguidas na prática, como atividades ao ar livre, substituição de alimentos que tivessem preços semelhantes e também instruções sobre higiene dos alimentos comprados na feira livre. Além disso, as próprias informações trocadas entre os participantes da ação auxiliaram no processo educativo, o que contribuiu para a interação entre o conhecimento popular e os saberes dos profissionais e estudantes de Saúde (RODRIGUES *et al.*, 2009).

Além da substituição dos alimentos, foram apresentadas aos idosos receitas simples e saudáveis com ingredientes de fácil acesso e de baixo custo. Notou-se que, ao final dessa ação, surgiram algumas dúvidas sobre substituições que poderiam ser feitas na forma de preparo dos alimentos por conta da falta de utensílios domésticos, como o micro-ondas, ou ainda para saber como utilizar menos gás para fazer os alimentos. Diante disso, é possível notar que apesar de todo o cuidado dos acadêmicos com o planejamento da ação, para que ela fosse acessível para o público-alvo, ainda ficaram lacunas que só puderam ser preenchidas quando houve o contato entre os extensionistas

e a população. Dessa forma, pode-se observar concretamente os objetivos da extensão universitária, uma vez que houve o intercâmbio de informações entre a comunidade acadêmica e a população. Além disso, a inserção dos acadêmicos na realidade daquelas pessoas os levou a pensar em ações para aquele contexto social, bem como os fez refletir criticamente sobre a sociedade atual (SANTOS; ROCHA; PASSAGLIO, 2016).

É importante ressaltar que é fundamental para a formação médica que o acadêmico seja inserido na comunidade através de ações de extensão, pois assim ele terá oportunidade de conhecer as questões que envolvem o cuidado em saúde de seu território de atuação, com suas demandas e entraves, desde a Atenção Primária até a Atenção Terciária (SILVA *et al.*, 2019). Assim, percebe-se que as ações extensionistas para a saúde do idoso, além de possibilitarem que os acadêmicos atuassem naquela comunidade, proporcionaram a esses uma reflexão crítica em relação ao que foi vivenciado no campo de extensão, o que impacta diretamente na sua formação médica, uma vez que os torna futuros profissionais que questionem, planejem, avaliem e reflitam sobre sua atuação (COSTA; KRELING; ARAÚJO, 2020).

Os projetos de extensão, como parte formadora do conhecimento teórico-prático, são capazes de produzir vínculos entre a universidade e a comunidade local. A proposta de proporcionar a Educação em Saúde ao público do Cras Centenário, foi capaz de expandir a visão dos extensionistas sobre a realidade daquela população, tornando o discente mais capacitado a impactar de maneira positiva grupos com diversas realidades.

Conclusões

A extensão acadêmica no Cras criou um vínculo entre os acadêmicos e a comunidade local através da Educação em Saúde. Esse contato social é capaz de expandir o conhecimento dos acadêmicos como futuros profissionais de Saúde, tendo em vista que foi necessário articular o raciocínio conforme as demandas daquela comunidade.

As estratégias utilizadas, tais como apresentações visuais, utilização de produtos do cotidiano e comunicação interativa, possibilitaram tanto a troca de conhecimentos entre os participantes como o incentivo à propagação de informações construtivas no meio social de cada participante.

Dessa forma, as ações de Educação em Saúde voltadas aos idosos necessitam de métodos que facilitem a comunicação e a transmissão das informações de maneira compreensível. Assim, foram utilizadas estratégias lúdicas para a discussão sobre o processo de senescência e os fatores relacionados ao cotidiano, aos hábitos de vida, às crenças e aos valores de cada um.

Agradecimentos

Aos funcionários do Cras Centenário, pelo acolhimento e colaboração para a realização do projeto.

Referências

ALMEIDA, L.; BASTOS, P. R. H. O. Autocuidado do idoso: revisão sistemática da literatura. *Espacios*, Caracas, Venezuela, v. 38, n. 28,

- p. 3-13, 2017. Disponível em: <https://www.revistaespacios.com/a17v38n28/a17v38n28p03.pdf>. Acesso em: 21 out. 2022.
- CAVALCANTE, T. M. *et al.* Uma experiência de integração ensino, serviço e comunidade de alunos do curso de graduação em medicina na atenção básica no município de Maceió. *Revista Ciência Plural*, Natal, v. 3, n. 3, p. 69-80, 2017. DOI: <https://doi.org/10.21680/2446-7286.2017v3n3ID13301>. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/rcp/article/view/13301>. Acesso em: 21 out. 2022.
- COSTA, E. D.; KRELING, M. C. G. D.; ARAÚJO, N. M. Contribuições de um projeto de extensão para a formação profissional de alunos dos cursos de enfermagem e de medicina. *Revista Extensão em Foco*, Curitiba, n. 21, p. 18-34, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/ef.voi20>. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/extensao/article/view/68267/pdf>. Acesso em: 21 out. 2022.
- FALKENBERG, M. B. *et al.* Educação em saúde e educação na saúde: conceitos e implicações para a saúde coletiva. *Ciência & saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 847-852, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2014.v19n3/847-852>. Acesso em: 21 out. 2022.
- FREITAS, E. V.; PY, L. *Tratado de geriatria e gerontologia*. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.
- INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA (INCA). *ABC do câncer: abordagens básicas para o controle do câncer*. 6. ed. Rio de Janeiro: Inca, 2020.
- LIMA FILHO, F. J. R. *et al.* Ações de educação em saúde para idosos na atenção básica: revisão de literatura. *Revista Contexto & Saúde*, Ijuí, v. 18, n. 35, p. 34-41, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.21527/2176-7114.2018.35.34-41>. Disponível em: <https://>

- www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoesaude/article/view/7481. Acesso em: 21 out. 2022.
- MACHADO, M. F. A. S. *et al.* Integralidade, formação de saúde, educação em saúde e as propostas do SUS: uma revisão conceitual. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 335-342, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/DtJwSd-GWKC5347L4RxMjFqg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 out. 2022.
- MALLMANN, D. G. *et al.* Educação em saúde como principal alternativa para promover a saúde do idoso. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 6, p. 1763-1772, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232015206.02382014>. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/csc/2015.v20n6/1763-1772/pt/>. Acesso em: 21 out. 2022.
- OLIVEIRA, A. M. *et al.* Ações extensionistas voltadas para a prevenção e o tratamento do câncer ginecológico e de mama: relato de experiência. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, São Paulo, v. 46, n. 1, p. 240-245, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/HcDkQYkxPDZMhjf3zx3qfmK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 out. 2022.
- RODRIGUES, A. D. *et al.* Sala de espera: um ambiente para efetivar a educação em saúde. *Vivências*, Erechim, v. 5, n. 7, p. 101-106, 2009. Disponível em: http://www2.reitoria.uri.br/~vivencias/Numero_007/artigos/artigos_vivencias_07/Artigo_13.pdf. Acesso em: 21 out. 2022.
- SANTOS, J.; ROCHA, B.; PASSAGLIO, K. Extensão universitária e formação no ensino superior. *Revista Brasileira de Extensão Universitária*, Chapecó, v. 7, n. 1, p. 23-28, 2016. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RBEU/article/view/3087/pdf>. Acesso em: 21 out. 2022.

SILVA, T. R. *et al.* O impacto das ações desenvolvidas pelo projeto de extensão 'O toque pela vida' no aumento das mamografias realizadas pela saúde pública de Jataí, GO. *Revista Brasileira de Extensão Universitária*, Chapecó, v. 10, n. 2, p. 79-85, 2019. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RBEU/article/view/10644/7229>. Acesso em: 21 out. 2022.

STEIGLEDER, L. I.; ZUCCHETTI, D. T.; MARTINS, R. L. Trajetória para a curricularização da extensão universitária: contribuições do Fórum Nacional de Extensão das Universidades Comunitárias - Forext e a definição de diretrizes nacionais. *Revista Brasileira de Extensão Universitária*, Chapecó, v. 10, n. 3, p. 167-174, 2019. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RBEU/article/view/10916/7289>. Acesso em: 21 out. 2022.

Diálogos da extensão universitária acerca da saúde masculina

4

I Jornada de Saúde do Homem

Lilian Emanuelle Santos de Souza

Manoel Augusto dos Santos Neto

Karlla Stephanie Alves e Silva

Andrew Pereira da Silva

Luanna Moita

Introdução

Historicamente, a saúde do homem tem sido negligenciada pelas sociedades devido à ideologia patriarcal e machista que domina a humanidade, a qual pressupõe que ser homem é sinônimo de ser provedor material da família, dominador dos gêneros e portador de total saúde, força e independência, caracterizando, por conseguinte, a ideia de cuidado com a saúde como fragilidade (LEVORATO *et al.*, 2014). No mundo todo, esse descaso com a saúde masculina pode ser evidenciado pela demora em se pesquisar e estudar os índices e as características epidemiológicas da saúde do homem, com o intuito de promover uma melhor assistência a esse grupo. Prova disso é que os primeiros estudos acerca dessa temática surgiram apenas no final da década de 1970 (SCHWARZ, 2012).

No Brasil, essa realidade é demonstrada pela baixa adesão dos homens aos serviços de Saúde e das elevadas taxas de morbimortalidade masculinas entre os que estão na faixa dos 20 aos 59 anos. De acordo com os indicadores de Saúde, a mortalidade masculina no Brasil é cerca de 2,3 vezes maior do que a feminina, chegando a ser quase 4 vezes mais entre os jovens; além disso, os homens possuem maior prevalência em doenças como obesidade, diabetes e disfunções cardiovasculares (BRASIL, 2015; MOURA *et al.*, 2012). Nesse contexto, fatores de natureza social, comportamental, cultural e pessoal e a baixa promoção e prevenção da saúde do público masculino influenciam na diferença da expectativa de vida entre os gêneros (CARNEIRO *et al.*, 2016).

A reduzida presença dos homens nos serviços de Saúde é um problema mundial e segue um padrão global caracterizado por razões socioculturais. Um exemplo disso foi descrito em um estudo observacional realizado nos Estados Unidos com homens de meia idade. O estudo analisou qual perfil dos homens que mais buscam pelos serviços de Saúde e foi constatado que a maioria não buscava cuidados de Saúde preventivos, e os que demoravam mais a buscar serviços de emergência eram justamente aqueles que apresentavam expressão de gênero mais “masculinizada”; esse estudo deixa evidente que a ideia de cuidado como sinônimo de fragilidade ainda está presente na sociedade e que ela muitas vezes impede a adesão dos homens aos serviços de Saúde (LEVORATO *et al.*, 2014; LIPSKY; CANNON; LUTFIYYA, 2014).

A questão cultural, além de agir diretamente sobre a adesão desse público aos serviços de Saúde por meio da reprodução

de um perfil de masculinidade que determina que os homens não podem adoecer, age indiretamente sobre essa adesão através da limitação do tempo disponível para o autocuidado, uma vez que esses têm que trabalhar quase o dia todo e todos os dias para sustentar a família (LEVORATO *et al.*, 2014; GOMES, 2008).

Numa tentativa de reduzir o descaso com a saúde masculina e, conseqüentemente, minimizar as taxas de mortalidade por causas preveníveis e evitáveis, o Ministério da Saúde desenvolveu, em 2008, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH). Essa política busca produzir medidas públicas de prevenção e promoção à Saúde dos homens com base nas principais causas de morbimortalidade deles, compreendendo a realidade singular do ser masculino nos seus diversos contextos sociais, políticos e econômicos.

Essa política se baseia, fundamentalmente, na Educação em Saúde para os homens, uma vez que essa proporciona uma maior autonomia da pessoa quanto à sua saúde e ao seu corpo, e, devido a isso, tem uma maior efetividade em atrair o público masculino. Por fim, é importante recordar que ações voltadas à conscientização do homem sobre prevenção de agravos à sua saúde, bem como a estimulação do autocuidado, são recomendadas pelo Ministério da Saúde, sendo, portanto, necessárias à formação e capacitação dos profissionais de Saúde (BRASIL, 2008).

Divergindo da saúde da mulher, os homens não estão associados ao cuidar de si, sendo comumente associada essa função à figura feminina. Devido a essa perspectiva, há o comprometimento da saúde do homem, resultado da baixa

procura pelas unidades de Atenção Primária e no alto acesso à atenção secundária e terciária em estágio avançado da doença (RIBEIRO; GOMES; MOREIRA, 2017).

A dificuldade de acesso à atenção básica está associada, também, à fragilidade masculina. Além disso, a situação de risco para a saúde é tida como algo a ser enfrentado e não prevenido, produzindo assim custos elevados em internações hospitalares (CESARO; SANTOS; SILVA, 2019).

Nesse contexto da PNAISH, visando prevenir o câncer de próstata, a campanha Novembro Azul busca alertar e estimular o rastreio desse câncer. No entanto, torna-se importante também estimular a ação do cuidado ao homem, buscando abranger não apenas exames e procedimentos centrados no aparelho genital, mas também problemas da Atenção Primária que podem ser evitados a partir da promoção à saúde (CARNEIRO *et al.*, 2016). Desse modo, segundo Cavalcanti *et al.* (2014), profissionais dessa área precisam se aprofundar e conhecer mais sobre a PNAISH, incorporando um olhar qualificado e direcionado, tornando a assistência mais eficaz e contribuindo para a redução de complicações e do aparecimento de doenças na população masculina (CAVALCANTI *et al.*, 2014).

No tocante aos serviços de Saúde, é possível notar a carência de estratégias direcionadas aos homens em idade adulta. Em contrapartida, é preciso que os profissionais de Saúde que os atendem sejam estimulados a ouvir essa demanda por meio de mudanças no processo de acolhimento e planejamento de ações voltadas à saúde do homem. Para tanto, é necessário dissociar a adoção de práticas curativas

para os homens e preventivas às mulheres e implementar ações e serviços de maneira integral, seguindo os princípios da PNAISH (CAVALCANTI *et al.*, 2014; KNAUTH; COUTO; FIGUEIREDO, 2012).

A compreensão e a percepção dos profissionais de Saúde frente ao cuidado do homem de maneira integral e à PNAISH são fundamentais para o desenvolvimento de ações para a promoção, prevenção e recuperação da saúde (CARNEIRO *et al.*, 2016). Dessa maneira, implementar, qualificar e humanizar os profissionais de Saúde pode mudar a percepção masculina diante da própria saúde e, concomitante a isso, aumentar a expectativa de vida. Além disso, é essencial não responsabilizar os homens, serviços ou profissionais de Saúde, mas considerar a relação entre eles tomando as particularidades de cada um (CARNEIRO *et al.*, 2016; CARNEIRO; ADJUTO; ALVES, 2019).

Objetivo

O objetivo do presente estudo foi relatar a experiência dos autores na elaboração e execução da I Jornada de Saúde do Homem, identificando como os resultados do projeto interferem tanto na formação acadêmica dos graduandos como na sociedade em geral.

Metodologia

A I Jornada de Saúde do Homem, realizada nos dias 25, 26 e 27 de fevereiro de 2021 e ligada ao Edital 01/2021 de Credencia-

mento de Ações de Extensão nas Modalidades Programa, Projeto, Curso, Evento e Serviço, foi projetada por uma docente e por discentes do curso de Medicina do Núcleo de Ciências da Vida (NCV) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Trata-se de um evento que foi realizado por meio de plataforma virtual, com aulas previamente gravadas e disponibilizadas através do Google Meet em cada dia de realização da programação. Além disso, foram realizados fóruns de discussão durante a jornada, possibilitando o debate e o diálogo em relação às temáticas abordadas e contribuindo para a construção do conhecimento de maneira coletiva entre os participantes do evento.

Para tanto, a partir da elaboração das temáticas da jornada pela equipe organizadora, foram convidados docentes e profissionais especialistas para a realização das aulas que iriam compor a programação da jornada, abordando temáticas que constituem os principais distúrbios que comprometem a saúde integral da população masculina. Dentre esses distúrbios, foram abordados a hipertensão arterial, a disfunção erétil, o câncer de próstata, o infarto agudo do miocárdio e outras patologias.

A inscrição no evento era realizada de forma gratuita por meio de formulário disponibilizado pela internet e as palestras foram disponibilizadas em um conjunto de três aulas em cada dia, cabendo ao participante escolher e assistir integralmente a duas de cada três palestras em cada dia do evento. Ao final da jornada, cada participante que assistiu e contribuiu com os fóruns de discussão de, no mínimo, seis palestras disponibilizadas pelo evento tiveram direito à certificação.

Para a avaliação do evento, das atividades e da equipe pelo público participante, formulários *on-line* foram disponibilizados nos 30 minutos finais de cada atividade. Os formulários foram preparados em formato de questionário com perguntas de múltipla escolha para classificação de 0 a 10 quanto à importância da temática abordada, à organização do evento, à didática do palestrante e à efetividade do projeto, além de perguntas abertas destinadas a comentários e sugestões. O evento contou com a participação de 152 inscritos, dos quais 26 eram acadêmicos de Medicina do 1º ano, 113 acadêmicos de Medicina do 2º ao 6º anos, 5 médicos e 8 docentes do curso de Medicina.

Resultados e discussão

Houve 20 palestras com duração média de 1h15min (45 minutos de palestra e 30 minutos de fórum), as quais seguiram os nove eixos temáticos propostos no projeto da jornada – hipertensão arterial e diabetes mellitus; obesidade, sedentarismo e hipertrofia muscular no envelhecimento masculino; infarto agudo do miocárdio; câncer de próstata e cirurgia robótica; hiperplasia prostática benigna; disfunção erétil, ejaculação precoce e impotência sexual; cálculos urinários; Infecções sexualmente transmissíveis (ISTs); deficiência androgênica no envelhecimento masculino. Cada palestra foi realizada por um profissional de Saúde, que foi auxiliado pela docente coordenadora e por dois dos discentes responsáveis pela organização do evento. Um total de 18 palestrantes, sendo 16 médicos e 2 psicólogos, realizaram as palestras, conforme se verifica no Quadro 1.

Quadro 1. Palestras e palestrantes da I Jornada de Saúde do Homem

Título da palestra	Palestrante	Cargo do palestrante
Saúde Integral do Homem e o Novembro Azul	Francisco Norberto Moreira da Silva	Médico coordenador de Saúde do Homem do Ministério da Saúde.
Infarto em homens	Caio Sena	Cardiologista e chefe da Cardiologia do Hospital Central de Paulista-PE.
Hipertensão arterial em homens	Marclébio Dourado	Nefrologista preceptor da Residência de Nefrologia do HC-UFPE.
Diabetes mellitus em homens	Marise Lima	Endocrinologista e Professora da Unicap e da UPE.
Acidente vascular cerebral (AVC) em homens	Eduardo Melo	Neurologista e preceptor da Residência Médica em Neurologia da UFPE e da UPE.
Infecções sexualmente transmissíveis	Petrônio Eduardo	Urologista pelo Hospital Getúlio Vargas-PE.
Hiperplasia prostática benigna	Roberto Lima Santos	Médico e professor da UFPE.
Câncer de próstata e tratamento atual	Anderson Lopes	Urologista da emergência do Hospital Otávio de Freitas e <i>fellowship</i> em cirurgia robótica em Urologia.
Prótese peniana		
Disfunção erétil (impotência sexual)	Jarys Borges	Urologista atuante no Hospital Getúlio Vargas-PE e <i>fellowship</i> de Medicina Sexual da European Society For Sexual Medicine.
Cálculos urinários	Arnaldo Shiome	Nefrologista atuante no Hospital Alemão Oswaldo Cruz.
Obesidade e sedentarismo masculino	Luciano Machado	Médico e professor da UFPE.
Hipertrofia muscular no envelhecimento masculino	Geraldo Amorim	Nefrologista e preceptor da Residência Médica em Nefrologia do HC-UFPE.
Principais problemas psicológicos e emocionais em homens	Renato Paiva	Psicólogo e professor da Uninassau de Caruaru.

Título da palestra	Palestrante	Cargo do palestrante
Paternidade ativa	Ricardo Castro	Psicólogo e professor da UFPE.
Prevenção de acidentes em homens	Júnior Rezende Passos	Médico do trabalho e coordenador do Magazine Luiza e da Cemig.
Incontinência urinária masculina	Fábio Vilar	Urologista e professor da UFPE.
Infertilidade masculina	Filipe Tenório	Coordenador do Serviço de Andrologia do Impip-PE.
Ejaculação precoce	Marco Túlio Cavalcanti	Urologista titular da Sociedade Brasileira de Urologia e membro da Sociedade Internacional de Medicina Sexual e da American Urological Association.
Deficiência androgênica no envelhecimento masculino (DAEM)		

Fonte: Os autores (2021).

Os discentes integrantes da comissão organizadora do evento foram responsáveis por elencar os temas a serem debatidos, convidar os profissionais de Saúde a palestrar no evento de acordo com os eixos temáticos definidos no projeto, realizar a divulgação, gerar o *links* de inscrição e das salas de atividades, apresentar os palestrantes, gravar e/ou exibir a aula gravada pelo profissional, ler os comentários dos participantes e intermediar o contato desses com o palestrante, buscar por patrocinadores, realizar a emissão e envio de certificados e outras atribuições necessárias.

A responsabilidade de elaborar e executar um evento acadêmico possui uma grande importância ao possibilitar que os estudantes desenvolvam certas habilidades interpessoais, tais como a tomada de iniciativa, a comunicação, a argumentação, a pontualidade, o comprometimento e a organização,

contribuindo para a formação do “currículo oculto” desses discentes. A participação dos discentes nessa atividade de extensão pautou-se, também, na busca por experiências complementares com intuito de identificar as necessidades da população masculina e realizar estratégias de intervenção e discussão por meio do compartilhamento, da disseminação e do debate acerca da temática. Ademais, por ter sido realizado em um momento de distanciamento social devido à pandemia de Covid-19, a competência em administrar adversidades e o aprimoramento do uso das tecnologias da informação e comunicação (TICS) como meio de manter a continuidade do aprendizado foram pontos importantes no desenvolvimento do projeto.

Além disso, é importante destacar que o evento proporcionou experiências para além da reiteração de conhecimentos básicos para futuros médicos, destacando que a temática abordada abrange muito mais do que a preocupação com o câncer de próstata; ademais, o evento propiciou a disseminação de alguns outros pontos menos debatidos durante a formação acadêmica, possibilitando um contato até mesmo inicial com temas pouco discutidos na área de saúde do homem. Por fim, houve inclusão e debate com outras áreas que não a médica – mas que fazem parte do cuidado com a saúde do homem –, possibilitando um contato multidisciplinar e indissociável presente na Atenção Primária à Saúde.

Conclusões

A Jornada propiciou aos estudantes organizadores e participantes uma visão articulada e multidisciplinar entre distintas

áreas do conhecimento acerca da saúde do homem na atualidade, sendo importante essa discussão devido às objeções que permeiam o considerável índice de mortalidade da população masculina no país. Assim, tal abordagem teve impacto direto na formação dos participantes e reforçou a importância de estabelecer estratégias para melhorar a saúde da população masculina.

Referências

- BRASIL. *Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (princípios e diretrizes)*. Brasília: Ministério da Saúde, 2008. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_atencao_homem.pdf. Acesso em: 21 out. 2022.
- BRASIL. *Vigitel Brasil 2014: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico*. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/publicacoes-svs/vigitel/vigitel_2014.pdf/view#:~:text=POR%20INQU%C3%89RITO%20TELEF%C3%94NICO-,VIGITEL%20BRASIL%202014%20%2D%20VIGIL%C3%82NCIA%20DE%20FATORES%20DE%20RISCO%20E%20PROTE%C3%87%C3%83O,no%20Dis- trito%20Federal%20em%202014. Acesso em: 21 out. 2022.
- CARNEIRO, L. M. R. *et al.* Atenção integral à saúde do homem: um desafio na atenção básica. *Revista Brasileira em Promoção da Saúde*, Fortaleza, v. 29, n. 4, p. 554–563, 2016. DOI: <https://doi.org/10.5020/18061230.2016.p554>. Disponível em: <https://ojs.unifor.br/RBPS/article/view/5301>. Acesso em: 21 out. 2022.
- CARNEIRO, V. S. M.; ADJUTO, R. N. P.; ALVES, K. A. P. Saúde do homem: identificação e análise dos fatores relacionados à

- procura, ou não, dos serviços de atenção primária. *Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR*, Umuarama, v. 23, n. 1, p. 35-40, 2019. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/235580693.pdf>. Acesso em: 21 out. 2022.
- CAVALCANTI, J. R. D. *et al.* Assistência integral a saúde do homem: necessidades, obstáculos e estratégias de enfrentamento. *Escola Anna Nery*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 628-634, 2014. DOI: <https://doi.org/10.5935/1414-8145.20140089>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/788Rdv7GTmx8TNYPxQ8BDB/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 21 out. 2022.
- CESARO, B. C.; SANTOS, H. B.; SILVA, F. N. M. Masculinidades inerentes à política brasileira de saúde do homem. *Revista Panamericana de Salud Pública*, Washington, EUA, v. 42, p. 1-5, 2019. DOI: <https://doi.org/10.26633/RPSP.2018.119>. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/rpsp/2018.v42/e119/>. Acesso em: 21 out. 2022.
- GOMES, R. *Sexualidade masculina, gênero e saúde*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008. 183 p.
- KNAUTH, D. R.; COUTO, M. T.; FIGUEIREDO, W. S. A visão dos profissionais sobre a presença e as demandas dos homens nos serviços de saúde: perspectivas para a análise da implantação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 10, p. 2617-2626, 2012. Disponível em: https://www.scielosp.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/csc/v17n10/11.pdf. Acesso em: 21 out. 2022.
- LEVORATO, C. D. *et al.* Fatores associados à procura por serviços de saúde numa perspectiva relacional de gênero. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 4, p. 1263-1274, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232014194.01242013>. Disponível em:

- <https://www.scielo.org/article/csc/2014.v19n4/1263-1274/pt/>. Acesso em: 21 out. 2022.
- LIPSKY, M. S.; CANNON, M.; LUTFIYYA, M. N. Gender and health disparities: the case of male gender. *Disease-a-Month*, [s. l.], v. 60, n. 4, p. 138-144, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.disease-month.2014.02.001>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0011502914000261>. Acesso em: 21 out. 2022.
- MOURA, E. C. *et al.* *Perfil da situação de saúde do homem no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012.
- RIBEIRO, C. R.; GOMES, R.; MOREIRA, M. C. N. Encontros e desencontros entre a saúde do homem, a promoção da paternidade participativa e a saúde sexual e reprodutiva na atenção básica. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 41-60, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312017000100003>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/Qm4nMybrZmDMRvfbkMdhmgk/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 24 de out. 2022.
- SCHWARZ, E. *et al.* Política de saúde do homem. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 46, n. 1, p. 108-116, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-89102012005000061>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/jX7KnKnRcH5rP5qK8cYLKzn/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 de out. 2022.

Assunto de mulher | 5 |

Um relato de experiência

Sara Guilhermino Ferreira Lima
Michael Suan dos Santos Ferreira
Amanda Soares de Vasconcelos

Introdução

No Brasil, a elevada morbimortalidade do câncer de colo do útero e do câncer de mama evidencia a importância e necessidade de ações e instrumentos que favoreçam a promoção e prevenção à saúde, o rastreamento e a detecção precoce. Tais aspectos, além de estimularem a autonomia e empoderamento feminino, são abarcados pela Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) por serem ferramentas de cuidado integral, abordando questões de todas as fases e esferas da vida das mulheres, antes vistas apenas sob a ótica da maternidade (RUFFO *et al.*, 2022; SANTANA *et al.*, 2019; SOUTO; MOREIRA, 2021).

O câncer de colo uterino é causado mediante avanço da infecção pelo Papiloma Vírus Humano (HPV), sendo esta uma patologia sexualmente transmissível de desenvolvimento

lento que apresenta ou não sintomas como dor pélvica, sangramentos e corrimentos anormais. Por outro lado, o câncer de mama exhibe variadas manifestações e achados, sendo imprescindível a divulgação dos principais sintomas e alterações percebidas para diagnóstico precoce (BRASIL, 2021).

Nesse ínterim, percebe-se também a demanda de informação quanto aos métodos contraceptivos, diante da persistência das Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) e elevada taxa (mais de 50%) de gestações não planejadas, principalmente em populações de baixa renda. Atrelada a isso está a maior adesão aos métodos contraceptivos temporários que, por sua vez, depende mais da usuária, reduzindo sua efetividade, assim como a carência de acesso às informações cientificamente embasadas, evidenciando as falhas no planejamento reprodutivo do país (SANTANA *et al.*, 2019; TRINDADE *et al.*, 2021).

Nesse sentido, a extensão universitária acaba por se tornar uma estratégia eficiente de educação e promoção de saúde ao reforçar as ações de cunho comunitário, compensando o distanciamento entre conhecimento produzido e a população em geral com a finalidade de reduzir danos e prevenir agravos. Ao mesmo tempo que promove a integração social, o pilar universitário desenvolve a ampliação de redes de apoio, enriquecimento da gestão participativa e o crescimento pessoal e profissional diante do vínculo proporcionado entre a equipe de execução e o público. Todos esses fatores estabelecem a extensão universitária como um integrador de conhecimentos das determinações do processo saúde-doença, da experiência, da pesquisa e da reflexão – tópicos tratados no presente relato (ANDRADE *et al.*, 2019; SAMPAIO *et al.*, 2019).

Objetivo

O objetivo deste relato é descrever a experiência de estudantes e docentes acerca da elaboração e execução de oficinas de Educação em Saúde da Mulher por meio de atividades de extensão universitária realizadas no Centro de Referência de Assistência Social (Cras), localizado no bairro Centenário, em Caruaru, Pernambuco.

Metodologia

O presente trabalho se trata de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, por meio do qual são abordadas vivências promovidas pelo projeto de extensão universitária *Saúde da Mulher*, incluído na disciplina eletiva “Extensão Universitária Aplicada às Ciências da Saúde” que se encontra vinculada ao curso de Medicina da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), mais especificamente no Centro Acadêmico do Agreste (CAA), em Caruaru-PE. Para tal, fez-se o uso de jogos, dinâmicas e conversações com linguagem clara e acessível.

As dinâmicas coletivas foram realizadas por acadêmicos do 3º período sob supervisão das professoras responsáveis e voltadas para o público feminino, com idades entre 30 a 70 anos. A partir dessas dinâmicas, foram realizadas 4 atividades abordando temas referentes à Saúde da Mulher, que foram: (i) câncer de mama; (ii) câncer de colo do útero; (iii) climatério; e (iv) métodos contraceptivos, sendo este último tratado com ênfase no dispositivo intrauterino (DIU).

O início do projeto se deu a partir da sua elaboração através da captação, por meio de questionários, das principais dúvidas e demandas do público-alvo, bem como por meio da listagem das principais carências existentes em termos de Educação em Saúde.

A primeira atividade consistiu na elaboração de situações-problema sobre o reconhecimento de sinais e sintomas e o manejo do câncer de mama (Quadro 1) juntamente à distribuição de placas que continham as palavras “sim” e “não” a serem utilizadas pelos presentes como forma de expressar concordância ou discordância em relação ao contexto exposto. As situações-problema foram lidas verbalmente, o que proporcionou uma melhor interação e participação com o grupo e uma melhor abertura para esclarecimentos de dúvidas e concepções. Ao final da atividade, foram distribuídos lápis ornamentados com a cor e o símbolo da campanha de prevenção ao câncer de mama *Outubro Rosa*:

Quadro 1. Relação das situações-problema apresentadas e respectivos objetivos propostos

Situação-problema	Objetivos
<p>1. “Em uma conversa depois do almoço, na frente de casa, Joana perguntou à sua vizinha, Dona Carla, o que era câncer de mama e ela respondeu que eram apenas os “caroços” que podiam ser sentidos na mama”.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Introduzir conceitos sobre câncer de mama; • Pontuar os principais achados (alteração na pele, descarga papilar, presença de nódulos e mudanças no formato do mamilo); • Pontuar sobre os sinais de alerta, como a presença de nódulos fixos e indolores.
<p>2. “Lourdes, de 62 anos, foi diagnosticada com câncer de mama depois que a médica do postinho de saúde olhou</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Esclarecer que não se trata de uma doença contagiosa; • Elencar os principais fatores de risco;

<p>sua mamografia. Então, ela foi para casa e desabafou com sua filha ao relatar que, com certeza, “pegou” essa doença com sua prima Vera, a qual passou as férias com ela”.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Alertar acerca dos hábitos de vida não-saudáveis (sedentarismo, obesidade, má-alimentação e consumo de álcool e drogas).
<p>3. “Ana, de 48 anos, sempre faz o autoexame e nunca achou nada. Por isso, ela diz à sua amiga Solange que pensa em não ir ao médico esse ano. Solange responde dizendo que só acredita que está tudo bem depois de passar pelo médico, já que o autoexame pode esconder algumas coisas”.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Ressaltar que o autoexame serve para que a mulher conheça sua mama e possa notar possíveis mudanças; • Informar que nódulos pequenos podem passar despercebidos pelo toque, necessitando da avaliação dos exames de imagem; • Intear que mulheres acima de 40 anos ou com histórico familiar de câncer de mama devem realizar consultas e exames periodicamente.
<p>4. “Paula, de 53 anos, acredita que quanto mais cedo o diagnóstico de câncer de mama, melhor será o tratamento, já que sua tia faleceu por não começar a tratá-lo logo. Por isso, ela faz o autoexame e vai às consultas no postinho de saúde perto de casa todos os anos”.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Instigar à realização dos exames de mama periodicamente; • Reforçar a importância do reconhecimento dos sinais e sintomas.
<p>5. “Valéria, de 29 anos, viu um comercial na TV sobre prevenção ao câncer de mama e ficou preocupada. Então, correu para agendar uma mamografia em uma clínica particular e resolver logo seu problema”.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Orientar que a mamografia de rastreamento só é realizada em mulheres entre 50 e 69 anos, assintomáticas, a cada 2 anos; • Instruir que os profissionais de Saúde das USF podem fazer a avaliação das mamas e, caso necessário, encaminhar para serviços especializados; • Estimular o acompanhamento longitudinal nas USF.

Fonte: Os autores (2022).

A segunda atividade, por conseguinte, se desenvolveu a partir da dinâmica do dominó. Após pesquisa bibliográfica que elencasse as dúvidas mais recorrentes e maiores tópicos

de pesquisa, 12 peças coloridas foram criadas de acordo com as temáticas do “câncer de colo do útero”, do “climatério” e do “DIU”. Um dos lados da peça continha a temática em questão, enquanto a extremidade oposta trazia informações sobre um tema diferente, compondo, assim, um jogo a ser completado. Cada assunto possuía cores específicas visando facilitar a dinâmica, conforme apresenta a Imagem 1. Inicialmente, as peças foram distribuídas entre alguns participantes e uma delas permaneceu com um dos extensionistas que deu início à rodada. Conforme o andamento do jogo, o público adicionava novas peças e novos tópicos surgiam. Tal dinâmica obteve uma ótima participação e uma interação excelente, tendo em vista que os indivíduos presentes engajaram-se com o jogo e externaram conhecimentos prévios referentes às temáticas abordadas:

Figura 1. Peças do jogo de dominó



Fonte: Os autores (2022).

A avaliação das atividades pelo público foi realizada através de *feedbacks* ao final de cada ação, visando apurar a efetividade das dinâmicas em se tratando de transmissão de conhecimento, acessibilidade das informações, mudanças de pensamentos e concepções equivocadas, bem como impactos da atividade na vida diária dos indivíduos. Já a avaliação pelos acadêmicos foi feita por meio de formulário *on-line* e anônimo, através do qual foi pontuado o nível de aproveitamento das ações e o impacto destas para a vida acadêmica.

Resultados e discussão

Para que a prática da Educação em Saúde atinja a transdisciplinaridade, é necessário levar em consideração as singularidades e subjetividades dos grupos sociais aos quais se atua. Dessa forma, ofertar aos indivíduos subsídios que os permitam ser participativos nas ações oportuniza a fixação e disseminação do conhecimento científico, tendo em vista que este se insere nos diversos cotidianos (CONCEIÇÃO *et al.*, 2020). Diante disso, as atividades foram exercidas com base no modelo dialógico de Educação em Saúde, visando a inserção dos conteúdos propostos nas experiências dos indivíduos e promovendo uma educação emancipatória e autônoma (FONTANA *et al.*, 2020). Para tanto, as dinâmicas de situações-problemas e jogos que se aproximassem dos contextos vigentes foram elencadas por serem promotoras do desafio e da problematização, dialogando com o intuito inicial do projeto de instigar a participação ativa do público-alvo.

A primeira ação tinha como tema central a prevenção ao câncer de mama e o debate sobre os principais impasses do acompanhamento médico nesse contexto. Em um cenário de desinformação e preconceções estimuladas pelas redes sociais, a estratégia de partir de situações vividas ou possíveis, dentro da realidade em questão, se mostrou satisfatória e proveitosa. De fato, notou-se que o público demonstrou interesse em opinar sobre as situações, tanto em concordância como em discordância, incluindo, ainda, momentos vividos individualmente que tinham algum tipo de semelhança com a situação mostrada (TIEZZI *et al.*, 2019, RIBEIRO; BATISTA, 2021). A partir disso, a equipe pôde reiterar tópicos importantes e pontuar perspectivas que iam de encontro aos achados científicos sem, no entanto, repreender ou diminuir os indivíduos presentes.

A aplicação dessa atividade evidenciou a necessidade de estudantes e profissionais de Saúde, em certos contextos, afastarem a linguagem técnica em prol do pleno entendimento quanto à informação passada. A extensão universitária, por sua vez, se torna um elemento importante nessa construção ao nos colocar em um cenário diferente do acadêmico, requerendo habilidades comunicativas e nos aproximando, de forma saudável, do confronto de ideias e da prática da escuta ativa. Para além da informação, o viés explicativo da atividade aproximou os extensionistas na medida em que o raciocínio passou a ser coletivo, abarcando domínios de diferentes áreas do saber, faixas etárias, construções sociais e outros fatores, além de destacar os indivíduos em sua singularidade. Afinal, “[...] se o nosso corpo habita o espaço e

o tempo, ser sujeito é poder narrar as próprias histórias e vivências, movendo-nos para perto de nós mesmos” (JABUR; SILVEIRA, 2015, p. 570).

Na segunda ação, dando continuidade à temática oncológica, foi possível ampliar o olhar para aspectos mais cotidianos que, de fato, abarcam o caráter profilático da promoção em saúde e proporcionam maior qualidade de vida. Foi possível, inclusive, inferir a preferência dessa dinâmica em relação à primeira; o principal fator associado a essa observação foi o caráter popular do jogo e seu requerimento de completude.

Sendo assim, foi observado, por meio do diálogo sobre o climatério com mulheres de maior idade, como as informações errôneas são perduráveis e afetam a autoestima desses indivíduos. Isso foi possível graças à aplicação da dinâmica com base em valores socioculturais que negam a visão meramente tecnicista e abrangem aspectos sensíveis e subjetivos, propiciando resultados superiores para a proposta (PATRÍCIO *et al.*, 2020). Dessa forma, ao estabelecer a importância de buscar uma fonte de conhecimento sobre seu próprio corpo, a mulher idosa, além de dispor de esclarecimentos sobre o processo de senilidade, reconhece a complexidade de fatores que extrapolam o climatério (FREITAS *et al.*, 2016), assim como a antecipação para a mulher que irá experimentar circunstâncias semelhantes.

Outro aspecto significativo da atividade dos dominós foi a exploração de conceitos aprendidos no primeiro encontro, sendo essa uma vantagem singular a um processo de aplicação de projetos por meio da longitudinalidade para com o público-alvo. As participantes foram capazes de assimilar

informações essenciais sobre o câncer de maneira geral e seus cuidados, a exemplo do senso de gravidade da doença, da importância de conhecer o próprio corpo e a que serviço buscar ajuda em uma eventual ocasião.

A atividade de expansão das possibilidades de contracepção, com as explanações sobre o DIU, mostrou a distância entre a educação sexual disseminada e a segurança do planejamento familiar. Grande parte das ouvintes revelaram a ausência de conhecimento acerca de seus direitos enquanto cidadãs e mostraram-se estimuladas a buscá-los com segurança e instrução. Tal atitude revela um caminho para emancipação feminina que, por sua vez, assegura a liberdade de escolha, apesar do modelo social patriarcal que invisibiliza a discussão sobre as questões relacionadas à maternidade e à família.

Ao finalizar o projeto, foi conferido o caráter de completude para com o público-alvo e com o grupo extensionista que o realizou. Além disso, o satisfatório desempenho através dos encontros realizados garantiu uma melhor visualização das propostas metodológicas utilizadas, inclusive.

No decorrer das ações, percebeu-se a participação dos estudantes extensionistas e da comunidade envolvida com significativo entusiasmo e devoção em compartilhar conceitos e estratégias de promoção à saúde. Isso garantiu a boa aceitação dos indivíduos para com as atividades propostas e, conseqüentemente, um rendimento considerável no que concerne à obtenção de conhecimento, à execução das práticas e, especialmente, à dinâmica de comunicação entre os envolvidos – tópico de grande valia para a equipe por esta ser composta por médicos em formação. Isso implica no carecimento

de incorporação de habilidades comunicativas para que a relação médico-paciente melhore a interação terapêutica entre as partes (CAMPOS; FÍGARO, 2021).

Durante a execução do projeto, foram perceptíveis elementos facilitadores e obstáculos, conforme apresenta o Quadro 2:

Quadro 2. Elementos facilitadores e obstáculos frente ao projeto

Facilitadores	Obstáculos
Abordagem de tema relevante, acessível e relacionável, já divulgado em veículos de comunicação	Ausência de apoio financeiro
Realização de questionário prévio detectando as principais demandas	Período temporal diário limitado para execução das ações
Ações embasadas em revisão bibliográfica estabelecida anteriormente	Pontuais eventos de desengajamento por parte da população-alvo
Relação de parceria firmada entre as instituições envolvidas – UFPE e Cras	Impossibilidade de executar o projeto de maneira longitudinal

Fonte: Os autores (2022).

Apesar das dificuldades, as atividades de Educação em Saúde configuraram-se como uma colaboração de aprendizado recíproco. Um dos maiores ganhos foi a perspectiva de importância que o cuidado integral à saúde possui quando se elenca a prevenção primária como principal objetivo. Por vezes, essa competência de proteção e reabilitação à saúde restringe-se a cenários secundários nos cursos de Saúde e são desvalorizados quando comparados às demais habilidades; no entanto, a prática da extensão universitária garante

um dos aspectos humanísticos do método clínico centrado na pessoa e aumenta a diversidade de orientações garantindo segurança para os indivíduos (JANKEVICIUS; HUMEREZ, 2015; SILVEIRA *et al.*, 2020). Esse mérito foi verificado, por exemplo, em *feedbacks* orais constituídos por senso de valorização atribuído pelas mulheres à necessidade de buscar o sistema de Saúde e realizar procedimentos necessários, porém antes negligenciados, demonstrando, portanto, a validade da promoção em Saúde para prevenir ou reduzir danos futuros.

Ao realizar as dinâmicas em um contexto alternativo às instituições de ensino ou de assistência à Saúde, foi notado o valor comunitário adquirido pelos estudantes enquanto agentes sociais em formação, porém, de certa forma, já atuantes. O processo de formação identitária do estudante é sustentado tanto pelo contexto individual ao qual está inserido quanto pela trajetória construída ao longo do curso. Por isso, socializações como esta colocam o sujeito em um patamar de novos conceitos e valores com pilares caracterizados por coletivismo e universalidade (MACHADO; WUO, 2019). É possível associar tal ideia ao fato da população acolhida pelo Cras ser, em sua maioria, vulnerável socialmente. Essa soma de fatores instaura um ambiente ao qual ações provenientes da extensão universitária são de grande merecimento em decorrência das repercussões que a inacessibilidade provoca para o indivíduo e seu comportamento ante os meios de cuidado que lhe são possíveis.

Além disso, oportunidades como essa inauguram o desejo do próprio público-alvo de abraçar a função de coletivizar o conhecimento necessário para instaurar uma cadeia de

cuidado. Isso constitui a origem de uma cultura de assistência ativa, embasada pela noção de severidade no que concerne à visão holística de necessidades antes sequer frisadas ou restritas ao campo biológico. Essa visão, quase que filosófico-científica, é fundamental para a compreensão da totalidade dos problemas reais que acometem diversas populações, principalmente as minorias, e instigam os profissionais de Saúde ao adentramento de discussões sobre políticas de humanização e promovem senso crítico assistencial – elementos bem desenvolvidos durante a experiência aqui descrita (COTTA, 2019).

Perante análise global das dinâmicas e suas implicações, é válido salientar que as atividades geraram frutos profissionais e pessoais para os integrantes da extensão. Desde as investigações das ferramentas pedagógicas e elaboração do projeto com vertente dialógica, os estudantes foram preenchidos de ganhos significativos acerca do aprendizado propiciado pela comunidade na qual estão inseridos e pelas demandas educacionais estruturalmente ocasionadas. Não apenas isso: as oficinas também mobilizaram os participantes a aperfeiçoar suas técnicas de comunicação, a atribuir significado ao seu conhecimento teórico e a gerar o senso de comprometimento holista para com a saúde do próximo.

Com isso, mesmo com a limitação intrínseca ao relato ser descrito por somente uma parcela dos envolvidos, evidencia-se que ações extensionistas possuem a qualidade de beneficiar todo o coletivo que o compõe visando não apenas a educação, função social ou redução de danos, mas uma boa qualidade de vida geral.

Conclusões

As ações provenientes desta extensão universitária proporcionaram frutos significativos para a formação dos integrantes que o executaram. Enquanto instituição social, a universidade foi hábil em proporcionar uma ponte entre conhecimento científico e as demandas da comunidade – nesse caso, a população feminina que utiliza os serviços do Cras-Centenário – que puderam ser reduzidas por meio da Educação em Saúde com o fim de informar sobre patologias e modificações naturais ao longo da vida. Essa perspectiva singular, não alcançada com atividades teóricas, foi de grande importância para aprimorar técnicas de cuidado integral, comunicação e humanização dos extensionistas.

Quanto às contribuições acadêmicas, os pontos positivos se dão graças à completude dos objetivos que envolveu a realização das ações, o que foi possível devido ao comprometimento dos estudantes em executar o projeto com maestria, o acolhimento do público-alvo e a parceria entre as instituições envolvidas. Foram limitadores desse processo a baixa disponibilidade para estender o projeto e a impossibilidade de se realizar um método de avaliação posterior que abordasse o conhecimento adquirido pela população.

Referências

ANDRADE, R. M. *et al.* A extensão universitária na perspectiva da universidade do encontro. *Em Aberto*, Brasília, v. 32, n. 106, p. 117-131, 2019. DOI: <https://doi.org/10.24109/2176-6673.emaberto.32i106.4470>. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/>

- <index.php/emaberto/article/view/4229#:~:text=Constatou-%2Dse%20que%20a%20extens%C3%A3o,integram%20conhecimentos%20cient%C3%ADficos%20e%20experi%C3%AAncia>. Acesso em: 27 out. 2022.
- BRASIL. *Detecção precoce do câncer*. Rio de Janeiro: Inca, 2021. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files/media/document/deteccao-precoce-do-cancer.pdf>. Acesso em: 27 out. 2022.
- CAMPOS, C. F. C.; FÍGARO, R. A relação médico-paciente vista sob o olhar da comunicação e trabalho. *Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 43, p. 1-11, 2021. DOI: [https://doi.org/10.5712/rbmfc16\(43\)2352](https://doi.org/10.5712/rbmfc16(43)2352). Disponível em: <https://rbmfc.org.br/rbmfc/article/view/2352>. Acesso em: 27 out. 2022.
- CONCEIÇÃO, D. S. *et al.* A educação em saúde como instrumento de mudança social. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v. 6, n. 8, p. 59412-59416, 2020. DOI: <https://doi.org/10.34117/bjdv6n8-383>. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/15195/12535>. Acesso em: 27 out. 2022.
- COTTA, K. V. Voltar à antiguidade? A visão holística do homem, sua perda, sua retomada. *SOFIA*, Vitória, v. 8, n. 2, p. 31-65, 2019. Disponível em <https://periodicos.ufes.br/sofia/article/view/23166/20320>. Acesso em: 27 out. 2022.
- FONTANA, R. T. *et al.* Reflections on health education as an emancipatory process. *Brazilian Journal of Health Review*, Curitiba, v. 3, n. 3, p. 5196-5203, 2020. DOI: <https://doi.org/10.34119/bjhrv3n3-096>. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/10651>. Acesso em: 27 out. 2022.

FREITAS, E. R. *et al.* Educação em saúde para mulheres no climatério: impactos na qualidade de vida. *Reprodução e Climatério*, [s. l.], v. 31, n. 1, p. 37-43, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.recli.2016.01.005>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S141320871600008X?via%3Dihub>. Acesso em: 27 out. 2022.

JABUR, S. M.; SILVEIRA, F. A. Linguagem como abertura ao diálogo entre cuidado em saúde e educação médica. *Revista Brasileira de Educação Médica*, Rio de Janeiro, v. 39, n. 4, p. 565-573, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/YNwgrzzGfNWmLykCjJhbcBh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 out. 2020.

JANKEVICIUS, J. V.; HUMEREZ, D. C. *Conceitos básicos das diretrizes curriculares nacionais (DCNs) dos cursos de graduação da área de saúde*. Brasília: Conselho Federal de Enfermagem, 2015. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/conceitos-basicos-das-diretrizes-curriculares-nacionais-dcns-dos-cursos-de-graduacao-da-area-de-saude_36239.html. Acesso em: 27 out. 2022.

MACHADO, C. D. B.; WUO, A. S. Processo de socialização na formação identitária do estudante de Medicina. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 1-21, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-soloo208>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/3HFwDVBnVymjjYLSLGwfVYg/?lang=pt>. Acesso em: 27 out. 2022.

PATRÍCIO, R. S. O. *et al.* Ações de enfermagem na promoção da saúde e qualidade de vida de mulheres no climatério. *Revista Eletrônica Acervo Enfermagem*, Maceió, v. 4, p. 1-6, 2020. DOI: <https://doi.org/10.25248/REAenf.e4782.2020>. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/enfermagem/article/view/4782>. Acesso em: 27 out. 2022.

- RIBEIRO, J. G. C. G.; BATISTA, N. A. O paradigma construcionista e as metodologias ativas na educação em saúde. *Revista Portal: Saúde e Sociedade*, Maceió, v. 5, n. 3, p. 1563-1576, 2021. DOI: <https://doi.org/10.28998/rpss.v5i3.11200>. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/nuspfamed/article/view/11200>. Acesso em: 27 out. 2022.
- RUFFO, M. L. M. *et al.* O protagonismo da mulher no rastreamento do câncer do colo do útero e mama. *Research, Society and Development*, Vargem Grande Paulista, v. 11, n. 4, p. 1-7, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/27223/23727/317370>. Acesso em: 27 out. 2022.
- SAMPAIO, J. F. *et al.* A extensão universitária e a promoção da saúde no Brasil: revisão sistemática. *Revista Portal: Saúde e Sociedade*, Maceió, v. 3, n. 3, p. 921-930, 2019. DOI: <https://doi.org/10.28998/rpss.v3i3.5282>. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/nuspfamed/article/view/5282>. Acesso em: 27 out. 2022.
- SANTANA, T. D. B. *et al.* Avanços e desafios da concretização da Política Nacional da Saúde da Mulher: uma revisão de literatura. *Revista de Atenção à Saúde*, São Caetano do Sul, v. 17, n. 61, p. 135-141, 2019. Disponível em: https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_ciencias_saude/article/view/6012. Acesso em: 27 out. 2022.
- SILVEIRA, J. L. G. C. *et al.* Percepções da integração ensino-serviço-comunidade: contribuições para a formação e o cuidado integral em saúde. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, Botucatu, v. 24, p. 1-17, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/Interface.190499>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/j9Mjwxnhsp8wnGsFbjtKGDC/?lang=pt>. Acesso em: 27 out. 2022.

- SOUTO, K.; MOREIRA, M. R. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: protagonismo do movimento de mulheres. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 130, p. 832-846, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-1104202113020>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/4JncpcMDZ7TQ9Hd7dkMPMpt/>. Acesso em: 27 out. 2022.
- TIEZZI, D. G. *et al.* Current breast cancer screening scenario in Brazil. *Rev. Bras. Ginecol. Obstet.*, Rio de Janeiro, v. 41, n. 11, p. 633-635, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1055/s-0039-3399550>. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/31745955/>. Acesso em: 27 out. 2022.
- TRINDADE, R. E. *et al.* Uso de contracepção e desigualdades do planejamento reprodutivo das mulheres brasileiras. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 3493-3504, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232021269.2.24332019>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/wYMBdngQjR9dRs48jbjwCVL/>. Acesso em: 27 out. 2022.

Mídias sociais como ferramenta para exercer educação em saúde sexual | 6 |

Relato de experiência

Michael Suan dos Santos Ferreira

Maria Izabel Cândido Carneiro

Gabriela Morais Andrade de Lima

David Emanuel Alves Teixeira

Amanda Soares de Vasconcelos

Introdução

Com o objetivo de formar profissionais capacitados em proporcionar cuidado integral, inclusive no que se refere à prevenção primária, a graduação de Medicina possui, em suas diretrizes curriculares nacionais (DCNs), a competência necessária para desenvolver habilidades acerca da Educação em Saúde. Essa premissa percorre por diversos âmbitos: a socialização do conhecimento, a reflexão crítica sobre as demandas da comunidade ao qual o indivíduo está inserido e a qualificação profissional para prática permanente (BRASIL, 2014; COSTA *et al.*, 2018).

Nesse sentido, ao dialogar com as diversas interfaces socioculturais, os profissionais de Saúde deparam-se com significativas lacunas relacionadas à educação sexual, especialmente quando há um recorte para a população mais jovem.

Essa vulnerabilidade decorre de circunstâncias objetivamente intelectuais (conhecimento limitado sobre infecções sexualmente transmissíveis e as práticas sexuais inseguras), mas também estruturais (vida sexual precoce, questões de gênero, de orientação sexual, inacessibilidade a serviços de saúde). O resultado disso são elevados índices de contaminação por infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) e gravidez na adolescência, por exemplo (CHAVES *et al.*, 2021; RODRIGUES *et al.*, 2014).

Não apenas isso, mas seria um erro desconsiderar a intangibilidade da sexualidade enquanto fator subjetivo à vida humana. Há a perspectiva de que as sensações sexuais são meros instintos naturais que lutam contra valores e morais hibridizadas com dogmas religiosos ou constituições culturais e acabam gerando impropriedades físico-emocionais em jovens que estão iniciando a vida sexual. Assim, educação sexual é relevante para inserir uma nova conjuntura à corporalidade quando esta abrange, também, a sensibilidade para si e para com o outro (FONTOURA, 2018; MOREIRA, 2022).

Portanto, fica evidente que a educação sexual não é uma simples disciplina ou conjunto de informações sobre uma temática, mas uma ferramenta política que possibilita discursos inclusivos que, quando disseminados, garante o direito à informação, especialmente quando relacionada à reprodução humana, ao sexo, aos valores éticos atrelados, à segurança e à diversidade existente (ZOMPERO *et al.*, 2018).

Dessa forma, considerando que a idade média para iniciação da vida sexual no Brasil permeia os 14 anos, a escola, enquanto instituição educacional e social, é percebida como o

melhor instrumento para trabalhar tal temática. No entanto, o tabu que o assunto carrega põe em questionamento sua legitimidade, especialmente com o viés ideológico atribuído pelo Estado e por determinados frequentadores do espaço escolar (BARBOSA; VIÇOSA; FOLMER, 2019). Além disso, um outro obstáculo para isso foi o isolamento social instaurado devido à pandemia de Covid-19; em função desse contexto, as escolas ficaram com suas atividades limitadas e foi instaurada mais uma vulnerabilidade quando considerado que, ao deixarem de ser resguardados por terceiros, crianças e adolescentes foram expostos a um número maior de abusos e violências (FUMAGALI; SANTOS, 2021).

Portanto, na tentativa de compensar a defasagem de políticas públicas direcionadas à demanda social por educação sexual, a extensão universitária pode não só contribuir para a propagação de conhecimento científico sobre o tema, mas também fazer jus às DCNs do curso de Medicina no tocante à aprendizagem ativa da promoção à saúde para a equipe que a executa.

Diante do exposto, a experiência aqui relatada diz respeito a um projeto de extensão universitária composto por estudantes de graduação de Medicina direcionado à população em geral, com ênfase em adolescentes, utilizando-se as redes sociais como meio de propagação de informações sobre saúde sexual, diversidade, respeito e autoconhecimento.

Objetivo

O objetivo do presente estudo foi apresentar e refletir a respeito da experiência de estudantes e docentes de um

projeto de extensão universitária sobre Educação em Saúde Sexual através de mídias sociais, desde seu planejamento até a realização.

Metodologia

Trata-se de um estudo descritivo – relato de experiência – de caráter qualitativo que se propõe a apresentar as atividades realizadas por um grupo de estudantes do curso de Medicina sobre Educação em Saúde Sexual por meio de ferramentas de mídia, especialmente as redes sociais, durante o período de agosto de 2020 até março de 2022. As ações são resultados provenientes de um projeto de extensão universitária intitulado *Projeto de educação em saúde sexual* vinculado ao Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco (CAA-UFPE). Os principais cenários de aplicação das atividades foram o perfil do Instagram do próprio projeto (@pessufpe), uma plataforma de reuniões *on-line* (Google Meet) e uma plataforma de *streaming* (Spotify). Os temas relacionados à saúde sexual possuem como público-alvo a população em geral, com ênfase em jovens e adolescentes. Foi determinado que, a cada mês, um subtema seria trabalhado em todas as atividades do projeto. Os temas foram selecionados previamente por toda equipe de coordenação e de extensionistas e agregaram conteúdos relevantes acerca da saúde sexual, tais como a reprodução humana, os órgãos genitais, a puberdade, a prevenção de ISTs, a gravidez e a contracepção. Além disso, também foram trabalhados temas de caráter socioexistencialista de populações vulneráveis, a exemplo da

população negra, da comunidade LGBTQIAP+, dos indígenas e da comunidade carcerária.

Cerca de 35 (trinta e cinco) acadêmicos de períodos diversificados do curso e 2 (duas) docentes orientadoras atuaram na elaboração e na execução das atividades. O processo de elaboração metodológica foi, inicialmente, responsabilidade da comissão organizadora composta por três estudantes e as orientadoras; aos demais extensionistas, foi delegada a execução e criação de conteúdo.

Resultados e discussão

Com a determinação de estado pandêmico pela Organização Mundial da Saúde (OMS) a partir de março de 2020 e o isolamento social imposto como medida para combater a Covid-19, algumas instituições educacionais, tais como colégios e universidades, suspenderam suas atividades presenciais, fazendo com que o projeto não conseguisse realizar suas visitas escolares. Nessa mudança de cenário, houve a necessidade de buscar medidas alternativas para se manter uma educação continuada. Com isso, as atividades que antes aconteciam no ambiente virtual da rede social Instagram se intensificaram através de postagens sobre os conteúdos que antes eram trabalhados em sala de aula, permitindo que o projeto continuasse ativo mesmo durante a pandemia (ROCHA *et al.*, 2020). Além disso, os integrantes do projeto buscaram novas formas de alcançar o seu público-alvo. A partir disso, foi firmada uma parceria com a Gestão Regional de Educação (GRE) da cidade de Vitória de Santo Antão, situada no estado de

Pernambuco, a qual realizou a divulgação do conteúdo postado no Instagram do projeto entre alunos e professores de sua rede.

Para fins de organização de cronograma, a equipe de 33 estudantes foi dividida em pequenos grupos de três ou quatro integrantes que seguiram imutáveis durante a versão 2021 do projeto. A cada trio/quarteto, foram atribuídas elaborações de postagens para o Instagram e áudios em formato *podcast* que deveriam ser postados durante o período de gestão conforme cronograma pré-estabelecido pela comissão organizadora. Além disso, um pilar organizacional relevante foi a instauração de meses temáticos para delimitar os assuntos a serem trabalhados. Alguns foram: saúde da população LGBTQIAP+, saúde da mulher, saúde do homem, saúde da população negra, saúde da criança e métodos contraceptivos, todos estes enfatizando aspectos associados ao tema central do projeto.

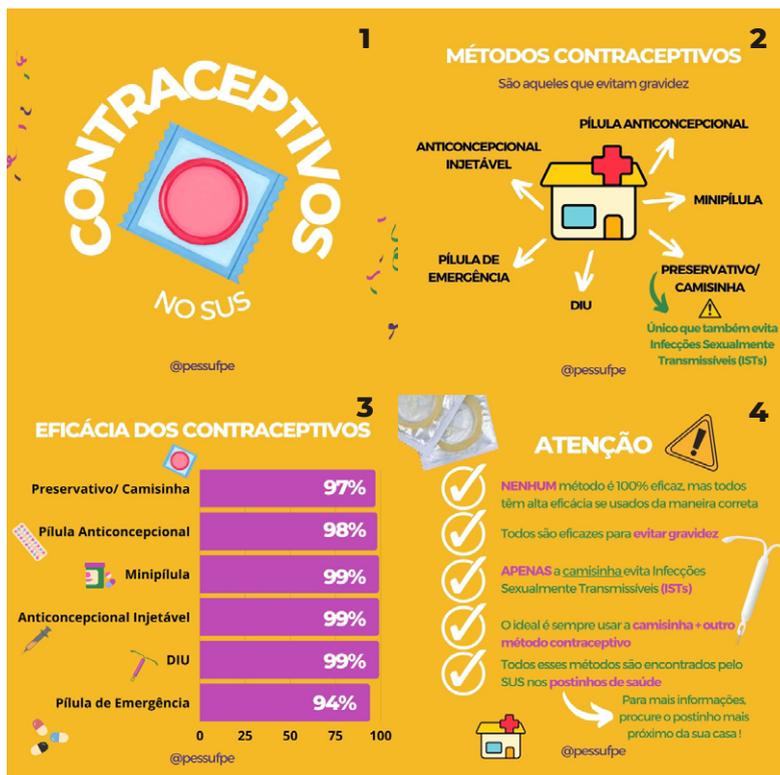
Considerando, especificamente, as postagens do Instagram, além de a rede social já ser uma ferramenta dialógica presente em versões anteriores do projeto, ela foi utilizada também pela sua viabilidade em atingir o maior número de pessoas durante o isolamento preconizado pela pandemia de Covid-19, dado o caráter popular que contempla o aplicativo. Sendo assim, cada tópico foi abordado com base no consenso levantado em conjunto durante reuniões entre os pequenos grupos responsáveis pelo mês temático e a coordenação do projeto. Durante o mês temático da saúde da população LGBTQIAP+, por exemplo, a saúde do homem e da mulher trans e o nome social foram os focos de publicação.

Após isso, os integrantes utilizavam os meios com os quais possuíam maior competência para montar as imagens, sendo o de maior significância, neste caso, o site de *design* Canva. Nesse site gratuito, foram confeccionadas publicações com informações colhidas por meio de revisão bibliográfica, coletadas preferencialmente via documentos oficiais do Ministério da Saúde ou de outros órgãos de segurança comprovada para garantir a veracidade das ideias repassadas.

A construção da postagem foi seguida por sua montagem de forma a proporcionar qualidade estética ao trabalho com o fim de não só gerar agrado visual aos seguidores do perfil do projeto, mas também chamar sua atenção (Figura 1). Foram preponderantes, portanto, as postagens que utilizaram mais de uma página, recorrendo à ferramenta de carrossel do aplicativo. Ao fim, um texto de suporte relacionado ao tema foi incorporado à descrição, juntamente às referências utilizadas

Durante o período de setembro de 2020 a março de 2022, foram produzidas um total de 21 postagens com intenção informativa no Instagram, sendo as três de maior alcance, de acordo com a interação (curtidas, comentários e outras atividades), as que trataram sobre: i) saúde do homem e da mulher trans; (ii) racismo e saúde; e (iii) paternidade, demonstrando a boa receptividade dos usuários para com o conteúdo. O perfil conta, até o momento, com 594 seguidores, sendo eles divididos em crianças e adolescentes, acadêmicos do Ensino Superior e população geral. Conforme levantamento de dados feito pela equipe, 4,4% possuem de 13 a 17 anos, 49% estão na faixa dos 18 aos 24 anos e 32% têm entre 25 e 34 anos.

Figura 1. Publicação no Instagram do projeto sobre métodos contraceptivos



Fonte: Os autores (2021).

A oportunidade de utilizar meios alternativos para propagar conhecimento à comunidade configura um aspecto em ascensão na atualidade devido ao contexto cada vez mais globalizado que é instaurado na sociedade atual. Por isso, é necessária a possibilidade de expandir as experiências acerca de metodologias não-convencionais de ensino para que futuros profissionais com deveres assistenciais, como os integrantes

deste projeto, estejam hábeis a propagar informações através de medidas efetivas de alcance, como foi com as redes sociais em questão. Essa constatação dá-se a partir do caráter massivo atrelado a essas mídias, uma vez que estas se tornaram ferramentas importantes de interação entre as pessoas no que concerne ao compartilhamento de notícias, *marketing* e conhecimento (COSTA; BRITO, 2020; PINTO, 2019).

Uma vantagem adicional da utilização das redes sociais para a realização de projetos de Educação em Saúde é a facilidade de se constatar demandas e saná-las. Por meio de comentários ou mensagens diretas, foi possível acolher as dúvidas, questionamentos ou opiniões levantadas pelo público que consumia o conteúdo publicado.

Essa instantaneidade de *feedbacks* que abarcou o projeto possibilitou a redução da distância entre desconhecimento e orientação, iniciando, portanto, uma relação de cumplicidade entre os extensionistas e os usuários. Isso foi relevante para fortalecer o senso crítico-reflexivo de equipe sobre a pluralidade de proposições que permeiam os indivíduos e, a partir disso, expandir não só o conhecimento técnico a fim de resolver os questionamentos levantados, mas também o conhecimento prático sobre a desproporção educacional que os extensionistas tiveram que compensar.

A interação suprarreferida propiciou uma resposta quase automática em relação à defasagem de conhecimentos práticos sobre saúde sexual a qual a sociedade está, estruturalmente, sujeita. Tal perspectiva dialoga com a necessidade urgente de pontes entre o conhecimento gerado no contexto acadêmico das universidades e o público, o qual, por vezes,

baseia-se em conversas casuais entre amigos e familiares ou outras fontes de informação e nem sempre possui embasamento teórico suficiente para extrapolar a superficialidade e garantir a conformidade com o verídico. Diminuir essa deficiência social é uma ferramenta importante para que as vulnerabilidades atreladas à saúde sexual reduzam proporcionalmente (DIAS *et al.*, 2017; SILVA *et al.*, 2021).

No que se refere à elaboração de *podcasts*, trata-se de um material tecnológico que ainda não havia sido explorado pelos extensionistas; portanto, de início, houve uma dificuldade para estruturar o conteúdo que seria abordado no arquivo digital de áudio e buscar o seu público-alvo. Contudo, o material se mostrou útil ao desenvolvimento da aprendizagem ao utilizar recursos verbais orais e linguísticos para a transmissão de conteúdo científico, sobretudo no período da pandemia de Covid-19, uma vez que a forma *on-line* de comunicação é a que prevalece (SILVA JÚNIOR; SILVA; BERTOLDO, 2020). Para isso, foi utilizada a plataforma de *streaming* (Spotify) com a conta *PESS UFPE*, que contou com a elaboração de 3 episódios ao longo da gestão, sendo eles produzidos por três grupos distintos de extensionistas e contando com uma média de 10 minutos cada. Os temas abordados tiveram como referencial teórico materiais cientificamente relevantes, como artigos e publicações governamentais, conforme mostra o Quadro 1.

A escolha do primeiro tema é justificada pela necessidade que a população tem de conhecer mais sobre o assunto da população LGBTQIAP+, que se comprova pela alta interação com o tema nas postagens do Instagram. Diante disso, é válido debater sobre esse assunto com crianças e adolescentes,

uma vez que o ambiente escolar é um dos primeiros espaços onde a população citada sofre preconceitos, discriminações, intolerâncias e humilhações por parte de colegas de classe ou até mesmo de professores. Desse modo, a escola deve possuir uma posição ativa para a construção de subjetividades baseadas no respeito, possibilitando a visibilidade de diversos grupos sociais (GONZAGA; GALLAS, 2019). Para os extensionistas responsáveis pela execução e os outros participantes do projeto, elaborar esse episódio em formato *podcast* foi de extrema relevância para relembrar conceitos e pontos-chave acerca da sexualidade e a sua interação com a população LGBTQIAP+, de modo a desenvolver saberes fundamentais para a vida e para levar o debate com propriedade ao público-alvo do projeto.

Quadro 1. Assuntos abordados nos episódios do *podcast* PESS UFPE

Ordem do episódio	Título do episódio	Assunto abordado
1	LGBTQIAP+	Conceituou-se alguns termos importantes, como sexo biológico, identidade de gênero e orientação sexual. Além disso, explicou-se o termo LGBTQIAP+ e se debateu sobre o preconceito.
2	Saúde mental dos adolescentes na pandemia	Debateu-se sobre os impactos psicológicos provocados nos adolescentes em decorrência da pandemia de Covid-19.
3	Saúde da mulher negra	Abordou-se como a saúde da mulher negra é negligenciada e sofre mais preconceitos do que as mulheres brancas, além de já estarem enquadradas, na maioria das vezes, em situações de vulnerabilidade.

Fonte: Os autores (2022).

O segundo tema abordou a saúde dos adolescentes na pandemia levando-se em consideração as consequências psicológicas decorrentes do período de isolamento social, sendo as principais delas o aumento da depressão, do estresse e da ansiedade, a alteração na qualidade do sono, o uso de substâncias psicotrópicas e outras temáticas. Tudo isso possui relação com a vulnerabilidade emocional inerente da adolescência, o que torna esse quadro de adoecimento psicológico ainda mais proeminente na faixa etária citada (MILIAUSKAS; FAUS, 2020). Desse modo, a execução desse episódio possibilitou aos extensionistas a reflexão sobre o tema e sobre formas de ficar atento a sinais de alarme, bem como a possibilidade de se pensar em maneiras de lidar com essa situação.

O terceiro episódio abordou a saúde da mulher negra, trazendo para reflexão o racismo e seus impactos na saúde, além de formas de efetuar seu enfrentamento. Nesse contexto, a não consolidação da saúde da mulher negra, bem como a ausência de entendimento acerca das suas especificidades, marginalizam o que se conhece por *saúde individualizada* (WERNECK, 2016). A ausência de pesquisas específicas para esse grupo populacional foi um grande entrave para a produção desse material, o que se reflete na falta de interesse e estímulos para a discussão social sobre uma temática de grande relevância social.

Após isso, houve o questionamento sobre se a realização de *lives* poderia ser outra ferramenta para alcançar o objetivo social da extensão. Assim, como forma de avaliar esse aparato, foi realizada uma *live* com a temática sobre violência sexual entre crianças e adolescentes pelo fato de que, com o

isolamento social, o número de casos de violência aumentaram na sociedade brasileira, mostrando-se uma temática importante para discussão naquele momento (TRAJANO *et al.*, 2021). Essa ação ocorreu através do Instagram do projeto e contou com a participação de uma terapeuta ocupacional com experiência na temática, além de ter tido como público-alvo adolescentes – mas havendo uma grande participação de professores e integrantes do próprio projeto.

Através dessa experiência, notou-se uma defasagem do conhecimento dos participantes do projeto com relação às temáticas que seriam trabalhadas, o que trouxe a preocupação de como isso poderia ser resolvido para que o conteúdo fosse apresentado nas escolas de forma correta e acessível quando as ações presenciais retornassem. Com isso, optou-se por instituir encontros por meio dos quais se pudesse discutir temáticas de educação sexual através de formações internas, ou seja, debates que envolvessem os extensionistas e autoridades convidadas. Assim, durante o segundo semestre de 2021, enquanto as atividades escolares ainda ocorriam de forma remota, os participantes foram divididos em grupos os quais deveriam realizar momentos de instrução para o grupo através de debate com convidados que detinham experiência sobre a temática, ocorrendo em salas virtuais do Google Meet e em *lives* no Instagram do projeto. A primeira formação interna possuía como tema sexualidade e gênero e contou com a participação de um graduando em Pedagogia formado em Artes Cênicas que passa sua arte e educação através de sua personagem Drag Queen, de forma que os extensionistas puderam entrar em contato direto com a realidade

LGBTQIAP+, expandir conceitos e tornarem-se mais aptos a levar tais discussões às ações realizadas nas escolas.

O panorama subjetivo gerado pela diversidade do conceito de educação sexual foi considerado um ganho coletivo para a equipe executora da extensão. Ao abordar temas que fogem do eixo cientificista da temática, como as minorias sociais ou os aspectos afetivos da saúde sexual, foi percebido como o ser humano possui diversos aspectos centrais quando considera os pilares essenciais de qualidade de vida, do bem-estar geral e das relações com os diversos domínios que esses campos compõem (ANTONIO *et al.*, 2016; DIAMOND; ALLEY, 2019). Por esse ângulo, saber identificar determinantes de saúde que contribuem internamente e socialmente para o processo de cuidar desenvolve, verdadeiramente, indivíduos capazes de elaborar propostas terapêuticas que englobam a manutenção da saúde, e não a resolução da doença – perspectiva que, dificilmente, é notada durante atividades teóricas na instituição de ensino.

Paralelo a isso, foi marcante, ainda, a forma como o conhecimento acerca da sexualidade tornou-se um meio de proporcionar empoderamento aos indivíduos. Na sociedade, onde são expressivas as desigualdades de gênero, as relações de poder e as manifestações de violência, adquirir a habilidade de comunicar-se com a população e instigar o desfrute saudável de sua sexualidade de forma segura e informada acerca de seus direitos e possibilidades é uma maneira significativa de contribuição comunitária (OLIVEIRA *et al.*, 2019; SILVA *et al.*, 2021). Tal habilidade, apesar de ter sido impulsionada pela experiência aqui relatada, tem o poder de ser extrapolada

para as diversas dimensões do cuidar experienciadas no cotidiano dos extensionistas, categorizando, portanto, uma grande conquista.

Durante a aplicação do projeto de extensão, alguns obstáculos foram percebidos. Diante do considerável número de integrantes, a incompatibilidade de horários dificultou o cronograma de reuniões para organizações e consensos durante a produção do conteúdo. Ademais, algumas limitações foram enfrentadas pelos integrantes durante o manuseio das ferramentas de produção das mídias, ora por não conter os materiais necessários, ora por não estarem familiarizados com as tecnologias necessárias. Apesar disso, as atividades educativas foram vistas como uma significativa oportunidade para exercer trabalho em equipe e superar os eventuais impasses.

Conclusões

A presente experiência demonstra que, mesmo de forma virtual, as ações em mídias sociais surtiram efeitos na vida das crianças, adolescentes e no próprio grupo de estudantes que elaborou o material. Além disso, ainda que seja um meio de consulta a curto e a longo prazo, o público e a equipe extensionista possuem o acesso às informações científicas de forma facilitada, auxiliando diretamente na prevenção e/ou convívio com determinados temas da educação sexual. Mesmo com os obstáculos de incompatibilidade de horário, limitações de uso das ferramentas digitais e a dificuldade de acesso à internet (que ainda não engloba a totalidade dos indivíduos), as atividades tiveram boa avaliação por parte da equipe executora e

do público-alvo. Ademais, percebeu-se a importância de fazer parte de um projeto comprometido com a população vulnerável de informações, principalmente em virtude da grande contribuição na formação pessoal e profissional.

Referências

- ANTONIO, J. Z. *et al.* Função sexual feminina, desgaste emocional por insatisfação sexual e inteligência emocional. *Fisioterapia Brasil*, Petrolina, v. 17, n. 6, p. 544-550, 2016. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-883380>. Acesso em: 27 out. 2022.
- BARBOSA, L. U.; VIÇOSA, C. S. C. L.; FOLMER, V. A educação sexual nos documentos das políticas de educação e suas ressignificações. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, Ouro Fino, v. 11, n. 10, p. 1-10, 2019. DOI: <https://doi.org/10.25248/reas.e772.2019>. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/772>. Acesso em: 27 out. 2022.
- BRASIL. *Resolução CNE/CES nº 3, de 20 de junho de 2014*. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina e dá outras providências. Brasília: Ministério da Educação, 2014. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECESN32014.pdf?query=Sistema%20de%20Ensino. Acesso em: 20 out. 2022.
- CHAVES, C. S. *et al.* Vulnerabilidade dos adolescentes às infecções sexualmente transmissíveis/HIV. *Brazilian Journal of Health Review*, Curitiba, v.4, n. 2, p. 4880-4898, 2021. DOI: <https://doi.org/10.34119/bjhrv4n2-072>. Disponível em: <https://brazilian-journals.com/ojs/index.php/BJHR/article/view/25980>. Acesso em: 27 out. 2022.

- COSTA, D. A. S. *et al.* National curriculum guidelines for health professions 2001-2004: an analysis according to curriculum development theories. *Interface: Comunicação, Saúde e Educação*, Botucatu, v. 22, n. 67, p. 1183-1195, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-57622017.0376>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/GZsw79s7SZGBXZ3QNBhNppn/abstract/?lang=en>. Acesso em: 27 out. 2022.
- COSTA, M. A.; BRITO, M. L. A. A utilização da ferramenta Instagram para impulsionar o crescimento de uma pequena empresa. *Revista e-Acadêmica*, Vargem Grande Paulista, v. 1, n. 2, p. 1-6, 2020. Disponível em: <https://eacademica.org/eacademica/article/view/8>. Acesso em: 27 out. 2022.
- ROCHA, C. R. *et al.* A utilização das redes sociais como estratégia para continuidade da extensão universitária em tempos de pandemia. *Raízes e Rumos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 261-269, 2020. DOI: <https://doi.org/10.9789/2317-7705.2020.v8i1.261-269>. Disponível em: <http://seer.unirio.br/raizeserumos/article/view/10288>. Acesso em: 27 out. 2022.
- SILVA JÚNIOR, E. A.; SILVA, C. F. P.; BERTOLDO, S. R. F. Educação em tempos de pandemia: o uso da ferramenta podcast como estratégia de ensino. *Tecnia: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia do IFG, Goiânia*, v. 5, n. 2, p. 31-51, 2020.
- DIAMOND, L. M.; ALLEY, J. Was it good for her? An alternative perspective on life history theory, female same-sex sexuality, and pleasure. *Archives of Sexual Behavior*, [s. l.], v. 48, n. 5, p. 1315-1320, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10508-018-1313-5>. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30311041/>. Acesso em: 27 out. 2022.
- DIAS, E. G. *et al.* Conhecimento e comportamento dos adolescentes de uma escola pública sobre sexualidade e métodos

- contraceptivos. *Revista Baiana de Saúde Pública*, Salvador, v. 41, n. 1, p. 120-130, 2017. Disponível em: <https://rbsp.sesab.ba.gov.br/index.php/rbsp/article/view/2408/2183>. Acesso em: 27 out. 2022.
- FONTOURA, A. José de Albuquerque, o esquecível: método histórico e o pioneirismo na educação sexual no Brasil. *Revista Histedbr on-line*, Campinas, v. 18, n. 3, p. 671-697, 2018. DOI: <https://doi.org/10.20396/rho.v18i3.8652134>. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8652134>. Acesso em: 27 out. 2022.
- FUMAGALI, E. O.; SANTOS, C. C. A. Abuso sexual de crianças e adolescentes no Brasil em tempos de COVID-19: a educação como forma de prevenção. *Caderno de Graduação - Ciências Humanas e Sociais*, Aracaju, v. 6, n. 3, p. 171-184, 2021. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/cadernohumanas/article/view/9994#:~:text=Em%20fun%C3%A7%C3%A3o%20do%20isolamento%20social,para%20o%20enfrentamento%20dessa%20jornada>. Acesso em: 27 out. 2022.
- GONZAGA, T. M. S.; GALLAS, A. K. C. O retrocesso no combate da LGBTfobia no Brasil: o preconceito vivenciado pela população LGBT no ambiente escolar. *Filosofia e Educação*, Campinas, v. 11, n. 2, p. 281-289, 2019. DOI: <https://doi.org/10.20396/rfe.v11i2.8655345>. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rfe/article/view/8655345>. Acesso em: 27 out. 2022.
- MILIAUSKAS, C. R.; FAUS, D. P. Saúde mental de adolescentes em tempos de COVID-19: desafios e possibilidades de enfrentamento. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 4, p. 1-8, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312020300402>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/W578>

- M6SCTxdZQxCCtFJSbrH/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 27 out. 2022.
- MOREIRA, K. H. Educação sexual no rincão nacional: a revista Folha da Serra no sul de Mato Grosso na década de 1930. *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, v. 22, n. 1, p. 1-22, 2022. DOI: <https://doi.org/10.4025/rbhe.v22.2022.e191>. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/56849>. Acesso em: 27 out. 2022.
- OLIVEIRA, C. A. B. *et al.* Perfil da vítima e características da violência contra a mulher no estado de Rondônia-Brasil. *Revista CUIDARTE*, Bucaramanga, Colombia, v. 10, n. 1, p. 1-12, 2019. DOI: <https://doi.org/10.15649/cuidarte.v10i1.573>. Disponível em: [http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2216-09732019000100203#:~:text=As%20agress%C3%B5es%20ocorreram%20em%20zona,\(85%2C99%25\)%20mulheres.](http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2216-09732019000100203#:~:text=As%20agress%C3%B5es%20ocorreram%20em%20zona,(85%2C99%25)%20mulheres.) Acesso em: 27 out. 2022.
- PINTO, P. A. Marketing social e digital do Ministério da Saúde no Instagram: estudo de caso sobre aleitamento materno. *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, p. 817-830, 2019. DOI: <https://doi.org/10.29397/reciis.v13i4.1634>. Disponível em: <https://www.recis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/1634>. Acesso em: 27 out. 2022.
- RODRIGUES, M. O. *et al.* Conhecimento dos adolescentes de uma escola da rede pública sobre as principais doenças sexualmente transmissíveis. *Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro*, Minas Gerais, v. 4, n. 3, p. 1268-1280, 2014. DOI: <https://doi.org/10.19175/recom.v0i0.754>. Disponível em: <http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/recom/article/view/754>. Acesso em: 27 out. 2022.

- SILVA, A. C. S. P. *et al.* Female sexual health in women's empowerment times. *Research, Society and Development*, Vargem Grande Paulista, v. 10, n. 7, p. 1-10, 2021. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i7.16415>. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/16415>. Acesso em: 27 out. 2022.
- TRAJANO, R. K. N. *et al.* Comparativo de casos de violência sexual contra criança e adolescente no período 2018-2020. *Research, Society and Development*, Vargem Grande Paulista, v. 10, n. 1, p. 1-10, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/11384/12480/181367>. Acesso em: 27 out. 2022.
- WERNECK, J. Racismo institucional e saúde da população negra. *Saúde Soc.*, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 535-549, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/bJdS7R46GV7PB3wV54qW7vm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 out. 2022.
- ZOMPERO, A. F. *et al.* A temática sexualidade nas propostas curriculares no Brasil. *Revista Ciências & Ideias*, Niterói, v. 9, n. 1, p. 101-114, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.22407/2176-1477/2018.v9i1.783>. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/327045713_A_TEMATICA_SEXUALIDADE_NAS_PROPOSTAS_CURRICULARES_NO_BRASIL. Acesso em: 27 out. 2022.

Aplicação de podcasts na extensão universitária

Projeto Rádio ACS & Bioética

Karoliny Júlia Santos Pimentel

Andrew Pereira da Silva

Alice de Almeida Alcântara

Christian José Ferreira Silva

Iasmine Andreza Basilio dos Santos Alves

Introdução

O modelo organizacional aplicado no setor de Estratégia de Saúde da Família (ESF) hodiernamente exposto no contexto da Atenção Primária em Saúde (APS) é um mecanismo que visa incrementar o funcionamento do sistema de saúde pública brasileiro. Essa perspectiva é tomada como válida a partir do momento que a aplicação do modelo supracitado promove um aprimoramento de importantes indicadores de saúde, que são parâmetros relevantes que orientam o planejamento e direcionamento das equipes multidisciplinares, que, por sua vez, objetivam melhorar a qualidade de vida das pessoas inscritas nos territórios vinculados, o que justifica possibilidades de novas ações de ampliação e acolhimento (FERREIRA; RODRIGUES, 2018; GARBIN *et al.*, 2011).

Nesse eixo centrado na ESF, destaca-se a presença do Agente Comunitário de Saúde (ACS) como um dos organismos essenciais para o progresso de iniciativas internas dos espaços de saúde, visto que sua ação envolve o contato direto com os usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). Em termos mais práticos, essa atuação envolve estabelecer vínculos entre os profissionais e a população, promovendo a expansão de projetos em âmbito local por meio da adesão de toda a comunidade inscrita nas áreas (CHUENGUE; FRANCO, 2018; GARBIN *et al.*, 2011).

Dessa maneira, o desempenho do componente supracitado numa Unidade Básica de Saúde (UBS) contribui para que a dimensão do processo de cuidar aumente sua eficácia, uma vez que seu cunho assistencialista se desdobra por conta de padrões burocráticos aliados à intenção de cooperar com o bem-estar da comunidade por condutas éticas e morais, segundo os próprios princípios básicos do SUS (FERREIRA; RODRIGUES, 2018; GARBIN *et al.*, 2011).

Nesse prisma, o arranjo de hierarquia entre os trabalhadores da Saúde ganha uma nova conformidade, já que a ação das equipes passa a ter um cunho mais cooperativo do que mandatório, visto que a valorização igualitária dos profissionais confirma um ambiente de trabalho pautado pela cidadania e respeito. Na vivência dos ACS, isso se viabiliza pela constante discussão e capacitação do que é ser bioético perante as situações do cotidiano que necessitam ser proativos, tanto dentro das UBS quanto durante as visitas domiciliares, por exemplo (GARBIN *et al.*, 2011; VIDAL; MOTTA; SIQUEIRA-BATISTA, 2015).

Portanto, é imprescindível que a bioética seja íntima à ESF, uma vez que a relação de atendimento profissional-usuário necessita ser cada vez mais pautada na prática educativa, visto que o trabalho exercido pelos ACS envolve a promoção de mudanças de realidades contrastantes, o que exige uma postura cada vez mais capacitada para busca de alternativas possíveis entre os ambientes de saúde, corporativos burocráticos, como prefeituras e sindicatos, bem como na sua forma de lidar com o trabalho (CHUENGUE; FRANCO, 2018; VIDAL; GOMES; SIQUEIRA-BATISTA, 2021).

Nessa visão, por se tratar de um contato direto com a comunidade e, por conseguinte, encaminhamentos dentro do setor de Saúde, é necessário que habilidades de relacionamento interprofissionais sejam reforçadas a fim de se obter uma rotina embasada no sigilo, na confidencialidade e na privacidade, características que devem ser inerentes ao exercícios de quaisquer profissionais de Saúde. O ACS, em sua prática, por estar exposto à vivência das pessoas em sua área, precisa estar apto à manutenção da discrição, lealdade e fidelidade com as pessoas que mantêm contato, uma vez que esse vínculo de confiança na relação profissional-usuário está diretamente relacionado à adesão da população às orientações passadas pelo ACS (CHUENGUE; FRANCO, 2018).

Em suma, o posicionamento entre os trabalhadores de um determinado ambiente de saúde é essencial em termos de cumprimento de sigilo de informações sobre a saúde dos usuários, visto que o compartilhamento de dados deve ser monitorado a fim de evitar constrangimentos e problemas em pequena e larga escala que possam comprometer a

segurança dos pacientes, por exemplo. Assim, a ocorrência de julgamentos, preconceitos e desrespeito são evitadas e o fluxo dos ambientes de saúde se consolidam como realmente centrados no bem-estar dos usuários, já que problemas de relacionamento não se restringem apenas à atividade laboral (CHUENGUE; FRANCO, 2018; VIDAL; GOMES; SIQUEIRA-BATISTA, 2021).

Baseando-se nessa concepção, as práticas de extensão universitária agem de maneira a unir conhecimentos acadêmicos e populares, a fim de dialogar com as demandas das áreas de aplicação das ações, buscando a inserção dos discentes com os profissionais da área em questão para a mudança ou aprimoramento de alguma realidade que precisa ser analisada. Como consequência, as atividades de extensão do projeto possuem a capacidade de beneficiar as comunidades-alvo por meio do aprimoramento da atuação profissional dessas áreas vinculadas, tendo como base os graduandos como mediadores do projeto e os docentes como orientadores e supervisores de todo o processo. Nessa perspectiva, a interação entre diferentes componentes dentro de um mesmo objetivo coopera para uma formação rica e voltada para a resolução de problemas sociais e críticos em relação a aspectos pertinentes do mundo hodierno. Logo, a extensão assume um papel estratégico que viabiliza práticas integradas, alicerçadas numa multidisciplinaridade que elabora uma transformação de consciência humana e cidadã na sociedade (GONÇALVES, 2000; MOITA; ANDRADE, 2009).

Dessa forma, a manutenção do tripé universitário nacional – ensino, pesquisa e extensão – é indispensável para o

compartilhamento e expansão de conhecimento. A extensão universitária surge como um enlace entre a esfera acadêmica e científica e a comunidade como forma de contribuição com a construção de um futuro marcado por uma menor divergência entre o teórico e o prático.

O projeto denominado *Rádio ACS & Bioética* se moldou diante da perspectiva dos discentes durante suas vivências nas UBS de atuação que possibilitaram a associação entre os conhecimentos sobre bioética adquiridos durante a realização da Eletiva de Extensão Universitária. Assim, constatou-se que, nas UBS, muitos ACSs e outros profissionais não conheciam os principais conceitos da ética e bioética e sentiam impasses na maneira de lidar com as problemáticas e as tomadas de decisões implícitas à prática laboral de trabalho. Nesse prisma, o profissional realizava o compartilhamento de informações privadas dos casos dos pacientes entre si e a equipe da Atenção Primária, além da carência do estabelecimento de vínculos afetivos de confiança. Dessa forma, a equipe organizadora de graduandos decidiu desenvolver o projeto com o objetivo de corrigir essa perceptível defasagem, bem como melhorar a conduta destes profissionais na sua vida laboral, utilizando o *podcast* como via de disseminação, uma vez que é um meio de fácil aplicação e propagação.

O *podcast* proporciona o desenvolvimento de um espaço educativamente rico que reúne um grupo de sujeitos com interesses em comuns, promovendo diálogo e uma construção de conhecimento de maneira acessível. O uso da oralidade dessa tecnologia permite, ainda, um intercâmbio mútuo e bastante volátil de conhecimento. Dessa feita, a utilização

de tecnologias, principalmente dos *podcasts*, demonstra utilidade no campo da Educação não apenas pelo seu dinamismo nos aspectos técnicos, mas também pela maneira de abordagem educacional como processo entre os indivíduos (CARSON; HONTVEDT; LUND, 2021).

A formulação do projeto confirma o Art. 7º das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina (BRASIL, 2014), que estabelece uma responsabilidade atrelada à Educação em Saúde para o discente, visto que é responsável pela formação e aquisição de conhecimento em primeira instância, sempre traçada por responsabilidade social, autonomia intelectual e comprometimento com um futuro melhor para as próximas gerações de profissionais de Saúde. Dessa maneira, os debates e discussões voltados para a realidade de comunidades que tangem a atuação de docentes e estudantes por meio de oportunidades de pesquisa, aprendizagem e trabalho proporcionará a identificação e resolução de problemas análogos à confidencialidade, privacidade e ética na atuação dos ACS (CORTEZ, 2020; SILVA; MENDOZA, 2020; GIROTTO *et al.*, 2019; NDE, 2014; MOITA; ANDRADE, 2009; GONÇALVES, 2000).

Objetivo

O objetivo do projeto foi relatar a experiência dos autores na elaboração e aplicação de *podcasts* durante a execução do projeto de extensão universitária *Rádio ACS & Bioética*, bem como analisar o impacto da utilização do recurso supracitado como ferramenta de capacitação profissional e acadêmica circunscrita à Atenção Primária.

Metodologia

O projeto de extensão intitulado *Rádio ACS & Bioética*, baseado no tripé ensino- pesquisa-extensão do Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco (CAA-UFPE), fundamenta-se no campo da bioética aplicada ao âmbito de trabalho dos ACSs e outros profissionais (médicos, enfermeiros, recepcionistas e técnicos de enfermagem) da Atenção Primária de estratégias de Saúde da Família do município de Caruaru-PE. O projeto teve como ponto de início a realização de um estudo criterioso acerca da temática da bioética no campo de trabalho dos profissionais da Atenção Primária à Saúde, com ênfase nos ACS, com o objetivo de subsidiar os conhecimentos da equipe organizadora do projeto para o planejamento das ações. A segunda etapa consistiu na discussão dos objetivos do projeto mediante reunião entre os extensionistas e o público-alvo, sendo estes ACS e demais profissionais da ESF Demóstenes Veras, ESF Novo Mundo e da ESF São João da Escócia I, III e IV do município de Caruaru.

A partir dessas etapas, embasados na revisão de literatura e nas demandas identificadas mediante questionamentos levantados pelos profissionais de Saúde, foram criados três *podcasts*: o primeiro abordou as bases teóricas da privacidade, confidencialidade e bioética no cotidiano das tomadas de decisões dos ACSs; o segundo discutiu como tais conceitos podem guiar a conduta desses profissionais na sua prática de trabalho com a comunidade; e o terceiro, por sua vez, trouxe situações-problema sobre as relações profissionais vividas do cotidiano da profissão e como as teorias da ética podem auxiliar a lidar com esses problemas e guiar sua postura. Os dois últimos

podcasts, principalmente o terceiro, foram desenvolvidos a partir de casos clínicos problematizados da prática laboral do ACS produzidos pelos graduandos e baseados na bibliografia avaliada e selecionada na primeira etapa desta metodologia.

Posteriormente, os profissionais da equipe de Saúde que desejaram fazer parte do projeto receberam um convite informal e, a partir desse “recrutamento”, foram disponibilizados materiais via WhatsApp. O acesso a esses materiais não foi limitado, uma vez que os participantes também puderam compartilhar os *links* dos *podcasts* com outras pessoas, bem como esse material foi divulgado nos endereços eletrônicos das plataformas em que os *podcasts* estão acessíveis (Spotify, Anchor, Google *podcast*, Deezer, Breaker e Rádio Public). A equipe executora, em conjunto com os inscritos, discutiu e avaliou como esse material influenciou a prática de trabalho cotidiana dos ACS, que representaram a parte principal do público-alvo do projeto. A equipe de execução do projeto também desenvolveu *folders* físicos direcionados aos usuários das unidades de Saúde e aos outros profissionais da equipe da Atenção Primária com a temática da ética no trabalho dos ACS e da Estratégia de Saúde da Família.

Por conseguinte, por meio das ações do trabalho em consonância ao *feedback* dos profissionais de Saúde, o projeto expandiu as ações do *Rádio ACS & Bioética* para outras ESFs do município de Caruaru: a ESF Salgado II, a ESF Centenário e a ESF Maria Auxiliadora, buscando aperfeiçoar a forma de trabalho, a privacidade, a confidencialidade e a ética do cuidado na prática do ACS e dos demais profissionais de Saúde da Atenção Primária.

Resultados e discussão

O *podcast* foi a ferramenta utilizada pelos autores para guiar a extensão universitária proposta no projeto e levar os conhecimentos e a discussão acerca da bioética para além dos muros da universidade até os profissionais de Saúde. A seguir, discutimos cada um dos *podcasts* criados durante o projeto de extensão.

Podcast 1: Bases teóricas da bioética

O primeiro *podcast* teve como conteúdo principal abordar as bases teóricas da privacidade, confidencialidade e bioética na rotina da tomada de decisões dos profissionais da equipe de Saúde, com ênfase nos ACS. O conceito de bioética não foi imposto como “regras de comportamento a serem seguidas”, mas sim teorias que dão subsídio para que as pessoas possam refletir e saber lidar com as diversas problemáticas da vida profissional, em que podem surgir conflitos éticos. Nesse sentido, para compreender a bioética, foi discutido seu contexto histórico, social e cultural, conceituando alguns termos essenciais como o paternalismo hipocrático e o método cartesiano. Desse modo, discutir esses conceitos no *podcast* foi muito importante para explicitar como a postura profissional paternalista, ou seja, a qual os profissionais de Saúde são considerados “pais” – ou melhores que os seus pacientes – impede a autonomia dos usuários de saúde e não permite que os mesmos exponham sua vontade (CHUENGUE; FRANCO, 2018; VIDAL; GOMES; SIQUEIRA-BATISTA, 2021).

Além disso, a partir da postura biomédica, em que os conceitos de bioética não são respeitados e os profissionais de

Saúde se preocupam mais com a doença do que com o doente, há um processo de desumanização da assistência ao paciente e a tentativa de reverter esse quadro vem sendo foco de estudos de diversos pesquisadores, bem como alvo de políticas do Governo Federal. Outrossim, também foram abordados pela equipe organizadora no *podcast* os principais princípios da bioética e como eles se relacionam diretamente na prática laboral do profissional de Saúde. Nessa perspectiva, abordamos o conceito de autonomia do paciente, em que, para ser colocado em prática, é necessário que o profissional promova duas condições fundamentais: a liberdade e a informação. A pessoa deve ser livre para escolher o que bem entender para a sua vida, enquanto a correta informação das pessoas é o que possibilita o estabelecimento de uma relação terapêutica ou a realização de uma pesquisa. Assim, para minimizar qualquer limitação da autonomia, é preciso reconhecer os indivíduos vulneráveis e incorporá-los ao processo de tomada de decisão de maneira legítima. Só assim será possível estabelecer uma relação adequada com o paciente e maximizar sua satisfação com o tratamento (CHUENGUE; FRANCO, 2018; RAMOS, 2007; VIDAL; GOMES; SIQUEIRA- BATISTA, 2021).

O último princípio da bioética explorado pela equipe neste primeiro *podcast* foi sobre a justiça, que se refere à igualdade de tratamento. Nesse princípio, é preciso respeitar com imparcialidade o direito de cada um. Ou seja, não seria ética uma decisão que levasse um dos personagens envolvidos (profissional ou paciente) a se prejudicar (RAMOS, 2007). Por fim, para a realização desse *podcast*, é preciso enfatizar que foi utilizado uma linguagem acessível e com muitos exemplos no

final do *podcast* para revisar as teorias e fixar esses conceitos, que, por sua vez, serviram de base para uma melhor compreensão dos próximos *podcasts*.

Podcast 2: Aplicações práticas da bioética no contexto de trabalho dos ACS

O segundo *podcast* do projeto de extensão *Rádio ACS & Bioética* buscou explorar como as teorias discutidas no primeiro *podcast* podem guiar a conduta dos profissionais na sua prática de trabalho. Um dos pontos de debate foi o trabalho em equipe, demonstrando que um profissional da área da Saúde da Família trabalha com diversos profissionais de outras áreas. Tal trabalho multiprofissional deve sempre visar ao cuidado integral à saúde do paciente, ou seja, trabalhar em equipe é reconhecer que todos participarão do cuidado e que esse será efetivo se as decisões forem compartilhadas.

Outro ponto de pauta do *podcast* foi acerca do modelo biomédico que ainda se configura nos moldes da humanização e acolhimento. A transformação da saúde em bens de consumo coloca grandes desafios para os gestores de Saúde, sendo que muitos de nós fomos formados a partir do modelo biomédico que privilegia o estudo das doenças, fragmenta o ensino em especialidades e acaba enfatizando a formação técnica em detrimento da formação humanística e ética. Esse modelo reduz o ser humano ao seu organismo biológico, o que leva os profissionais a serem vistos como simples prestadores de serviços. Diante disso, a saúde se confunde com um bem que pode ser oferecido nas prateleiras, como uma mercadoria,

dificultando o real entendimento das necessidades de saúde. Dessa maneira, a fim de aliar a excelência técnica ao compromisso social, é valioso prestar atenção integral mais humanizada, trabalhar em equipe e compreender melhor a realidade em que vive a sociedade (FERREIRA; RODRIGUES, 2018; GARBIN *et al.*, 2011).

Por fim, a atuação e importância do ACS na atenção primária foi explicitada. Esses profissionais desenvolvem uma das atividades mais peculiares, que é a vinculação entre os profissionais de Saúde e a população, ampliando a eficácia das ações de saúde e favorecendo a participação da comunidade. É justamente nessa dinâmica de seu ofício que residem vários conflitos, inclusive os de natureza ética. Além disso, muitos desses profissionais não conhecem a ética da privacidade de informação do paciente, e, como é um direito do assistido pela USF, a privacidade da informação deve ser mantida por todos os elementos da equipe, incluindo o ACS, lembrando que são sigilosas não somente as informações reveladas confidencialmente, mas também todas aquelas que a equipe de Saúde descobre no exercício de sua atividade, mesmo havendo desconhecimento do usuário (FERREIRA; RODRIGUES, 2018; GARBIN *et al.*, 2011).

Podcast 3: Bioética no Contexto Laboral dos Profissionais de Saúde da USF

O terceiro e último *podcast* do projeto abordou diversas temáticas, tais como a importância do prontuário do paciente quando composto de registros bem documentados – representando a oportunidade de seguir e avaliar o tratamento de

um paciente e fornecendo dados relativos ao controle de qualidade do atendimento prestado – e a interferência na adoção de estilos de vida saudáveis, por meio da qual as ações de saúde pública visam interferir no processo saúde-doença da coletividade com a finalidade de proporcionar um melhor estado de saúde para as populações.

Outro ponto discutido foi acerca de situações de conflito mais específicas das práticas clínicas dos profissionais, a exemplo da dificuldade em estabelecer os limites da relação profissional com o usuário, não se sabendo como e nem quanto se interfere no estilo de vida das famílias ou usuários; além disso, a falta de companheirismo e o desrespeito entre os profissionais, principalmente quando é difícil delimitar os papéis e responsabilidades de cada um, é outro desafio apontado no *podcast*. É importante destacar que tais desafios podem afetar toda a equipe da APS, engendrando a falta de compromisso dos profissionais, o despreparo dos profissionais, o questionamento da prescrição médica por parte de funcionário da ESF, a omissão dos profissionais frente à indicação clínica imprecisa, o compartilhamento das informações relativas ao usuário e família no âmbito da equipe do Programa Saúde da Família e a quebra do sigilo médico por outros membros da equipe (CHUENGUE; FRANCO, 2018).

Por fim, o terceiro *podcast* aborda casos clínicos que trazem situações cotidianas da prática laboral dos profissionais de Saúde da Atenção Primária, situações essas marcadas pela bioética e pela necessidade de intervenção dos profissionais, como o caso de uma senhora que dizia estar vivendo diferente por depender dos filhos para realizar as coisas simples do

cotidiano, desde o acometimento de fortes dores musculares, e de um senhor que havia iniciado timidamente seu relato justificando na perda do trabalho a ausência na consulta de retorno para o controle de diabetes e hipertensão, buscando identificar como o profissional médico poderia atuar nessa situação (CREMESP, 2009).

Outro exemplo discutido é o caso de um homem com 82 anos de idade, lúcido e ativo, que procura atendimento com queixa de fraqueza e fadiga, vômito com sangue e perda de peso não-intencional. Ao realizar os exames, é detectado um câncer de estômago em estágio avançado e a filha solicita ao médico que não informe ao paciente o diagnóstico, pois sabe bem quem é o pai e que a notícia vai apressar a morte dele. Nesse sentido, é preciso entender qual a forma mais adequada de comunicar tal notícia, escolhendo a maneira mais viável que possa causar o menor dano e impacto possível. O fato de não se revelar a verdade pode impedir o paciente de tomar decisões importantes sobre o seu tratamento e sua vida pessoal. Do mesmo modo, impede o paciente e sua família de se prepararem para eventuais acontecimentos, como a morte (CREMESP, 2009).

Avaliando o projeto: experiências relatadas

Para a avaliação dos conhecimentos e do impacto dos *podcasts* na prática laboral dos profissionais de Saúde, os graduandos aplicaram um formulário, buscando também entender se os objetivos do trabalho foram alcançados. Apesar de, inicialmente, o público-alvo ter demonstrado pouco conhecimento

acerca da temática da bioética, após aplicação dos *podcasts* foi perceptível uma certa mudança na postura dos profissionais. Isso porque, no formulário aplicado ao fim do projeto, foi identificado que 17 dos 18 participantes (n=94,4%) consideraram que a compreensão dos conceitos da bioética é fundamental para a prática laboral dos profissionais de Saúde, sendo que 16 dos 18 participantes (n=88,9%) acharam seu aprendizado com as ações do projeto satisfatório e concordante com a sua vida profissional. Esses achados do trabalho estão em concordância em outros estudos de base nacional, como o de Garbin *et al.* (2011), em que, apesar de 90% dos participantes do respectivo estudo já terem recebido alguma informação sobre bioética, apenas 67% alegaram ter um conhecimento satisfatório sobre a ética em geral e bioética no campo profissional da Saúde.

Além disso, um tópico do acervo de avaliação do estudo que surpreendeu os extensionistas foi sobre qual *podcast* causou mais impacto e qual o participante mais gostou (Figura 1), em que 11 dos 18 participantes (n=61,1%) do público-alvo preferiram o segundo *podcast*, seguido pelo terceiro *podcast*, que obteve 6 respostas (n=33,3%).

Nesse sentido, foi possível constatar a identificação dos profissionais de Saúde com os respectivos *podcasts* e com os dilemas bioéticos expostos e discutidos no material. A preferência pelos dois últimos *podcasts*, de acordo com as respostas de justificativa do formulário, ocorreu por causa das suas abordagens serem mais práticas e aplicadas no contexto laboral da equipe com casos clínicos. A partir disso, é possível refletir sobre como os profissionais de Saúde vivenciam

diversos dilemas bioéticos no seu dia a dia e como o desenvolvimento de materiais que estimulam uma identificação promove a melhor aplicação desses conceitos de bioética, que, por sua vez, são tão importantes na prática de trabalho da equipe da Atenção Primária.

Figura 1. Avaliação do material por 18 participantes em resposta à pergunta: “Qual Podcast você mais gostou?”.



Fonte: Os autores (2021).

Os resultados de identificação e valorização da ética na prática de trabalho da equipe corroboram com o estudo de Ferreira; e Rodrigues (2018), do qual foram retiradas inspirações de casos clínicos para a construção do material no *podcast* 2. Dessa forma, a realização das ações do projeto com o preparo de casos clínicos problematizadores da prática da equipe de Saúde, baseado em diversos estudos, demonstrou ser uma estratégia positiva na análise e aprendizado do conteúdo da bioética. Por fim, com as ações do projeto, as impressões

trazidas no formulário de avaliação e as propostas aos alunos, foi possível desenvolver, na equipe organizadora, uma reflexão sobre como o estudo e a extensão promovem uma intervenção direta com transformações sociais palpáveis na comunidade (FERREIRA; RODRIGUES, 2018; GARBIN, 2011; VIDAL; GOMES; SIQUEIRA- BATISTA, 2021).

Conclusões

Fica evidente que o presente projeto de extensão, enquanto eixo de atuação dos estudantes durante a graduação e componente de inserção no campo da prática de saúde, possui grande importância. Poder entender e repassar os conhecimentos através de *podcasts*, tecendo reflexões a respeito da bioética para os ACS e demais profissionais da Atenção Primária, proporcionou aos autores maiores contribuições sobre a melhor maneira de lidar com as diversas situações do cotidiano laboral da APS. Ademais, a interação direta entre os agentes, estudantes e demais profissionais foi fundamental para o desenvolvimento de uma reflexão mais crítica dos acadêmicos em relação aos problemas sociais no contexto da Saúde.

Referências

BRASIL. *Resolução CNE/CES nº 3, de 20 de junho de 2014*. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina e dá outras providências. Brasília: Ministério da Educação, 2014. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECESN32014.pdf?query=Sistema%20de%20Ensino. Acesso em: 20 out. 2022.

CARSON, L.; HONTVEDT, M.; LUND, A. Student teacher podcasting: agency and change. *Learning, Culture and Social Interaction*, [s. l.], v. 29, p. 1-10, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.lcsi.2021.100514>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2210656121000258>. Acesso em: 27 out. 2022.

CHUENGUE, A. P. G.; FRANCO, T. B. O reconhecer e o lidar dos agentes comunitários de saúde diante da bioética: entre a ética do cuidado e os poderes disciplinares. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 4, p. 1-18, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312018280423>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/5HLSv4TBz3qJFGDKDQZMKMD/abstract/?lang=pt#:~:text=As%20narrativas%20dos%20ACS%20mostram,quest%C3%B5es%20de%20cuidado%20em%20sa%C3%BAde>. Acesso em: 27 out. 2022.

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE SÃO PAULO (CREMESP). *Bioética clínica: reflexões e discussões sobre casos selecionados*. 2. ed. São Paulo: Cremesp, 2009. Disponível em: https://repositorio.usp.br/single.php?_id=002123522&locale=pt_BR. Acesso em: 27 out. 2022.

CORTEZ, T. R. P. O indissociável tripé ensino, pesquisa e extensão na formação do profissional jurista apto a atuar nas demandas sociais. *Revista Manus Iuris*, Mossoró, v. 1, n. 1, p. 43-49, 2020. DOI: <https://doi.org/10.21708/issn2675-8423.v1i1r9474.2020>. Disponível em: <https://periodicos.ufersa.edu.br/rmi/article/view/9474>. Acesso em: 27 out. 2022.

FERREIRA, M. M.; RODRIGUES, C. I. S. Revelando a dimensão da ética no cotidiano dos agentes comunitários de saúde de um município da região norte do estado do Paraná. *Revista de Saúde Pública do Paraná*, Curitiba, v. 1, n. 2, p. 101-109, 2018. DOI: <https://doi.org/10.21708/issn2675-8423.v1i2r101109.2018>.

- org/10.32811/25954482-2018v1n2p101. Disponível em: <http://revista.escoladesaude.pr.gov.br/index.php/rspp/article/view/56#:~:text=Os%20Agentes%20Comunit%C3%A1rios%20de%20Sa%C3%BAde,para%20solucionar%20quest%C3%B5es%20%C3%Agticas%20cotidianas>. Acesso em: 27 out. 2022.
- GARBIN, A. J. I. *et al.* Ética e atuação profissional: percepção de agentes comunitários de saúde. *Saúde, ética & justiça*, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 65–71, 2011. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2317-2770.v16i2p65-71>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/sej/article/view/45780>. Acesso em: 27 out. 2022.
- GIROTTI, L. C. *et al.* Preceptors' perception of their role as educators and professionals in a health system. *BMC Medical Education*, Londres, Inglaterra, v. 19, n. 203, p. 1-8, 2019. Disponível em: <https://bmcmmededuc.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12909-019-1642-7>. Acesso em: 27 out. 2022.
- GONÇALVES, T. V. O. *Ensino de ciências e matemática e formação de professores: marcas da diferença*. 2000. 272 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/296826944.pdf>. Acesso em: 20 out. 2022.
- MOITA, F. M. G. S. C.; ANDRADE, F. C. B. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 41, p. 269-280, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782009000200006>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/gmGjD68gHxfJhy5bgykz6qr/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 out. 2022.
- NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DO CURSO DE MEDICINA DO CAA/UFPE (NDE). *Projeto pedagógico do curso de Medicina*. Caruaru: UFPE, 2014.

RAMOS, D. L. P. *Bioética e ética profissional*. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2007.

SILVA, M. F.; MENDOZA, C. C. G. A importância do ensino, pesquisa e extensão na formação do aluno do Ensino Superior. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*, São Paulo, v. 8, p. 119-133, 2020. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/pesquisa-e-extensao>. Acesso em: 27 out. 2022.

VIDAL, S. V.; GOMES, A. P.; SIQUEIRA-BATISTA, R. Bioética e estratégia saúde da família: a perspectiva dos agentes comunitários de saúde. *APS em Revista*, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 39-47, 2021. DOI: <https://doi.org/10.14295/aps.v3i1.134>. Disponível em: <https://apsemrevista.org/aps/article/view/134>. Acesso em: 27 out. 2022.

VIDAL, S. V.; MOTTA, L. C. S.; SIQUEIRA-BATISTA, R. Agentes comunitários de saúde: aspectos bioéticos e legais do trabalho vivo. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 129-140, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902015000100010>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/ktXfnhKs6y6FXkw64H7CRCt/?lang=pt>. Acesso em: 27 out. 2022.

Projeto Informa Gestante | 8 |

Dizendo não à violência obstétrica

Lilian Emanuelle Santos de Souza

Manoel Augusto dos Santos Neto

Gabriella Galindo Amaral Ramos

Amanda Soares de Vasconcelos

Introdução

A violência contra as mulheres é uma questão de cunho político, público e social extremamente discutida e importante que ganhou ainda mais visibilidade por meio das lutas feministas, dada a necessidade de reconhecer a mulher como detentora de direitos (OLIVEIRA; COSTA SILVA, 2019). Nesse contexto, entre diversos tipos de violências praticadas contra a mulher, se encontra a violência obstétrica.

A violência obstétrica é caracterizada por qualquer conduta, omissão ou ato de violência direcionado à mulher grávida, parturiente, puérpera ou ao seu bebê, seja de caráter físico, moral, psicológico ou patrimonial, praticado durante a assistência profissional dentro dos sistemas de Saúde (LANSKY *et al.*, 2019; MARQUES *et al.*, 2020). Tais práticas ocorrem por meio da realização de procedimentos desnecessários

ou intervenções comprovadamente ineficazes. Episiotomia sem indicação, manobra de Kristeller, impedir contato pele a pele, violência verbal e moral, negação do direito ao acompanhante, negação de analgesia, uso de ocitocina para acelerar o trabalho de parto e restrição de posição, por exemplo, são algumas das principais formas relatadas pelas parturientes (NERY; LUCENA, 2019).

No Brasil, o Programa de Humanização do Pré-Natal e Nascimento (PHPN) tem como propósito melhorar a qualidade da assistência ao parto e nascimento por meio da valorização da participação ativa da mulher durante todo o pré-natal e no momento do parto, respeitando crenças, desejos e valores, entendendo o momento de dor e aliviando-a quando for preciso e necessário (BARBOZA; MOTA, 2016). No entanto, não existe uma lei específica no Brasil que versa sobre a violência obstétrica, estando presente apenas no Código de Ética Médica que inclui ser vedada a realização ou indicação de procedimentos desnecessários, não aceitos pela legislação do país, ou que desrespeitem o direito do paciente ou de seu representante legal de decidir livremente sobre a execução de práticas diagnósticas ou terapêuticas, salvo em risco iminente de morte (CFM, 2010).

Além disso, a temática da violência obstétrica ainda é pouco discutida e muito naturalizada no meio brasileiro, sendo este um ponto-chave para a promoção do exercício da autoridade e do poder dos profissionais de Saúde que empregam práticas violentas e discriminatórias no contexto do parto e nascimento (PALHARINI, 2017). Acerca disso, dados revelam que uma em cada quatro mulheres identificam ter

sido vítimas de violência durante o atendimento ao parto (VENTURI; AGUIAR; HOTIMSKY, 2011). Tendo isso em vista, é notório que, dentre os múltiplos fatores relacionados à ocorrência da violência obstétrica, a falta de conhecimento das gestantes sobre essa temática, em consonância à dificuldade de saber onde denunciar, ocupa um lugar de destaque (VIEIRA *et al.*, 2020). Esse cenário parece se repetir com as gestantes abrangidas pela rede de saúde de Caruaru-PE, dada a desinformação dessas em relação às práticas consideradas violência obstétrica percebida pelos integrantes do projeto nos campos de prática em Saúde.

Ainda, apesar dos dados acerca de mulheres que consideram ter sofrido violência obstétrica, acredita-se que essa parcela pode ser maior, visto que a falta de conhecimento também leva ao não reconhecimento das práticas (MARTINS *et al.*, 2019). Ao tomar consciência dos direitos das gestantes e deveres dos profissionais, seria possível promover o desenvolvimento do pensamento crítico nas mulheres, conduzindo-as a questionar a forma como são tratadas de maneira que possam reconhecer tais práticas que vão de encontro aos seus direitos, podendo exigí-los e denunciar quando não atendidos. Com isso, seria permissível tanto a redução quanto a identificação das violações, empoderando a gestante nesse cenário e possibilitando-a de viver a experiência gestacional de maneira segura e respeitosa (ALMEIDA *et al.*, 2017).

Nesse contexto, por meio da extensão universitária, a busca por difusão desse conhecimento para pessoas gestantes é uma estratégia de prevenção e interrupção de possíveis

situações de agressão física, verbal ou moral por parte dos profissionais para com as parturientes durante todo o processo de atendimento, seja no pré-natal, parto ou puerpério (BARBOZA; MOTA, 2016).

Objetivo

O objetivo do presente estudo é relatar as experiências dos discentes participantes na elaboração e execução das ações do projeto em questão com os grupos de gestantes atendidas pela Rede de Saúde do município de Caruaru-PE, desenvolvidas com metodologia participativa e com o intuito de promover a educação acerca da violência obstétrica.

Metodologia

Trata-se de um relato de experiência do projeto de extensão denominado *Informa gestante: dizendo não à violência obstétrica*, desenvolvido e executado por acadêmicos de Medicina do Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco (CAA-UFPE) durante os meses de outubro de 2021 a abril de 2022. O projeto foi realizado com as gestantes e puérperas acompanhadas nas unidades de Saúde da Família (USFs) São João da Escócia I, III e IV, Dr. Antônio Vieira I e II e Alto do Moura, todas situadas no município de Caruaru-PE, durante os dias destinados às consultas de pré-natal. As ações foram aplicadas nas salas de espera, respeitando as limitações de cada local e as medidas de prevenção contra a Covid-19.

Para realização das ações foram elaboradas digitalmente cartilhas sobre violência obstétrica (cf. Figura 1) pelos três discentes organizadores do projeto, utilizando o site Canva, as quais foram revisadas pela docente coordenadora e, em seguida, impressas em formato de *folder* e distribuídas às gestantes durante o período de ações. Além disso, foi criado um site próprio do projeto, que pode ser acessado por meio do endereço eletrônico (www.projetoinformagestante.com), contendo informações adicionais acerca do processo de cuidado durante a gestação, demonstrando práticas adequadas e inadequadas e apresentando informações sobre como realizar a denúncia, além de um formulário para sugestões e avaliações pelas gestantes dentro do site. Concomitantemente à distribuição das cartilhas e divulgação do site, eram realizadas conversas acerca do assunto com as pacientes a fim de entender seus conhecimentos prévios sobre o assunto e elucidar possíveis dúvidas.

Além disso, foram executadas rodas de conversa com atividades lúdicas para a abordagem do conteúdo em grupo, com a participação de profissionais da Unidade Básica de Saúde (UBS) juntamente às gestantes. Nesse contexto, foram elaborados dois tipos de ações: o primeiro tipo foi focado na temática de violência obstétrica, a partir da qual foram elaborados casos fictícios de violência e expostos ao público a fim de gerar reflexões e discussões; e o segundo tipo abordou o parto humanizado e estimulado à produção de plano de parto por meio da explanação de afirmativas sobre o tema e da realização de questionamentos às gestantes, além da entrega de exemplares impressos de plano de parto.

Figura 1. Cartilha utilizada nas ações



Fonte: Os autores (2022).

Resultados e discussão

O projeto *Informa gestante* pautou-se na possibilidade de implementar políticas de promoção da saúde, tendo como objetivo disseminar e produzir conhecimentos e práticas de saúde de forma interativa e compartilhada. Por meio de ações que foram aplicadas, teve-se como foco os resultados que levassem à transformação das más práticas obstétricas, objetivando que as pessoas gestantes passem a ter autonomia diante dessas situações e que os profissionais reconheçam o seu papel na transformação da realidade social.

As ações tiveram sua aplicabilidade baseada na esfera do ensino e da pesquisa, buscando a formação intelectual das gestantes sobre a temática. A partir do compartilhamento e da disseminação de informações sobre violência obstétrica embasadas em livros e artigos científicos e nos aprendizados adquiridos durante a vida acadêmica, estágios realizados e aprendizados com as experiências dos profissionais de Saúde sobre o tema em questão, buscou-se uma troca de conhecimento facilitada pelo processo de construção da extensão (FERNANDES *et al.*, 2012).

Desse modo, devido à organização do pré-natal em diferentes dias e horários nas unidades de Saúde assistidas pelo projeto, foram realizados doze encontros com dois tipos de ações. De forma geral, a primeira ação, aplicada em seis encontros diferentes, contou com a participação de todo o público que estava na sala de espera, incluindo as gestantes e as mães e/ou companheiros que estavam aguardando a consulta. Foi abordado o conhecimento prévio das gestantes acerca da temática de violência obstétrica. A partir do conhecimento delas, foi traçado um diálogo que abordou desde a explicação do tema até como ocorre e como denunciar a violência obstétrica. Para isso, foram explanados casos fictícios sobre violência obstétrica e, logo após, foi questionado qual a opinião das gestantes diante daquela situação e o que fariam. Após esse diálogo, foi explicada de forma didática a cartilha e divulgado o site, que poderia ser acessado pelo *link* e por um *QR Code* ao final de todas as cartilhas. As gestantes foram informadas sobre o conteúdo do site e sobre a importância dele, assim como as enfermeiras também ficaram cientes

dessas informações caso as gestantes apresentassem alguma dúvida em relação ao instrumento.

Além do diálogo com as gestantes, ocorreu um diálogo com as enfermeiras sobre violência obstétrica e sobre a importância da abordagem às gestantes como uma forma de aprimorar nosso projeto. Também foram entregues, debatidas e explanadas as cartilhas às enfermeiras com o intuito de poder abranger as gestantes que não estavam presentes no dia em que a ação foi realizada pelo estudante.

A segunda ação, aplicada em seis encontros diferentes, foi baseada na discussão sobre parto humanizado e foi utilizada a estratégia de mitos e verdades sobre parto humanizado, através da entrega de placas de “sim” ou “não” e da explanação de afirmativas, o que proporcionou o posicionamento das gestantes sobre o que acreditavam ser verdadeiro ou falso. O interessante foi que, em alguns dos encontros, conseguimos abordar gestantes que também participaram da primeira ação, o que facilitou uma continuidade de cuidado e um estreitamento da relação entre os estudantes de Medicina e as pacientes.

Em relação à oficina de plano de parto, foram entregues alguns exemplos de plano de parto e explicamos como deveriam ser preenchidos, assim como enfatizamos a importância da construção por meio de experiências que tivemos com plano de parto durante nossos estágios na maternidade e orientamos que, caso houvesse alguma dúvida, elas poderiam ser esclarecidas durante a consulta do pré-natal, uma vez que a equipe de Saúde estava ciente do projeto.

Nesse contexto, a avaliação pelo público ocorreu no momento da entrega dos *folders* às pessoas gestantes a partir

da opinião destas sobre a relevância do tema, a qualidade do material e a forma como o tema foi abordado pelos estudantes. Em geral, as ações foram satisfatórias tanto com o conteúdo das cartilhas quanto com a abordagem individual. Além disso, durante a aplicação, foi relatado que muitas desconheciam o tema e que esse nunca tinha sido abordado antes, sendo visível o interesse em aprofundar o assunto. Outra forma de avaliação foi a possibilidade de oferecer *feedbacks* a partir do site como forma de expor dúvidas, sugestões e críticas.

Além disso, a avaliação feita pelos extensionistas foi baseada na satisfação e no aproveitamento em grupo e individual, além de sugestões para o aprimoramento do projeto por meio do preenchimento de formulários anônimos. No geral, a equipe avaliou o projeto como proveitoso e efetivo tanto em termos de metodologia quanto em aplicabilidade, abrangendo todos os temas e objetivos propostos. Um ponto que foi citado como limitador foi o tempo para aplicabilidade e desenvolvimento das ações, evidenciando a necessidade de se haver um contato melhor e mais direto com as gestantes, que, por sua vez, foi impossibilitado devido à pandemia de Covid-19. Sobre um dos objetivos principais, que é o de promover a autonomia da gestante, este também foi visto como algo limitador por ser algo que demanda uma investigação mais aprofundada e longitudinal para verificar o real impacto neste aspecto.

Dessa forma, a integração entre a universidade e comunidade, pautada no eixo Ensino-Pesquisa-Extensão, proporciona a construção e aplicação de ações que promovam soluções das demandas e necessidades da população, sendo isso

reconhecido pela equipe que conseguiu visualizar a importância da disseminação do conhecimento e da temática tanto para a sociedade quanto para os discentes (FERNANDES *et al.*, 2012). Isso tornou possível a identificação de desafios e o estabelecimento de compromissos de corresponsabilidade com o cuidado e com a vida das pessoas gestantes e puérperas, a fim de que os discentes se tornem profissionais com postura socialmente responsável, exercendo a cidadania com o público e com as comunidades onde irão atuar.

Conclusões

A aplicação deste projeto com as gestantes revelou que o conhecimento sobre o tema não possui abrangência satisfatória e ainda carece de maior disseminação na população-alvo do projeto. Como consequência disso, mesmo aquelas que já viveram alguma situação de violência obstétrica muitas vezes não conseguiram identificá-la no momento do ocorrido ou não sabiam como agir diante da situação. Quanto àquelas que possuíam um conhecimento prévio sobre o tema, notou-se que, em sua maioria, as informações que detinham eram superficiais e que uma quantidade ínfima delas conhecia as formas de denúncia. Assim, essas observações mostram que a falta desses conhecimentos permite que as mulheres estejam em situação de vulnerabilidade e indefensibilidade em relação aos profissionais de Saúde que, porventura, possam vir a agir de maneira errônea com elas. Desse modo, é ressaltada a importância e o impacto positivo desse projeto de extensão, que, por sua vez, visa levar o conhecimento e estabelecer tal programa

com intuito de garantir seu empoderamento para que, assim, possam reivindicar seus direitos e dar-lhes segurança e dignidade durante o período gestacional, do parto e do puerpério.

Referências

- ALMEIDA, M. M. *et al.* Violência obstétrica institucional no parto: percepção de profissionais da saúde. *Revista de Enfermagem UFPE on-line*, Recife, v. 11, n. 9, p. 3346-3353, 2017. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/bde-32920>. Acesso em: 27 out. 2022.
- BARBOZA, L. P.; MOTA, A. Violência obstétrica: vivências de sofrimento entre gestantes do Brasil. *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*, Salvador, v. 5, n. 1, p. 119-129, 2016. DOI: <https://doi.org/10.17267/2317-3394rpds.v5i1.847>. Disponível em: <https://www5.bahiana.edu.br/index.php/psicologia/article/view/847>. Acesso em: 27 out. 2022.
- CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM). *Resolução CFM nº 1.931/09*. Brasília: CFM, 2010. Disponível em: <https://portal.cfm.org.br/etica-medica/codigo-2010/#:~:text=O%20novo%20c%C3%B3digo%20foi%20publicado,13%20de%20abril%20de%202010>. Acesso em: 27 out. 2022.
- FERNANDES, M. C. *et al.* Universidade e a extensão universitária: a visão dos moradores das comunidades circunvizinhas. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v.28, n. 4, p. 169-194, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-46982012000400007>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/SfxX7fpVccbMrSS-DHqCSNhy/#:~:text=A%20extens%C3%A3o%20universit%C3%A1ria%20possui%20ainda,qualidade%20de%20vida%20dos%20moradores>. Acesso em: 27 out. 2022.

LANSKY, S. *et al.* Violência obstétrica: influência da exposição sentidos do nascer na vivência das gestantes. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 8, p. 2811-2824, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018248.30102017>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/66HQ4XT7qFN36JqPKNCPrjj/abstract/?lang=pt#:~:text=O%20excesso%20de%20interven%C3%A7%C3%B5es%20no,parir%20e%20nascer%20no%20Pa%C3%ADs>. Acesso em: 27 out. 2022.

MARQUES, S. B. *et al.* Violência obstétrica no Brasil: um conceito em construção para a garantia do direito integral à saúde das mulheres. *Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário*, Brasília, v. 9, n. 1, p. 97-119, 2020. DOI: <https://doi.org/10.17566/ciads.v9i1.585>. Disponível em: <https://www.cadernos.prodisa.fiocruz.br/index.php/cadernos/article/view/585>. Acesso em: 27 out. 2022.

MARTINS, F. L. *et al.* Violência obstétrica: uma expressão nova para um problema histórico. *Revista Saúde em Foco*, Teresina, n. 11, p. 413-423, 2019. Disponível em: https://portal.unisepe.com.br/unifia/wp-content/uploads/sites/10001/2019/03/034_VIOL%C3%8ANCIA-OBST%C3%89TRICA-Uma-express%C3%A3o-nova-para-um-problema-hist%C3%B3rico.pdf. Acesso em: 27 out. 2022.

NERY, V. P.; LUCENA, G. P. Principais tipos de violências obstétricas sofridas pelas parturientes. *Revista Científica de Enfermagem*, [s. l.], v. 9, n. 7, p. 89-98, 2019. Disponível em: https://dspace.uniceplac.edu.br/bitstream/123456789/92/1/Vanilde%20Nery_0006985.pdf. Acesso em: 27 out. 2022. OLIVEIRA, C. R.; COSTA SILVA, T. Violência obstétrica: os impactos dessa prática na saúde das mulheres. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS*, 16., 2019, Brasília. *Anais* [...]. Brasília:

- CBAS, 2019. p. 1-12. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1891/1848>. Acesso em: 28 out. 2022.
- PALHARINI, L. A. Autonomia para quem? O discurso médico hegemônico sobre a violência obstétrica no Brasil. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 49, p. 1-37, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/18094449201700490007>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/xpCQkdXRrdcQsZZST5bC99Q/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 out. 2022.
- VENTURI, G. J.; AGUIAR, J. M.; HOTIMSKY, S. N. A violência institucional no parto em maternidades brasileiras: uma análise preliminar de dados da pesquisa de opinião pública Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado-2010. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENFERMAGEM OBSTÉTRICA E NEONATAL, 7., 2011, Belo Horizonte. *Anais [...]*. Belo Horizonte: Associação Brasileira de Obstetrias e Enfermeiros Obstetras, 2011. p. 1-6. Disponível em: http://www.redesindical.com.br/abenfo/viico-beon_icieon/mesas/13_02.pdf. Acesso em: 27 out. 2022.
- VIEIRA, T. F. S. *et al.* Conhecimento das mulheres sobre violência obstétrica: uma revisão sistemática. *Brazilian Journal of Health Review*, Curitiba, v. 3, n. 4, p. 9912-9925, 2020. DOI: <https://doi.org/10.34119/bjhrv3n4-221>. Disponível em: <https://brazilianjournals.com/ojs/index.php/BJHR/article/view/14493>. Acesso em: 27 out. 2022.

Uma experiência de extensão universitária desenvolvida pelo curso de medicina do Centro Acadêmico do Agreste da UFPE

Tarcisio Joaquim de Souza

José Lucas Salvino do Nascimento Barbosa

Victor Souto Maior Paula de Assis

Paula Francineide Pinto da Silva

Carolina Albuquerque da Paz

Introdução

O diabetes mellitus (DM), de acordo com as Diretrizes da Sociedade Brasileira de Diabetes (SBD), é uma disfunção metabólica caracterizada pela elevação constante nos níveis plasmáticos de glicose, advinda de uma falha na produção da insulina e/ou de sua ação (SBD, 2019). Percebe-se, para além disso, que o diabetes é um grave problema de saúde pública que reverbera não somente na saúde dos indivíduos, mas também no funcionamento do sistema de saúde, gerando custos com o tratamento.

Há diversos tipos de DM (RODACKI *et al.*, 2022); porém os mais comuns são os tipos 1 e 2, além do gestacional. O diabetes tipo 1 é considerado uma doença autoimune caracterizada pela destruição das células-beta do pâncreas. Ela provoca uma deficiência na produção de insulina e pode ser desencadeada

pela produção de autoanticorpos ou por fatores idiopáticos. Por sua vez, no diabetes tipo 2, a fisiopatologia está relacionada a uma resistência do organismo à insulina produzida, fazendo com que as células captem a glicose presente na corrente sanguínea de modo insuficiente. Não obstante, o DM gestacional se manifesta com resistência à insulina que surge durante a gravidez, mas que tende a desaparecer após o término da gestação (CASARIN *et al.*, 2022; SBD, 2019).

Essa patologia é uma das principais causas de morbimortalidade no mundo. Em consonância com a Federação Internacional de Diabetes (IDF), depreende-se que houve, em 2021, aproximadamente 6,7 milhões de mortes decorrentes do diabetes, o que corresponde a 12,2% de todas as mortes globais. Indubitavelmente, esse é um número alarmante, o qual ajuda a dimensionar a gravidade do diabetes e seus impactos na saúde pública (IDF, 2021).

Outrossim, o diabetes está associado, ainda, ao surgimento de distintas complicações, como a neuropatia e o pé diabético. O pé diabético é uma síndrome balizada pela presença de ulceração, infecção e/ou destruição de tecidos profundos, comumente atrelados a disfunções neurológicas e à doença vascular periférica (SENTEIO *et al.*, 2018; SILVA *et al.*, 2022). Para Souza Júnior *et al.* (2020), o pé diabético é uma das complicações crônicas mais graves do diabetes.

Diversas são as repercussões do pé diabético na vida do indivíduo, como absenteísmo laboral, alterações da rotina e redução da autoestima. Não obstante, nos países em desenvolvimento, 40% dos gastos destinados ao tratamento do diabetes são empenhados no cuidado dos pés diabéticos, como

em internações e amputações (LIMA *et al.*, 2022; SENTEIO *et al.*, 2018; SILVA *et al.*, 2020). As complicações oriundas do pé diabético representam de 40 a 70% das amputações não traumáticas na população em geral, sendo que até 85% das amputações são precedidas pela presença de ulcerações (RAMIREZ-PERDOMO; PERDOMO-ROMERO; RODRÍGUEZ-VÉLEZ, 2019). Desse modo, a condição altera os modos de ser e viver dos pacientes e de seus familiares, minorando a sua qualidade de vida, além de imputar demandas e responsabilidades no cuidado a longo prazo (FERNANDES *et al.*, 2020; SILVA *et al.*, 2021).

Ademais, as complicações do pé diabético são evitáveis com o desempenho de práticas de autocuidado. Sendo assim, é mister que sejam adotadas estratégias de Educação em Saúde que (re)eduquem as pessoas acerca do pé diabético e de suas possíveis complicações (LIMA *et al.*, 2022). Para que a promoção de saúde e prevenção de agravos sejam efetivas, faz-se necessário a implantação e a implementação de ações integradas e participativas num ambiente em que haja reflexão-ação fundamentada em saberes técnico-científicos e populares (SAMPAIO *et al.*, 2018). Essas intervenções devem ser pautadas com foco em resultados que proporcionem a adoção de hábitos saudáveis por parte da população e que promovam uma reflexão sobre a responsabilidade individual da prática em saúde, com contribuição para a transformação social.

Enquanto um dos pilares da Educação Superior no Brasil, a extensão universitária se mostra como potente estratégia para o desempenho dessas ações e importante mecanismo de fomento à integração entre o ensino e a pesquisa. Sob esse viés, as práticas extensionistas na formação médica

são extremamente relevantes, uma vez que cooperam com o desenvolvimento social e a melhoria nos indicadores de saúde da comunidade-alvo da ação. Além disso, é possível construir um saber balizado pela reflexão, desenvolvimento de senso crítico, escuta qualificada e responsabilização social (ALMEIDA; BARBOSA, 2019).

Com a execução das práticas de extensão universitária, é possível aliar os conhecimentos acadêmicos ao saber popular, dialogando a respeito das demandas de determinada comunidade. Sob essa perspectiva, o curso de Medicina do Núcleo de Ciências da Vida (NCV), situado no Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco (CAA-UFPE), desenvolveu a ação denominada *Campanha lava-pés* com o intuito de associar a prática cristã ao exame físico dos pés. Assim, neste projeto, tem-se a oportunidade de implantar e implementar políticas de promoção da saúde que visem a produção e disseminação de conhecimentos e práticas de saúde de forma compartilhada e participativa (BRASIL, 2018).

Objetivo

Relatar a experiência do desenvolvimento do projeto de extensão *Campanha lava-pés*, que teve o intuito de prevenir os agravos decorrentes do pé diabético por meio da Educação em Saúde e da reeducação para o autocuidado.

Metodologia

A *Campanha lava-pés* foi uma ação intersetorial e multiprofissional desenvolvida em parceria entre o curso de Medi-

cina do NCV, localizado no *campus* Agreste da UFPE, a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Caruaru e outras instituições de Ensino Superior e Técnico atuantes na cidade, como o Centro Universitário Tabosa de Almeida, a UniFavip-Wyden e o Centro de Ensino Grau Técnico. O evento acontece anualmente nas quartas-feiras da Semana Santa, em alusão ao Dia do Cuidado ao Diabético, associado à prática cristã do lava-pés.

O projeto de extensão se deu em dois momentos distintos. O primeiro momento envolveu a capacitação dos estudantes de Medicina, subdividida em duas etapas, seguida pela execução da ação propriamente dita. Precipuamente, houve a exposição dialogada sobre a *Campanha lava-pés*, esclarecendo o seu significado e importância. Além disso, foram apresentados aos discentes os dados epidemiológicos sobre diabetes e pés-diabéticos, os conceitos de promoção da saúde, a prevenção de agravos e Educação em Saúde e o formato de realização do evento. Na segunda etapa, os estudantes participaram de uma oficina prática na qual aprenderam a realizar o exame físico dos pés.

O segundo momento da campanha ocorreu em dois polos: Praça do Rosário e Via Parque, regiões centrais de Caruaru com grande circulação de pessoas que vêm à cidade fazer compras para o feriado da Páscoa. O público-alvo da campanha foi a população em geral que circulava pelos locais, com ênfase nos indivíduos idosos, pois estes são os mais suscetíveis às complicações do diabetes (BRASILEIRO *et al.*, 2019).

Nesse diapasão, foram instaladas tendas nos polos da ação, na qual discentes, docentes e profissionais da SMS realizaram ações de Educação em Saúde a respeito dos riscos inerentes

ao diabetes não controlado, da hipertensão arterial e das lesões nos pés. Outrossim, os discentes do curso de Medicina examinaram os pés das pessoas a fim de detectarem precocemente o pé diabético, como também realizaram a aferição da tensão arterial e glicemia capilar. Em seguida, os indivíduos com alteração nos testes foram encaminhados aos serviços de Saúde para a continuidade do cuidado.

Junto ao curso de Medicina, outros cursos da área da saúde (Enfermagem, Nutrição, Fisioterapia, técnico de Enfermagem e Educação Física) participantes da campanha também ofereceram diversos serviços à população. Entre estes, citam-se: verificação das medidas antropométricas para avaliação global do estado de saúde das pessoas; orientações a respeito da importância da alimentação saudável e da prática regular de atividade física; e vacinação contra Covid-19 e *influenza*.

Resultados e discussão

A intervenção prática possibilitou aos discentes a identificação dos efeitos deletérios do diabetes, especialmente do pé diabético, na vida dos usuários. Ainda nessa experiência, foi possível compreender os desafios inerentes ao cuidado do pé diabético, como a constante inspeção, hidratação e secagem adequada dos pés e a utilização de calçados fechados e macios. Durante as orientações repassadas aos pacientes atendidos, percebeu-se que muitos desconheciam esses cuidados, consoante ao observado nos estudos de Ramirez-Perdomo; Perdomo-Romero; e Rodríguez-Vélez (2019).

Epidemiologicamente, a faixa etária mais suscetível ao diabetes *mellitus* é a idosa (BRASILEIRO *et al.*, 2019), por isso, os discentes abordaram com mais frequência esse grupo para a execução do exame físico dos pés. Na entrevista preliminar, inferiu-se que a maioria dos idosos não tinha assiduidade na prática do autocuidado do pé diabético, o que reforçou a necessidade de orientação específica a esse grupo populacional.

Além disso, houve a participação de várias pessoas em situação de rua na execução da campanha. Na oportunidade, eles puderam usufruir dos serviços ofertados, com recorte para a atualização da caderneta de vacinação contra a Covid-19 e *influenza*. Desse modo, a ação oportunizou que pessoas marginalizadas socialmente pudessem ter seu direito ao acesso à saúde assegurado, demonstrando a necessidade de campanhas similares que vão para além das paredes das unidades de saúde e das universidades.

Assim, observou-se também uma sensação de valorização e pertencimento dessas pessoas após o desenvolvimento da ação. Isso se deu, em grande parte, pelo modo dialógico e empático da abordagem, trazendo uma linguagem simples e acolhedora que os tornava agentes participativos do cuidado. Isso posto, os discentes, ao criarem um vínculo com o público-alvo, ofertaram escuta qualificada, visto que os usuários se sentiam confortáveis para abordar questões inerentes à sua vida particular e aos desafios enfrentados por eles no dia a dia, como problemas familiares e dificuldades financeiras, por exemplo.

Com a realização do exame físico dos pés, pôde-se detectar casos de pés diabéticos apresentando perda de sensibilidade

e fissuras. Nesses casos, o teste foi essencial para detectar, de forma precoce, as alterações. Assim, com os esclarecimentos pertinentes e encaminhamento para outros serviços da rede de atenção, espera-se evitar possíveis complicações do pé diabético nessas pessoas.

Nesse ínterim, em consonância com Cristofoletti; e Serafim (2020), ações como essa oportunizam uma profícua integração entre Ensino, Pesquisa e Extensão, cumprindo com o pressuposto acadêmico da indissociabilidade desses pilares universitários. Assim, além de ofertar serviços pautados pelas necessidades de saúde da população, gerando um retorno à sociedade, conseguiu-se oferecer aos estudantes uma aprendizagem alicerçada no reconhecimento e análise de problemas reais naquilo que pode ser considerado uma via de benefícios mútuos.

Outrossim, a experiência fomentou o protagonismo discente e o desenvolvimento de novas habilidades e atitudes, a saber: escuta qualificada, capacidade de sanar problemas, a comunicação não-violenta, responsabilização social, exitosa relação médico-paciente, indo para além da formação exclusivamente biomédica e tecnicista. Ademais, com o intercâmbio dialógico de saberes entre estudantes e comunidade, oportunizou-se a formação de futuros profissionais em saúde dinâmicos, críticos e humanizados. Sob essa ótica, a atividade proporcionou uma aprendizagem significativa, balizada pela reflexão-ação, ao integrar os conhecimentos científicos e populares.

O projeto *Campanha lava-pés* possui algumas limitações, como a execução anual e carência de insumos e recursos

financeiros. Além disso, cabe destacar a dificuldade em captar pessoas para participarem das ações, uma vez que muitas alegavam estarem apressadas para realizar outros afazeres. Para o registro dos atendimentos, não havia uma ficha específica de encaminhamento dos usuários com alterações nos exames aos serviços da rede de atenção. Também não houve uma padronização para o cadastro dos usuários atendidos, impedindo uma tabulação posterior para obtenção de dados quantitativos. Evidenciam-se, pois, alguns dos desafios a serem superados para realizar ações em saúde de forma intersetorial e multiprofissional.

É importante destacar, por fim, que a parceria entre o curso de Medicina, a Secretaria de Saúde e as demais instituições de ensino na área da Saúde de Caruaru é o principal facilitador do desenvolvimento dessa atividade de extensão. É o esforço coletivo, a solidariedade e o compromisso social que fortalece o desenvolvimento de ações que impactam diretamente no processo saúde-doença das pessoas.

Conclusões

Na experiência, foi possível conhecer distintas narrativas e a relação da comunidade com os conceitos e percepção de saúde e bem-estar. Adicionalmente, os acadêmicos puderam prestar um retorno à sociedade ainda no seu período formativo, contribuindo diretamente na (re)educação em Saúde. Por fim, com a vivência externa à universidade voltada à comunidade, houve o exercício da cidadania e diversificação dos conhecimentos dos graduandos em Medicina.

Dessa forma, o desenvolvimento dessa atividade extensionista impactou diretamente na formação dos discentes enquanto mediadores das ações por meio da interação direta com colegas, professores e comunidade. Desenvolveu-se, pois, um olhar crítico acerca dos problemas sociais, impulsionando-os a exercer sua profissão com mais cidadania e impacto social, seguindo, assim, as próprias diretrizes da extensão (BRASIL, 2014).

Agradecimentos

Agradecemos a todos estudantes, docentes e profissionais de Saúde que participaram da ação em ambos os polos. Também manifestamos nossa gratidão à generosidade e paciência da população, que, por sua vez, participou do evento e proporcionou o aprendizado relatado.

Referências

ALMEIDA, S. M. V; BARBOSA, L. M. V. Curricularização da extensão universitária no ensino médico: o encontro das gerações para humanização da formação. *Revista Brasileira de Educação Médica*, Brasília, v. 43, n. 1, p. 672-680, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-5271v43suplemento1-20190013>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/DfkjtF6SgYzNFZKKXYLp85g/?lang=pt>. Acesso em: 27 out. 2022.

BRASIL. *Resolução CNE/CES nº 3, de 20 de junho de 2014*. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina e dá outras providências. Brasília: Ministério da Educação, 2014. Disponível em: <https://normativasconselhos>.

mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECESN32014.pdf?query=Sistema%20de%20Ensino. Acesso em: 27 out. 2022.

BRASIL. *Política Nacional de Promoção da Saúde PNPS: Anexo I da Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do SUS*. Brasília: Ministério da Saúde, 2018. 40 p. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_promocao_saude.pdf. Acesso em: 27 out. 2022.

BRASILEIRO, J. L. *et al.* Pé diabético: aspectos clínicos. *Jornal Vascular Brasileiro*, Porto Alegre, v. 4, n.1, p. 11-21, 2019. Disponível em: <https://www.jvascbras.org/article/5df24eeboe88256c24b5f733>. Acesso em: 27 out. 2022.

CASARIN, D. E. *et al.* Diabetes mellitus: causas, tratamento e prevenção. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v. 8, n. 2, p. 10062-10075, 2022. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/43837/pdf>. Acesso em: 27 out. 2022.

CRISTOFOLETTI, E. C.; SERAFIM, M. P. Dimensões metodológicas e analíticas da extensão universitária. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 45, n. 1, p. 1-20, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-623690670>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/jY9GgBb45W8YhHLQYCggLNt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 out. 2022.

FERNANDES, F. C. G. M. *et al.* O cuidado com os pés e a prevenção da úlcera em pacientes diabéticos no Brasil. *Cadernos Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 302-310, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1414-462X202028020258>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadsc/a/ry4MJhfG3t9MpGBrjmWgDHD/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 27 out. 2022.

INTERNATIONAL DIABETES FEDERATION (IDF). *IDF Diabetes Atlas*, [s. l.], 2021. Disponível em: www.diabetesatlas.org. Acesso em: 27 out. 2022.

LIMA, L. J. L. *et al.* Avaliação do autocuidado com os pés entre pacientes portadores de diabetes melito. *Jornal Vascular Brasileiro*, Porto Alegre, v. 21, p. 1-8, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1677-5449.210011>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jvb/a/gG8m6rmFzSjLHGbZgB7dQHt/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 27 out. 2022.

RAMIREZ-PERDOMO, C.; PERDOMO-ROMERO, A.; RODRÍGUEZ-VÉLEZ, M. Conhecimentos e práticas para a prevenção do pé diabético. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, Porto Alegre, v. 40, p. 1-8, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2019.20180161>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rgenf/a/VjTCVf3YK3mybYQj9q9797f/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 27 out. 2022.

RODAKI, M. *et al.* Classificação do diabetes. Brasília: Diretriz Oficial da Sociedade Brasileira de Diabetes, 2022. Disponível em: <https://diretriz.diabetes.org.br/classificacao-do-diabetes/>. Acesso em: 27 out. 2022.

SAMPAIO, J. F. *et al.*, A extensão universitária e a promoção da saúde no Brasil: revisão sistemática. *Revista Portal: Saúde e Sociedade*, Maceió, v. 3, n. 3, p. 921-930, 2018. DOI: <https://doi.org/10.28998/rpss.v3i3.5282>. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/nuspfamed/article/view/5282>. Acesso em: 27 out. 2022.

SENTEIO, J. S. *et al.* Prevalência de fatores de risco para o desenvolvimento de pé diabético. *Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, p. 919-925, 2018. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-9155>

Associação Médica Brasileira, São Paulo, v. 66, n. 11, p. 1542-1547, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9282.66.11.1542>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ramb/a/kB4YKDswpznq-grYMyfDVrLB/?lang=en>. Acesso em: 27 out. 2022.

Hoje não haverá títulos | 10 |

Um documentário na extensão

Anamaria Sobral Costa
Taciano Valério Alves da Silva

Introdução

A extensão universitária põe em conexão direta o conhecimento vivenciado e produzido nas universidades e as dinâmicas da sociedade e suas construções de saberes, constituindo-se como espaço privilegiado de trocas para além de uma persistente ideia de doação unilateral do conhecimento. Nas últimas décadas, o reconhecimento da extensão como um dos pilares fundamentais da educação universitária tem ganhado espaço e configurou-se num projeto de curricularização que visa uma educação de fato dialógica e aberta à comunidade na qual se insere, pois, como diz Paulo Freire (2001, p. 69), “[...] educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados”.

A despeito de um reconhecimento crescente que demanda um lugar dentro da estrutura dos currículos da graduação e que deve ter como bases a interdisciplinaridade e interprofissionalidade (FORPROEX, 2012), deparamo-nos ainda com formas de extensão assistencialistas e frequentemente pautadas em uma ciência hierarquizada e pouco aberta à contribuição de sujeitos de outros núcleos disciplinares, em um Brasil que se divide entre o conservadorismo e o autoritarismo e os impulsos em prol das “[...] inovações institucionais forjadas na luta pela redemocratização” (FORPROEX, 2012, p. 20).

Em meio a esses embates e conscientes das contradições envolvidas no processo, buscamos o campo da extensão como campo para um intercâmbio efetivo entre as produções científicas e artísticas da academia e as criações e saberes da comunidade, em práticas que extrapolem a condição de eventos isolados, estando presentes ao longo de toda a formação universitária e entendendo que, como diz a professora Simone Loureiro Imperatore e o professor Valdir Pedde (2015, p. 8):

[...] para além de novos arranjos didático metodológicos, a discussão é epistemológica, com vistas à construção de projetos sistêmicos, coesos e coerentes que deem conta das novas linguagens, imagens, lógicas, conceitos, experiências intersubjetivas, habilidades e competências cognitivas - convergência dos saberes necessária à institucionalização de uma nova mentalidade pedagógica, necessária ao atendimento das exigências da sociedade (IMPERATORE; PEDDE, 2015, p. 8).

Na motivação de uma prática efetivamente dialógica de uma extensão que é, ou pretende ser, comunicação e imersão na

realidade sociopolítico cultural brasileira, o Laboratório de Sensibilidades do Núcleo de Ciências da Vida (LabSensi-NCV) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), situado em Caruaru-PE, propõe e realiza, com a participação de cinco estudantes do curso de Medicina do referido núcleo, duas edições do projeto de extensão intitulado *Sensíveis perspectivas*. Nessas edições, respectivamente, 3 e depois 5 estudantes de Medicina atuaram como protagonistas no processo de pesquisa, produção e apresentação em uma sequência de *lives* que abordaram a crise sanitária deflagrada pela Covid-19 em perspectivas inter, multi e transdisciplinares, segundo um pressuposto de que a saúde é um fenômeno tão amplo que não pode estar contido em nenhuma “disciplina” isoladamente.

Na primeira edição, foram realizadas um total de 8 *lives* e 2.500 visualizações no canal do YouTube do Núcleo de Cartografias da Subjetividade da Universidade de Pernambuco (Nucas-UPE), instituição parceira que sediou nosso projeto. Na segunda, que será o foco deste relato, surgiram os debates *Da pandemia e das pandemias: o que experienciamos até o momento?* (pautado e mediado por Karlla Sthephanie); *Ciência, ideologia e pós-verdade* (Pedro Érico); *Perspectivas do autocuidado* (David Emanuel Teixeira); *Viver a perda, dançar o luto* (Andrew Pereira) e *Arte em transfusão* (Ana Carolina Pereira). Em cada um desses encontros, que ocorreram ao longo do mês de dezembro de 2020 e que estão disponíveis no canal do YouTube do LabSensi-UFPE¹, encontramos pesquisadoras(es)

1 O canal do LabSensi UFPE no YouTube pode ser conferido em: <https://www.youtube.com/channel/UCpNVRfge-BQnMKsmomH83TQ>.

e profissionais da área da Saúde, da História, da Sociologia, da Antropologia, da Música, da Dança, do Teatro, do Cinema e da Poesia, com um total de 986 visualizações.

Estando sob a coordenação de dois professores de Artes com formação e experiência em Teatro e Cinema, um produto artístico em formato audiovisual foi criado como cumulação de todas essas experiências, como partilha de conhecimentos e como oportunidade de incluir outros atores da população na composição desse mosaico em forma de filme. No filme, as experiências e narrativas de tantas e tantas pessoas foram buscadas entre transeuntes, comerciantes e artesãos da cidade de Caruaru, entre pessoas que sofreram perdas em escalas e naturezas diversas e entre artistas que fizeram da doença e da morte uma pulsão de sobrevivência, senão uma estética da existência.

Em 30 de novembro de 2021, data de lançamento do nosso documentário, o Brasil somava 687 mil mortes decorrentes da Covid-19. Sabemos que as perdas foram de várias ordens, além mesmo dessas irreparáveis mortes. O documentário *Hoje não haverá títulos* busca sintetizar esteticamente tudo isso, trabalhando a arte e a comunicação como aliadas na criação de um microcosmo audiovisual do momento presente de modo a que possamos, quem sabe, produzir sentidos e sensações sobre essa realidade, assumindo também um papel ativo diante dos acontecimentos. Não se trata de um documentário sobre a Covid-19 propriamente dita, mas sobre os modos como nos posicionamos e encontramos formas de continuar seguindo ou mesmo de traçar novos caminhos.

Objetivo

Ampliar o debate sobre a via do sensível na saúde pública e integral no Brasil, levando-o além da universidade e trabalhando a autonomia e o protagonismo de estudantes de Medicina a partir de uma educação estética.

Metodologia

Como não se trata aqui de uma pesquisa, e sim de uma ação extensionista, esta metodologia consiste em apontar as ações executadas, sejam estas: pesquisa bibliográfica para elaboração do projeto, reuniões para debater e definir as pautas dos encontros (*lives*) e definir participantes (profissionais de diversas áreas do saber), elaboração de *folders* digitais para divulgação, treinamento para realizar transmissão via YouTube, realização das *lives*, reuniões e pesquisa para elaboração do roteiro do documentário, produção, filmagem, exibição e avaliação final do projeto.

Resultados e discussão

Em duas edições do projeto de extensão *Sensíveis perspectivas*, a equipe do LabSensi do NCV realizou 13 *lives*, dialogando com 42 profissionais das áreas de Saúde, Ciências Sociais, Artes e Filosofia, pesquisando de forma sistêmica e multidisciplinar os desafios deflagrados pela pandemia. Dessa experiência, herdamos inúmeros questionamentos relativos à saúde pública e às singularidades a partir das quais grupos sociais

e indivíduos enfrentam o problema: desafios biológicos, políticos, econômicos, éticos, estéticos, afetivos etc. Neste breve relato, descrevemos parte das reflexões e ações que nos levaram após a realização das *lives* à elaboração do documentário *Hoje não haverá títulos*.

Nossos primeiros passos envolveram a aproximação de autores cujos pensamentos e teorias dialogavam diretamente com nossas buscas por trazer o saber sensível para o debate da saúde pública. Essa etapa começou durante a elaboração do projeto, quando nos deparamos com os pensamentos de Bruno Latour (1947-2022) e sua teoria do ator-rede (LATOURE, 1996) e de Edgard Morin (2000), com a sua defesa de um saber complexo e não fragmentado em disciplinas. Afinal, como separar o social do biológico, se as mediações da vida em sociedade nos colocam em formas de morar, de viver e de sobreviver tão diferentes? Como populações inteiras que não têm abastecimento de água regular podem manter as recomendações sanitárias de higiene? E quanto aos darwinismos sociais que nos fazem naturalizar a morte daqueles considerados “frágeis”, como os pobres, os idosos, os obesos e os que apresentam comorbidades? Se a falta de unidades de terapia intensiva (UTIs) nos leva a critérios, explícitos ou velados, por quais corpos nós lutaremos (BUTLER, 2019) e quais aqueles que deixaremos morrer? Como dizer que isso é concernente apenas ao biológico?

Como garantir um cuidado inclusivo com um Sistema Único de Saúde (SUS) que vem sofrendo um sucateamento e que é peça fundamental no combate à pandemia (e às epidemias, endemias etc.)? Como profissionais de Saúde, doentes

e a população de um modo geral podem lidar com o medo e a morte que se multiplicam junto com o vírus? De que modo a arte e a estética se tornam armas na guerra e na dança contra o adoecimento do indivíduo e da sociedade, contra a fragmentação e o desespero perante a iminência da morte, da impossibilidade de viver o luto etc.?

Ainda na fase da pesquisa bibliográfica nos deparamos com a frase do escritor francês Paul Valéry (1988, p. 56), que diz que “o mais profundo é a pele”. A frase nos provoca a pensar sobre as dicotomias entre o dentro e o fora e sobre o tanto que nos constituímos a partir das nossas superfícies de contato. A pele é o maior órgão do nosso corpo, uma fronteira porosa a partir da qual sentimos e somos no mundo. Diante dessa ideia, pensamos os processos de subjetivação em saúde, buscando ampliar suas superfícies de contato partindo de uma perspectiva de que não é possível pensar a saúde sem pensar o contexto social, psicológico, ético e estético nos quais estamos inseridos. É essa “pele” (nossas superfícies de contato) a metáfora que revela as entranhas do que somos enquanto sociedade. A pele como limiar de passagens de afetos, afetações, experiências e marcas.

Com as nossas conexões mediadas pelo vírus, que se torna uma espécie de actante em meio a uma rede complexa de instituições, pessoas, animais e objetos conforme a teoria ator-rede (LATOUR, 1996), as fraturas sociais se escancaram e as dicotomias parecem ruir. O caos social, econômico e político deflagra a inseparabilidade das dimensões que nos compõem, expondo superfícies de contato (e de contaminação) por vezes esquecidas pelo pensamento disciplinar.

Lidar com a via do sensível, que emerge em tempos de pandemia, nos expõe as entranhas a partir de nossas conexões, de nossas superfícies de contato. Para lidar com cada conexão, com cada questão, a abordagem precisa ser complexa, considerando aí tanto os múltiplos olhares/disciplinas quanto o envolvimento de uma multiplicidade de actantes que se inserem em nossas teias de existência. É nessa rede de referências, de pensamentos e de sensações que embasamos nossas propostas.

Dito isso, esta pesquisa teórica subsidiou o planejamento e a execução das *lives* em um momento em que o grupo de estudantes conquistou maior autonomia, passando a pautar os debates e a sugerir e contatar especialistas convidados(as), mediando os diálogos, manejando a operação técnica e trabalhando, ainda, a programação visual e a divulgação dos encontros. Importante destacar que, também nesse momento, o LabSensi passa a ter o seu próprio canal, ganhando um espaço estratégico para partilhar sua produção.

Finalizada a etapa das *lives*, refletimos sobre os pontos mais impactantes e sobre as inquietações das/dos estudantes perante as vivências e os questionamentos sobre a pandemia. Após tantos encontros e debates e depois da escrita de relatórios e artigos, sentimos necessária uma produção que fosse além da palavra e desse conhecimento que convencionamos chamar de racional. Diante da morte de tantos, diante das crises políticas e mesmo da ausência de um programa governamental consistente de enfrentamento, precisávamos falar com a subjetividade das pessoas e com as singularidades com que cada um(a) vinha atravessando naquele momento.

Nessa perspectiva, decidimos realizar uma obra que pudesse registrar fatos, sensações e reflexões e optamos por fazer um documentário.

A partir disso, passamos à fase de pesquisa e de criação do roteiro que serviria como base para o documentário, organizando o trabalho em cinco etapas: (i) pesquisa; (ii) pré-produção executiva; (iii) produção (captação do material); (iv) montagem; e (v) exibição.

Ainda na etapa da pesquisa, fizemos reuniões semanais durante um período de dois meses. Trabalhamos com *brainstormings* e exercícios de escrita automática para levantar as primeiras ideias. Surgiram imagens oníricas e distópicas, imagens que falavam do assombro e que configuravam um contínuo desejo de ir para as ruas, ouvir e encontrar pessoas. Nesse momento, não estávamos vacinados(as). Cogitamos algumas vezes a possibilidade de fazer o filme a partir de imagens de arquivo, usando trechos mais marcantes das *lives*, além de reportagens e imagens de domínio público, apesar de não ser essa a necessidade do grupo. A presencialidade se impunha como necessidade de expressão e de convívio, ao mesmo tempo que estava carregada de riscos.

Nesse ínterim, sentimos a necessidade, junto às/aos extensionistas, de discutir especificidades da linguagem audiovisual e trazer mais consciência a respeito de cada escolha estética e de suas implicações. Elencamos, a partir do livro *Introdução ao documentário* (NICHOLS, 2016), os principais tipos de documentário e percebemos que a dimensão da linguagem poética, participativa e performática seriam os alicerces na construção do filme.

Problematizamos, também, o conceito de distopia² como uma necessidade emergente de entender aquele momento. Conversamos sobre o trabalho de campo numa perspectiva ética e estética de modo que o roteiro funcionasse como um sistema em aberto, um mosaico composto pela interação, improvisação e narrativas de natureza poética, relacional e performática, em uma mistura de ficção e de realidade que desse conta tanto de retratar fatos sentimentos e circunstâncias quanto de recriá-los.

A pré-produção executiva veio se somar à pesquisa. Passamos a levantar datas, horários, materiais para captação de som e áudio, parcerias possíveis, cumprimento das obrigatoriedades do Edital 08/2020 de Apoio à Pesquisa e Ações Artístico-Culturais³ e termos de consentimento livre e esclarecido para liberação de uso de imagem e som no filme, além de discutirmos continuamente a dimensão ética do nosso trabalho quanto à nossa forma de abordar as pessoas e as suas narrativas e de como trabalhar com esses registros de imagem e de som de modo responsável, indagando sempre como minimizar riscos de uma exposição indesejável e respeitar as perspectivas diversas, mesmo que contrárias às da equipe de criação.

Também nessa fase, elaboramos perguntas e elegemos as/ os extensionistas disponíveis para manipulação de câmera e

2 A sensação de se viver num mundo distópico, exacerbada pela pandemia, tornou-se um ponto de significação a ser trabalhado no filme.

3 O projeto foi contemplado por meio do Edital 08/2020 de Apoio à Pesquisa e Ações Artístico-Culturais, que pode ser consultado em: https://www.ufpe.br/documents/38978/2576402/Edital+08_2020+DE+APOIO+%C3%80+PESQUISA+E+%20A%C3%87%C3%95ES+ART%C3%8DSTICO-CULTURALS.pdf/f83a6193-3b06-4d5f-8460-d55ce84ffe4b.

som, acordando três dias para a filmagem/produção. Tendo passado por vários adiamentos devido à situação pandêmica e à difícil adaptação aos semestres impresados e ainda remotos, já que o corpo discente ainda não tinha sido vacinado, tivemos nosso momento mais delicado. O entusiasmo arrefeceu, as tensões e as frustrações se multiplicavam e, exaustos diante de um certo modelo de convívio, o corpo discente decidiu não seguir com a produção. Após uma reflexão acerca dos sentidos de seguir ou não com o projeto de extensão, decidimos pela realização do filme como forma de registrar e honrar a experiência vivida e o esforço realizado por toda a equipe.

Após novo adiamento para reconfiguração do roteiro e da nova divisão de funções, finalmente fomos a campo para a realização do documentário. Saímos às ruas da cidade de Caruaru em busca de lugares significativos no que se refere à dinâmica da cidade e à temática em questão: como as pessoas vinham atravessando a crise pandêmica? Filmamos no Centro de Vacinação, na feira, no morro Bom Jesus, em ruas, praças, restaurantes, no NCV e nas casas de pessoas contatadas previamente pela produção, por ter alguma vivência que quisemos destacar no filme.

Nos três dias planejados para filmagem, captamos imagens e sons. A cada encontro, entrevista, imagem ou som captado, uma nova ideia ou um novo caminho de criação se construía. Um mês depois, voltamos a nos reunir para a quarta etapa, que foi a montagem do filme. Importante dizer que o recurso do Edital 08/2020 de Apoio à Pesquisa e Ações Artístico-Culturais nos permitiu integrar profissionais para as funções de captação e mixagem de som (Giancarlo

Galdino), fotografia e montagem (César Pinheiro) e para a trilha sonora (Anderson do Pífano), os quais foram fundamentais para a realização do documentário.

Na montagem, etapa de várias aprendizagens, pudemos rever as imagens e discutir nossa inserção em campo, o que contribuiu para a construção de novos olhares. Combinamos e recombinaamos imagens e sons captados, ressignificando-os a partir de sua relação com outros áudios, narrativas em *off* e, principalmente, em relação à trilha sonora, realizada por um artista da cultura popular da cidade.

Em um documentário, o roteiro é, na maioria das vezes, reformulado na ilha de edição. Nesses momentos de reformulação, criamos produções de sentidos e de sensações junto aos ecos da experiência vivida nas duas edições do projeto, ao alento primeiro e à saturação posterior do convívio na dimensão virtual. Sendo assim, o documentário *Hoje não haverá títulos*, nomeado a partir de um verso de um poema de um dos nossos entrevistados (o poeta Thiago Medeiros), fala paradoxalmente dos indizíveis, reunindo imagens, afetos, sons e emoções que foram experienciadas durante a pandemia.

Em 30 de novembro de 2021, compartilhamos esse filme-mosaico no nosso canal do YouTube, quando celebramos a volta de parte do corpo discente na operação técnica. Durante a apresentação, os retornos de avaliação por parte do público no YouTube aconteceram a partir das reações no chat. No 15º Congresso Internacional da Rede Unida, ocorrido em junho de 2022, apresentamos o *Hoje não haverá títulos* na mesa *Tu vens e eu já escuto os teus sinais: ponto de encontro de laboratórios de sensibilidade*. Enquanto o filme se desenrolava, as pessoas

ecoavam partes dos depoimentos ou do texto *off* do filme: “para a dor do vizinho não ser a sua”, “a doença como zona noturna da vida”, deixando, ainda, depoimentos como: “emocionada”; “que bonito esse vídeo”; e “como vou perguntar? Estou muito emocionada”. Na mesma apresentação, Denise Mattos comentou que “os cursos de Medicina, de saúde, da arte, de todos os lugares precisam ter espaço para o acontecimento, o dever não como conceito teórico, mas como o nosso não dado, a interrogação sem resposta” (SR7, 2022, n. p.).

Conclusões

A Covid-19 nos deixou perplexos pela sua devastação, expondo nossas fissuras como sociedade e nossas fragilidades como indivíduos. O *Hoje não haverá títulos* é uma criação audiovisual sobre essa realidade e, quem sabe, uma possibilidade de repensar um pouco a nossa experiência de ser e estar no mundo. Entendendo a arte como produção efetiva de conhecimento, percebemos que a criação e a transformação dessas experiências em um produto sensível e estético que possa ser compartilhado com pessoas de quaisquer áreas constitui ação estratégica e relevante para a construção de um conhecimento complexo e sistêmico sobre a crise sanitária instaurada pela pandemia.

Ouvindo e captando imagens da população de Caruaru, construímos um pequeno recorte, um espelho de um momento no qual as pessoas expressaram seu assombro das mais diversas formas: “Não dá para colocar em palavras não, a dor não dá para colocar em palavras”/ “É o terror do século

XXI”/ “Por isso nós chegamos a meio milhões de mortos”/ “Eu não me arrependo”/ “A gente espera o retorno do mundo” (SR7, 2022, n. p.).

Após as sessões de exibição do filme no YouTube e a análise de recepção do mesmo, avaliamos a necessidade de voltar aos locais e pessoas presentes no documentário de forma que essas pessoas possam ver o trabalho do qual fizeram parte, refletir e expressar suas ideias a respeito, dando, assim, uma continuidade às ações anteriores. Também pretendemos levar o documentário em sessões com estudantes e profissionais das áreas de Saúde, História, Antropologia, Artes, entre outros, em sessões de debates sobre questões levantadas ao longo do documentário. A ação pretende iniciar um conjunto de projetos que trabalham com o viés da arte para produzir espaços de conexão, de troca e de encontros entre setores diversos da sociedade e da construção do saber, configurando uma demanda há muito reprimida no campo da ciência de um modo geral e das ciências da saúde de um modo particular: a busca de um saber sistêmico que não opõe objetividade e subjetividade, ou seja, de um saber sensível que norteie ações em prol de uma saúde menos esfacelada e mais integrativa.

Por fim, entendemos que o projeto *Sensíveis perspectivas* e a realização do documentário *Hoje não haverá títulos* também se constituíram como formações artística e estética das/dos estudantes extensionistas de Medicina, entendendo que as vias desse conhecimento sensível, complexo e dialógico são muitas vezes desafiadoras mas valem a pena ser trilhadas se, refletidamente, desejamos uma prática médica onde Ciência e Arte integram duas faces de um mesmo fenômeno.

Referências

- BUTLER, J. *Vida precária: os poderes do luto e da violência*. Tradução: Andreas Lieber. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.
- FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS (FORPROEX). *Política Nacional de Extensão Universitária*. Manaus: Forproex, 2012. Disponível em: <https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>. Acesso em: 27 out. 2022.
- FREIRE, P. *Extensão ou comunicação?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
- IMPERATORE, S. L. B.; PEDDE, V. *Curricularização da extensão universitária no Brasil: questões estruturais e conjunturais de uma política pública*. Florianópolis: IFSC, 2016. Disponível em: https://curricularizacaoaextensao.ifsc.edu.br/files/2016/06/1_Artigo_Curricularizaca_da_Extensao_Universitaria_no_Brasil.pdf. Acesso em: 27 out. 2022.
- LATOUR, B. On actor-network theory: a few clarifications. *Soziale Welt*, Nuremberg, Alemanha, v. 47, p. 369-381, 1996. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40878163>. Acesso em: 27 out. 2022.
- MORIN, E. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- NICHOLS, B. *Introdução ao documentário*. Tradução: Mônica Saddy Martins. 6. ed. Campinas: Editora Papirus, 2016.
- SOBRAL-COSTA, A. *et al.* Entre *lives* e pandemia: um relato de percurso do projeto sensíveis perspectivas. *Estudos Universitários: Revista de Cultura*, Recife, v. 37, n. 1/2, p. 192-214, 2020. Dis-

ponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/estudosuniversitarios/article/view/247695/37330>. Acesso em: 27 out. 2022.

SR7 “Tu vens e eu já escuto os teus sinais” - Ponto de Encontro de Laboratórios de Sensibilidades. [s. l.: s. n.], 2022. 1 vídeo (113 min). Publicado pelo canal TV Rede Unida. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RjwvVT4BK2M>. Acesso em: 27 out. 2022.

VALÉRY, P. *La idea fija*. Madri: Visor, 1988.

Sobre as/os autoras/es

ALICE DE ALMEIDA ALCÂNTARA é discente do curso de Medicina do Núcleo de Ciências da Vida (NCV), CAA-UFPE.

 Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5774736825605290>

 Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0049-3864>

AMANDA SOARES DE VASCONCELOS é doutora em Biologia de Agentes Infecciosos e Parasitários da Universidade Federal do Pará (UFPA) e docente do curso de Medicina do Núcleo de Ciências da Vida (NCV), CAA-UFPE.

 Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2378411303812450>

 Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1479-9485>

ANAMARIA SOBRAL COSTA é doutora em Comunicação e docente do curso de Medicina do Núcleo de Ciências da Vida (NCV), CAA-UFPE.

 Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7817993490662326>

 Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9229-6723>

ANDREW PEREIRA DA SILVA é discente do curso de Medicina do Núcleo de Ciências da Vida (NCV), CAA-UFPE.

 Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7365038494930810>

 Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1919-4648>

CAROLINA ALBUQUERQUE DA PAZ é mestre em Promoção da Saúde pela Universidade de Western Ontario (UWO) e docente do curso de Medicina do Núcleo de Ciências da Vida (NCV), CAA-UFPE.

 Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8490845240070841>

 Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1997-0720>

CHRISTIAN JOSÉ FERREIRA SILVA é discente do curso de Medicina do Núcleo de Ciências da Vida (NCV), CAA-UFPE.

 Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0763888089852862>

 Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4122-0398>

DAVID EMANOEL ALVES TEIXEIRA é discente do curso de Medicina do Núcleo de Ciências da Vida (NCV), CAA-UFPE.

 Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0902193832237474>

 Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9635-103X>

EMANOEL GOMES DA SILVA é discente do curso de Medicina do Núcleo de Ciências da Vida (NCV), CAA-UFPE.

 Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8127862810635849>

 Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4635-431X>

EUNICE ISABELA MELO E SILVA é discente do curso de Medicina do Núcleo de Ciências da Vida (NCV), CAA-UFPE.

 Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1305791614053887>

 Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2235-382X>

GABRIELA MORAIS ANDRADE DE LIMA é discente do curso de Medicina do Núcleo de Ciências da Vida (NCV), CAA-UFPE.

 Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8863195814191215>

 Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7092-7168>

GABRIELLA GALINDO AMARAL RAMOS é discente do curso de Medicina do Núcleo de Ciências da Vida (NCV), CAA-UFPE.

 Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2543822693322429>

 Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9715-0624>

IASMINE ANDREZA BASILIO DOS SANTOS ALVES é doutora em Ciências Farmacêuticas e docente do curso de Medicina do Núcleo de Ciências da Vida (NCV), CAA-UFPE.

 Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2958091709120733>

 Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2984-2063>

JANAÍNA KARIN DE LIMA CAMPOS é doutora em Ciências Biológicas e docente do curso de Medicina do Núcleo de Ciências da Vida (NCV), CAA-UFPE.

 Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0991137228162821>

 Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0700-6849>

JOSÉ LUCAS SALVINO DO NASCIMENTO BARBOSA é discente do curso de Medicina do Núcleo de Ciências da Vida (NCV), CAA-UFPE.

 Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7873692888697334>

 Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6551-3160>

KARLLA STEPHANIE ALVES E SILVA é discente do curso de Medicina do Núcleo de Ciências da Vida (NCV), CAA-UFPE.

 Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8960323999032791>

 Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6698-2014>

KAROLINY JÚLIA SANTOS PIMENTEL é discente do curso de Medicina do Núcleo de Ciências da Vida (NCV), CAA-UFPE.

 Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9878153273727320>

 Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4059-5374>

LILIAN EMANUELLE SANTOS DE SOUZA é discente do curso de Medicina do Núcleo de Ciências da Vida (NCV), CAA-UFPE.

 Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0509524456753922>

 Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6110-9312>

LUANNA MOITA é doutora em Neuropsiquiatria e Ciências do Comportamento e docente do curso de Medicina do Núcleo de Ciências da Vida (NCV), CAA-UFPE.

 Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8544053114548673>

 Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1545-5238>

MANOEL AUGUSTO DOS SANTOS NETO é discente do curso de Medicina do Núcleo de Ciências da Vida (NCV), CAA-UFPE.

 Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8024540019064854>

 Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4359-1774>

MARIA EDUARDA DE ARAÚJO NOGUEIRA é discente do curso de Medicina do Núcleo de Ciências da Vida (NCV), CAA-UFPE.

 Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0993907700591221>

 Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9576-2256>

MARIA IZABEL CÂNDIDO CARNEIRO é discente do curso de Medicina do Núcleo de Ciências da Vida (NCV), CAA-UFPE.

 Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4084642796582041>

 Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5560-4547>

MAYLLE TALLYTA OLIVEIRA CAVALCANTE é discente do curso de Medicina do Núcleo de Ciências da Vida (NCV), CAA-UFPE.

 Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0807266656691275>

 Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7103-2446>

MICHAEL SUAN DOS SANTOS FERREIRA é discente do curso de Medicina do Núcleo de Ciências da Vida (NCV), CAA-UFPE.

 Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8276947759753191>

 Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3221-0611>

NARA MIRANDA PORTELA é doutora em Ciências da Computação pela UFPE e docente do curso de Medicina do Núcleo de Ciências da Vida (NCV), CAA-UFPE.

 Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5640181150891186>

 Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9577-8461>

NATALYA JULIANA DA SILVA é discente do curso de Medicina do Núcleo de Ciências da Vida (NCV), CAA-UFPE.

 Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3942671502381485>

 Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0819-1326>

PAULA FRANCINEIDE PINTO DA SILVA é mestra em Saúde Pública pelo Instituto Aggeu Magalhães e docente substi-

tuta do curso de Medicina do Núcleo de Ciências da Vida (NCV), CAA-UFPE.

 Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3243458729324145>

 Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6789-1889>

SARA GUILHERMINO FERREIRA LIMA é discente do curso de Medicina do Núcleo de Ciências da Vida (NCV), CAA-UFPE.

 Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3470360809312480>

 Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7969-5022>

TACIANO VALÉRIO ALVES DA SILVA é doutor em Psicologia Clínica e docente do curso de Medicina do Núcleo de Ciências da Vida (NCV), CAA-UFPE.

 Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3888370756685273>

 Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2276-3610>

TARCISIO JOAQUIM DE SOUZA é discente do curso de Medicina do Núcleo de Ciências da Vida (NCV), CAA-UFPE.

 Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2546424924604464>

 Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8728-3343>

VICTOR SOUTO MAIOR PAULA DE ASSIS é discente do curso de Medicina do Núcleo de Ciências da Vida (NCV), CAA-UFPE.

 Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5165424021743691>

 Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3251-6883>

Título	Vivências na extensão universitária em saúde no Agreste de Pernambuco
Organização	Amanda Soares de Vasconcelos Nara Miranda Portela
Formato	<i>E-book</i> (PDF)
Tipografia	Chaparral (texto) Interstate Condensed (títulos)
Desenvolvimento	Proexc



Rua Acadêmico Hélio Ramos, 20, Várzea, Recife-PE
CEP: 50740-530 | Fone: (81) 2126.8397
editora@ufpe.br | www.editora.ufpe.br



PROEXC
PRO-REITORIA DE
EXTENSÃO E CULTURA

